

CLÁUDIA TIEMI SAKAMOTO

**A VARIAÇÃO DO *SE* MEDIAL
NA FALA DE FLORIANÓPOLIS**

FLORIANÓPOLIS

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CLÁUDIA TIEMI SAKAMOTO

**A VARIAÇÃO DO *SE* MEDIAL
NA FALA DE FLORIANÓPOLIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Lingüística como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

Universidade Federal de Santa Catarina

Orientadora: Profa. Dra. Edair Görski

FLORIANÓPOLIS

2008

CLÁUDIA TIEMI SAKAMOTO

**A VARIAÇÃO DO SE MEDIAL
NA FALA DE FLORIANÓPOLIS**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Lingüística e aprovada em sua forma final pelo Curso Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 24 de abril de 2008.

Orientadora: Profa. Dra. Edair Maria Görski
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro da Banca: Profa. Dra. Izete Lehmkuhl Coelho
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro da Banca: Profa. Dra. Mariléia Silva dos Reis
Universidade do Sul de Santa Catarina

Membro Suplente: Prof. Dr. Felício Wessling Margotti
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

O foco central desta dissertação é analisar e descrever o funcionamento do *se* medial, bem como a variação entre o emprego e a omissão desse clítico na fala de Florianópolis, levando em conta fatores lingüísticos e extralingüísticos que estariam atuando na realização da variável. Com base nos pressupostos da Teoria da Variação e do Funcionalismo Lingüístico, analisamos 36 entrevistas do Banco de Dados VARSUL, estratificadas quanto ao sexo, tempo de escolarização e faixa etária dos indivíduos. Os dados foram categorizados e submetidos à análise estatística, que evidenciou a preferência dos florianopolitanos pelo emprego do clítico, em vez de seu apagamento. Verificou-se também que o *se* omitido não é o reflexivo nem o recíproco, mas o *medializador*, indicando possivelmente que o português falado em Florianópolis caminha na direção de uma distinção formal entre construções medializadoras e reflexivo-recíprocas. Terminada a análise, comparamos nossos resultados com os de outros estudos do português oral. Os resultados estatísticos evidenciaram que Florianópolis se configura como uma das cidades brasileiras que menos apaga o *se* medial, aproximando-se nisso do português europeu.

Dedico

Ao meu pai e à minha mãe, Lino e Helena, por proporcionarem os meus estudos até esta fase acadêmica.

Ao meu esposo, Christian, pelo estímulo, compreensão e carinho.

À minha filha, Suemi, pela paciência, companhia e carinho.

Agradeço

À professora Dra. Edair Maria Görski, por acreditar neste trabalho e pela orientação sábia.

Às professoras Dra. Izete Lehmkuhl Coelho e Dra. Maria Marta Scherre, pelas sugestões, no Exame de Qualificação deste trabalho.

Ao meu esposo, Christian, pelo incentivo, paciência, amizade, carinho e compreensão.

À minha super filha, Suemi, pela paciência, compreensão, carinho e companhia.

Aos meus pais, à minha irmã, Márcia, ao meu irmão, Marcos, à minha cunhada, Carol, pela preocupação e pelas palavras de incentivo.

À minha sogra, Goretti, por ter me apoiado e cuidado da minha pequerrucha quando precisei.

Às professoras Angela Cristina Di Palma Back e Márluce Coan, que me iniciaram nos estudos científicos da língua.

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

Quanto mais se conhece, mais se aprecia.

Leonardo da Vinci

SUMÁRIO

1.	Apresentação do fenômeno em estudo	12
2.	Fundamentação teórica	19
2.1.	A sociolinguística laboviana	19
2.2.	O funcionalismo linguístico	26
2.3.	Interface teórica	31
3.	Objeto de estudo	34
3.1.	Breve história da voz média	34
3.2.	Tipos de <i>se</i>	43
3.2.1.	Se-reflexivo	43
3.2.2.	Se-recíproco	49
3.2.3.	Se-medializador	53
3.2.4.	Se-expletivo	65
3.3.	Fronteiras ambíguas	67
3.3.1.	Se-recíproco+medializador	68
3.3.2.	Se-recíproco+expletivo	69
3.4.	Outros estudos sobre o <i>se</i>	70

4.	Objetivos, questões e hipóteses	90
4.1.	Objetivos	90
4.2.	Questões e hipóteses	91
5.	Metodologia	95
5.1.	Amostra analisada	95
5.2.	Análise dos <i>ses</i> realizados	97
5.3.	Envelope de variação	100
5.3.	Análise estatística	106
6.	Análise e resultados	107
6.1.	Análise dos <i>ses</i> realizados	107
6.1.1.	Tipo de <i>se</i>	108
6.1.2.	Pessoa do sujeito	114
6.1.3.	Colocação do clítico na sentença	117
6.2.	Contextos de variação	121
6.2.1.	Grupo de fatores lingüísticos	122
6.2.1.1.	Tipo sintático do verbo	122
6.2.1.2.	Tipo semântico-pragmático do verbo	127
6.2.1.3.	Item lexical	133
6.2.2.	Grupos de fatores sociais	136
6.2.2.1.	Sexo	137
6.2.2.2.	Escolaridade	138
7.	Considerações finais	141
8.	Referências bibliográficas	149

LISTAS

Quadros

Quadro 1: Supressão de clíticos anafóricos por tipo de clítico (adaptado de Nunes, 1995)	78
Quadro 2: Estratificação social das entrevistas da cidade de Florianópolis do Banco de Dados VARSUL consideradas na análise do <i>se</i> medial	97
Quadro 3: Tipos sintáticos de verbos medializadores	123
Quadro 4: Quadro semântico-pragmático de grau de atividade dos verbos mediais	129

Gráficos

Gráfico 1: Quadro geral da supressão de clíticos anafóricos (Nunes, 1995, p. 211)	77
Gráfico 2: Distribuição da ausência do clítico <i>se</i> no português falado (Melo, 2005, p. 94)	87
Gráfico 3: Distribuição dos usos de <i>se</i> medializador, reflexivo e expletivo	109
Gráfico 4: Distribuição da realização (vs. não-realização) do usos medializador e reflexivo do <i>se</i> na fala de Florianópolis	112
Gráfico 5: Distribuição da ausência do clítico <i>se</i> no português falado	146

Tabelas

Tabela 1: Distribuição dos tipos de <i>se</i> medial na fala de Florianópolis	108
Tabela 2: Frequência de realização (vs. não-realização) do <i>se</i> medial na fala de Florianópolis	111
Tabela 3: Distribuição do <i>se</i> medial de acordo a pessoa do discurso (sujeito) na fala de Florianópolis	115
Tabela 4: Distribuição do <i>se</i> medial quanto à colocação do clítico na sentença na fala de Florianópolis	117
Tabela 5: Cruzamento entre o tipo de <i>se</i> medial e a colocação do clítico na sentença	119
Tabela 6: Influência do tipo sintático do verbo sobre a realização (vs. não-realização) do <i>se-medializador</i> na fala de Florianópolis	125
Tabela 7: Influência do tipo semântico do verbo sobre a realização (vs. não-realização) do <i>se</i> medial na fala de Florianópolis	131
Tabela 8: Realização (vs. não-realização) do <i>se</i> medial de acordo com os itens lexicais mais frequentes na fala de Florianópolis	134
Tabela 9: Influência do tipo de <i>se</i> medial sobre a realização (vs. não-realização) do clítico na fala de Florianópolis	135
Tabela 10: Cruzamento entre <i>item lexical</i> e <i>tipo de se</i> medial	136
Tabela 11: Influência do <i>sexo</i> do informante sobre a realização (vs. não-realização) do clítico <i>se</i> na fala de Florianópolis	138
Tabela 12: Influência da <i>escolaridade</i> do informante sobre a realização (vs. não-realização) do clítico <i>se</i> na fala de Florianópolis	139

1. APRESENTAÇÃO DO FENÔMENO EM ESTUDO

O clítico *se* sempre nos espicou a curiosidade com sua aptidão para transmutar-se. Por vezes, até nos chateou com suas muitas aparições nas gramáticas normativas¹. Era com muito esforço que tentávamos identificar as fronteiras ambíguas entre suas funções. Quando os domínios das funções começavam a se embaralhar, era preciso rever a lição da gramática para alumiar os contornos. Mas, no fim, não nos convencíamos totalmente. Ficava “uma pulguinha atrás da orelha”.

Reza a gramática normativa que a palavra *se*, apesar de pequena, pode assumir várias funções e classes: objeto direto, objeto indireto, sujeito de um infinitivo, parte integrante do verbo, partícula ou pronome de realce, símbolo ou índice de indeterminação do sujeito, partícula ou pronome apassivador e conjunção. Não é à toa que o *se* tem recebido vários epítetos: “ponto escabroso” (Napoleão Mendes de Almeida), “famigerado *se*” (Jairo Nunes), “palavra oblíqua e dissimulada” (Castelar de Carvalho), “guardião das portas do inferno” (citado por Fernanda Rosário de Mello), e por aí vai.

A vontade era de abranger todas essas funções nesta pesquisa; porém mostrou a vida que é preciso “recortar” o objeto de estudo quando não se tem muito tempo. Assim fizemos. O *se* que pretendemos abordar é aquele que se

¹ Nesta dissertação faremos menção, indistintamente, a “gramática normativa” e “gramática tradicional”.

correlaciona ao sujeito de uma construção. Queremos estudar o grupo de *se* que exprime a *voz média* ou *medial*. Ela é um meio termo entre a ativa e a passiva; contém em si, de certa forma, uma mistura dessas duas vozes verbais. Na voz média, há algo de ativo e, ao mesmo tempo, de passivo, uma vez que o sujeito pratica (ativa) e, ao mesmo tempo, sofre (passiva) a ação verbal. O sujeito apresenta-se interessado e integrado ao evento, uma vez que este parte do sujeito e para ele retorna, ou nele se reflete, daí o fato de a voz medial ser também chamada de reflexiva.

A voz medial, portanto, tem como ponto de partida o sujeito, elemento integrado e interessado no evento, tomado como princípio, meio e fim do processo. Ele é responsável pelo desencadeamento do evento e, ao mesmo tempo, pela receptividade de seus efeitos. Ensina Câmara Jr. (1986): “A noção gramatical, que carrega a voz medial, é a de uma integração do sujeito na ação que dele parte.” (p. 164)

Segundo Câmara Jr. (1974, p. 182-183), há três subcategorias de voz média: medial reflexiva, medial recíproca e medial dinâmica. Esses três valores estavam presentes no latim clássico e foram transmitidos ao português². Entretanto, sustenta Carvalho (1990), o *se* clássico era maciçamente pronome reflexivo. Empregado sempre com verbos transitivos, o *se*-reflexivo manteve em suas linhas gerais a mesma fisionomia sintática herdada da matriz latina: complemento objetivo direto ou indireto.

As nossas gramáticas normativas caracterizam esse fenômeno basicamente como a inversão da transitividade da ação verbal. Dessa forma, a ação expressa pelo verbo não passa para outra pessoa, mas se reverte à pessoa do próprio sujeito. Este é, ao mesmo tempo, agente e paciente da ação verbal.

Na tentativa de clarear o que seja uma construção reflexiva, Freitag (2003, p. 60) usou os seguintes esquemas: *sujeito_i + verbo transitivo direto + objeto direto_i* e

² Sempre que se usar o termo *português*, estar-se-á fazendo referência ao português brasileiro. Não se fará qualquer distinção entre este e o português europeu.

sujeito_i + verbo transitivo indireto + objeto indireto_i, simplificando: S_i+V+O_i . O índice *i* significa que sujeito e objeto são correferenciais. Dos pronomes que podem funcionar como reflexivo, o *se* é o mais prototípico, por funcionar exclusivamente como pronome correferente ao sujeito da oração.

(01) Ele *se* viu (S_i+V+O_i).

Já os outros pronomes podem ou não ser correferentes ao sujeito:

(02) Eu *me* vi (S_i+V+O_i).

(03) Ele *me* viu (S_i+V+O_j).

(04) Ele *o* viu (S_i+V+O_j).

Outra propriedade da medial reflexiva é a possibilidade de comutação do clítico por um objeto diferente do sujeito sem, com isso, provocar alteração no sentido do verbo.

(05) a. Pedro *se* feriu.

b. Pedro *o* feriu.

Em ambos os exemplos de (05), depreende-se que “Pedro feriu (machucou) alguém”. O verbo, nessas construções, não é privativamente reflexivo. O clítico *se* que aparece nas construções mediais reflexivas será chamado aqui de *se-reflexivo*.

Derivado da acepção reflexiva, havia também, no latim clássico, o *se* recíproco (cf. Carvalho, 1990). Esse emprego também está presente no português atual. O clítico é empregado para exprimir reciprocidade de ação, isto é, para indicar que a ação é mútua entre dois indivíduos ou mais. É o que Câmara Jr. chama de *reflexividade cruzada*³. Em razão disso, entende-se a definição de Bechara (1999) de que é *se* recíproco aquele que traduz a idéia de *um ao outro, reciprocamente*:

(06) Eles *se* abraçaram (um ao outro).⁴

³ Consultar Câmara Jr. (2002, p. 164).

⁴ Exemplo extraído de Bechara (1999, p. 165).

Com menos intensidade, havia também, no latim clássico, o uso da medial dinâmica, que corresponderia, em português, a construções pronominalizadas do tipo:

(07) Ele *se* levantou.

Nessas construções, embora o clítico retome a pessoa do sujeito e transcenda como ponto de partida da ação verbal, ele não funciona como objeto sobre o qual recairiam os efeitos da ação. Diferentemente das estruturas reflexivas e recíprocas, as construções com esse tipo de *se* sofrem alteração de sentido ao trocar o *se* por um objeto não anafórico ao sujeito:

(08) Ele *o* levantou.

Observe-se que o sentido da oração passa a ser “ele suspendeu alguém/algo”, “ele ergueu alguém/algo”. Dessa maneira, o *se* é importante para a interpretação verbal; remete ao sujeito, transmitindo que ele se encontra integrado e interessado na ação verbal. Por esses motivos, esse tipo de *se* é chamado pela gramática tradicional de pronome reflexivo fossilizado ou de *parte integrante do verbo*. Mesmo receosos de lançar outro termo para designar esse tipo de *se*, o chamaremos de *se-medializador*, aceitando a sugestão de Ilari:

Se não fosse arriscado dar mais um rótulo à partícula *se*, que a gramática tradicional já castigou espetando-lhe tantas etiquetas sem no fundo entendê-la, falaríamos de bom grado aqui em '*se medializador*'. Deve ter sido pela via desses '*ses medializadores*' que surgiu em português uma conjugação intrinsecamente pronominal, onde o pronome *se* já não exprime qualquer papel profundo (Ilari *et al.*, 2002, p. 163).

A medial dinâmica, talvez por não obrigar coindexação do *se* com o sujeito, permitiu, “no próprio latim clássico, o uso da reflexiva com sujeitos inanimados, envoltos aqui numa espécie de personificação metafórica” (Carvalho, 1990, p. 67), abrindo espaço para orações do tipo:

(09) a. O mar *se* agita.

b. A estrada *se* estende.⁵

Ainda, da medial dinâmica, nasceu a *medial expletiva*, em que o *se*, contíguo a verbo intransitivo, tem valor mais estilístico do que propriamente gramatical. Esse tipo de *se* recebe da gramática tradicional a atribuição de *pronomes* ou *partícula de realce*. Para Câmara Jr. (1986, p. 164) *ir-se*, *chegar-se*, *rir-se* são exemplos de medial expletiva.

O clítico *se*, no latim clássico, conforme apresentado, embora fosse usado quase exclusivamente como reflexivo/recíproco, já anunciava várias possibilidades de empregos. Com o passar do tempo, houve uma larga expansão da medial dinâmica. Atualmente, são várias as possibilidades de construção com o *se* que não desempenham a função reflexiva propriamente dita.

Todos esses tipos de *se*, como vimos, referem-se à voz medial, também chamada de voz reflexiva. Recapitulando, a voz média subdivide-se em três categorias: medial reflexiva, na qual se enquadra o *se-reflexivo*; medial recíproca, na qual se insere o *se-recíproco*; e a medial dinâmica, na qual se enquadram o *se-medializador* e o *se-expletivo*. Como todos esses *ses* referem-se à categoria maior *voz média*, para designá-los em conjunto, falaremos em *se medial* ou *ses mediais*.

Neste estudo, abordaremos esses quatro tipos de *se* medial, contudo, embora retomemos as conhecidas definições da gramática tradicional e tratemos as funções do *se* de forma estanque nesta apresentação, assumiremos postura diferente ao longo do trabalho. Reconhecemos as fronteiras ambíguas existentes entre o *se-reflexivo* e o *se-medializador*, o *se-medializador* e o *se-expletivo*; e as atribuiremos às mudanças lingüísticas ocorridas desde o latim clássico.

Entendemos que, com o passar do tempo, o *se*, antes restrito às funções de objeto direto e indireto no latim, alarga seus domínios funcionais. Nesse percurso, o *se* não mudou abruptamente para outra função, mas foi paulatinamente assumindo outras nuances, de modo que, ao mirarmos as

⁵ Exemplos extraídos de Carvalho (1990, p. 68).

fronteiras entre as funções, não é possível estabelecer limites bem definidos. Recorreremos à teoria do Funcionalismo Lingüístico para nos auxiliar a perceber e sistematizar esse *continuum*.

Outro fato interessante está acontecendo com o clítico *se*: as pessoas estão apagando-o em algumas circunstâncias. Ora o clítico *se* faz presente, ora não. Essa variação está, inclusive, presente na fala de uma mesma pessoa:

(10) Quando eles iam *se casar*... (SC FLP 03 FAP)⁶

(11) Quando eles iam \emptyset casar, ele morreu. (SC FLP 03 FAP)

Indagamos qual tipo de *se* está sendo apagado, por que motivos. Camacho (2003) lança a hipótese de que o *se* suprimido seja o medializador. A supressão do *se* marcaria a medialidade (ou seja, a voz medial dinâmica), enquanto a manutenção do clítico, a reflexividade. Isso “induziria a pensar que o PB falado estaria passando de sistema de uma forma, em que os dois tipos de construção compartilham a mesma morfologia, para um sistema de duas formas” (Camacho, 2003). Queremos investigar se esse apagamento seria indício de mudança. Para tanto, evocaremos a teoria da Sociolingüística para esquadrinhar a variação entre os dois usos.

Há ainda dois empregos do clítico *se* que nos chamam a atenção: o redobramento e a combinação do *se* com outras pessoas do discurso, como *eu*, *tu* e *nós*, conforme mostram respectivamente os exemplos a seguir:

(12) Ó, era uma pessoa ótima, *se viciou-se*. (SC FLP 17 FBG)

(13) *Se molhei* tudo. (SC CRI 49)⁷

(14) Nós *se separamos*. (SC FLP 03 FAP)

⁶ A sigla refere-se à identificação da entrevista de onde foram coletadas as ocorrências, pertencente ao Banco de Dados VARSUL, estratificadas quanto ao sexo, três faixas etárias e três faixas de escolarização. As duas primeiras letras referem-se ao estado (Santa Catarina), as três letras seguintes referem-se à cidade (Florianópolis) e o número é o número do informante. A sigla seguinte informa o sexo do falante (F para feminino e M para masculino), a faixa etária (J para 15 a 24 anos, A para 25 a 49 anos e B para mais de 50 anos) e o tempo de escolarização (P para 4 a 5 anos, G para 35 a 49 anos e C para 9 a 11 anos). A caracterização e a constituição do *corpus* de análise são detalhadas na parte dos procedimentos metodológicos, seção 5.1.

⁷ Este dado é de Criciúma-SC.

(15) Esses bailes de sítio. São muito bons, né? tu *se* diverte muito, mais que nos bailes da cidade. (SC FLP 14 MBG)

Embora seja desejo debruçar-nos sobre esses fenômenos, eles serão abordados brevemente nesta dissertação. O intuito é mais de anunciar nosso reconhecimento desses dois empregos.

Por fim, são estas as facetas do *se* que pretendemos auscultar: *se-reflexivo*, *se-recíproco*, *se-medializador* e *se-expletivo*. Os dados que serão submetidos às análises são provenientes de situações concretas de fala, registradas no Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana da Região Sul do Brasil). Este banco é composto por entrevistas de cerca de uma hora de duração cada uma, gravadas segundo orientação metodológica da Sociolingüística laboviana. Seleccionamos 36 informantes de Florianópolis para análise, estratificados de acordo com as variáveis sociais sexo, idade e escolaridade.

Acreditamos que trabalhar com dados reais de fala torna nosso estudo mais comprometido com a realidade. Além do mais, buscaremos correlacionar as manifestações do *se* às situações comunicativas em que elas ocorrem, levando em consideração o falante. Essa forma de trabalho é fundamental, visto que também é pré-requisito das teorias abordadas desenvolver a análise lingüística apreciando o contexto global do discurso. É nele que a forma semovente chamada clítico *se*, de função medial, será objeto de nossas elucubrações.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo é dedicado à exposição do quadro teórico que orienta o presente estudo. Esse quadro é resultado da conciliação de duas teorias lingüísticas: o Funcionalismo e a Sociolingüística. Elas são apresentadas nas duas próximas seções. Em seguida, há uma seção em que se apresenta a maneira pela qual pensamos ser possível harmonizar as duas teorias para analisar um objeto de estudo. A união dessas duas abordagens foi baseada tanto na confluência entre as duas teorias como no ganho que se obtém ao investigar o objeto sob duas perspectivas distintas.

2.1. A Sociolingüística laboviana

Embora haja estudos anteriores que relacionam língua e sociedade, é na década de 60, com a Sociolingüística, que se tem maior contribuição para fortalecer esse novo caminho. William Labov é um dos nomes que se destacam. Por meio de sua pesquisa sobre o inglês falado na ilha Martha's Vineyard, no estado de Massachusetts, nos Estados Unidos (1963), ele conseguiu destacar o papel preponderante dos fatores sociais na explicação da variação lingüística. Além disso, ele demonstrou a possibilidade da variação lingüística ser objeto de sistematização.

Labov ressalta o valor do ambiente social em que o falante está inserido, ambiente este composto por outras pessoas com quem o falante mantém relações de interdependência. Dessa forma, compreende-se que a língua apresenta variabilidade de uso, ela assume contornos que identificam os falantes: a localidade geográfica em que se inserem – a isso se denominou variação geográfica ou diatópica; a posição que ocupam na sociedade – denominada variação social ou diastrática.

Para apreensão da variação social ou diastrática, são levados em consideração fatores como: a classe social, o sexo, a idade e a escolaridade do falante. Estes são, segundo Labov (1963), fatores extralingüísticos a que a língua é condicionada. A relação social e a interação entre locutores fixam-se como fatores de intensa relevância para restringirem as variantes lingüísticas de certa comunidade lingüística – os falantes fazem escolhas entre duas ou mais formas de se dizer a “mesma coisa”.

Assim, a variação – que a abordagem estruturalista julgava livre e imprevisível, ou parte de sistemas distintos, mas co-existentes na mesma comunidade – é encarada como propriedade inerente a todas as línguas, passível de ser descrita e analisada. Labov (1972) nos revela, com um abundante material comprobatório, que as formas variantes convivem num mesmo sistema lingüístico, que, por sua vez, é regular e segue padrões. Lança-se a concepção de “heterogeneidade sistemática”.

Tarallo (1990) afirma que é precisamente na heterogeneidade, “dentro dela que devemos buscar estrutura, sistema e funcionamento” (p. 57). É na aparente desordenação que os sociolingüistas devem vasculhar e descobrir as regras que governam a variação. Ao estudar a variação, entende-se melhor o sistema lingüístico, não só num tempo estático, mas sua evolução ao longo do tempo.

Além de ser uma característica essencial da língua, a variação é também um pré-requisito para a mudança lingüística. Quando se está diante de uma

mudança lingüística, está-se diante de um fato que sofreu ou ainda sofre variação. No entanto, nem toda variação acarreta mudança. De maneira bastante simples, quando se encontram formas em variação, há dois caminhos: 1) a existência de uma estabilidade na variação ou 2) mudança em progresso (Tarallo, 1990).

As formas lingüísticas em variação são chamadas de *variantes*, isto é, são formas diferentes que se tem para dizer “a mesma coisa” em um “mesmo contexto” e com o “mesmo valor de verdade”. O grupo de variantes é chamado de *variável lingüística*. Assim, uma forma (variante) A e outra B, sejam quantas forem, fornecem a mesma informação referencial, que, normalmente, é interpretada pelos integrantes da comunidade. Um dos objetivos da Sociolingüística é estudar e legitimar variantes utilizadas numa comunidade de fala, bem como entender a relação entre variação e mudança lingüística (Weinreich, Labov e Herzog, 1968).

As variáveis lingüísticas se constroem sob diversas pressões, internas e externas à língua. As pressões internas estão organizadas em fatores fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, discursivos e lexicais. As pressões externas correspondem aos fatores individuais (sexo, idade, etnia), aos sócio-geográficos (região, escolarização, nível de renda, profissão, classe social), e aos contextuais (grau de formalidade e tensão discursiva)⁸. Todos esses fatores podem condicionar o uso das variáveis simultaneamente e dinamicamente. Por dependerem desses condicionantes na análise, as variáveis lingüísticas, objeto de estudo, são denominadas *variáveis dependentes*. Já os grupos de fatores condicionadores são considerados *variáveis independentes*, por não dependerem da variável dependente e por não serem dependentes entre si.

Controlando esses grupos de fatores condicionadores, a Sociolingüística busca explicar a preferência por uma variante, em vez de outra. Para o controle e mensuração do comportamento das variantes dentro do contexto lingüístico e

⁸ O conceito de *comunidade de fala* laboviano pode ser conferido em Calvet (2002).

social, opera-se com técnicas quantitativas, estatísticas. Esse modelo de análise se baseia na teoria da probabilidade aplicada aos dados de fala, a fim de esclarecer as regularidades que governam o emprego das variantes na comunidade. Com base nessa análise quantitativa pode-se provocar e sustentar hipóteses a respeito das complexas relações entre língua e sociedade.

Quando uma variante, em competição com outra, começa a predominar, pode indiciar uma mudança lingüística em curso. A freqüência de uso, pois, é um ponto extremamente importante na análise sociolingüística (Labov, 1972). À freqüência podem-se associar os diversos fatores condicionantes, chegando-se a extrair o peso relativo de cada um dos fatores sobre a presença de uma ou outra variante. De posse dos resultados quantitativos, busca-se verificar se as hipóteses iniciais foram confirmadas e se o fenômeno da mudança lingüística está se manifestando.

Essa possibilidade de constatação pode ser sustentada por uma análise lingüística tanto em amostras da linguagem atual como em amostras da linguagem do passado, pois a variabilidade da língua perpassa os períodos de tempo. Assim, a variável pode ser estudada mediante uma amostra sincrônica, observando-se a freqüência e probabilidade das variantes entre falantes mais jovens e mais velhos. Isso é conhecido como análise em *tempo aparente*. Quando se analisa amostras da linguagem de uma comunidade em pontos distintos no tempo, está-se fazendo análise em *tempo real*. Embora não seja obrigatória, a combinação dessas duas análises pode oferecer um prognóstico de mudança em curso mais confiável e preciso.

Na análise em tempo aparente, estuda-se uma determinada comunidade comparando a linguagem entre diferentes gerações no mesmo período (crianças, jovens, adultos e idosos). Geralmente, a variante inovadora é mais recorrente entre os mais jovens, resultando num gráfico linear (decrecente ou crescente): de um lado da escala, a faixa etária mais jovem apresenta freqüência de uso da variante inovadora mais elevada; e de outro, a faixa etária mais velha

apresenta frequência de uso da variante inovadora mais baixa ou mesmo nenhuma frequência. Isso foi denominado de *mudança em tempo aparente*. Dessa forma, gerações sucessivas apresentarão proporções maiores de uso da variante inovadora, a qual poderá prevalecer à variante mais antiga, podendo até mesmo eliminá-la.

A análise em tempo aparente se ancora na hipótese clássica de que o processo de aquisição da língua se encerra pelo início da puberdade, permanecendo estável durante toda a vida do sujeito (Naro, 2002). As inovações lingüísticas incorporadas na adolescência poderão acompanhá-lo até a velhice. Isso significa que o estado atual da língua de um falante adulto reflete o estado da língua adquirida na adolescência, por volta de seus quinze anos. Assim, um indivíduo com sessenta anos hoje representa a língua de quarenta e cinco anos atrás. Esse tipo de mudança, chamada *geracional*, prevê, em relação à língua, estabilidade do falante e instabilidade da comunidade com passar do tempo (Labov, 1982, 1994). Com base nisso, é permissível comparar a linguagem de pessoas de diferentes idades para observar diferentes estágios de uso da língua.

Há, ainda, outra possibilidade de comportamento do sistema lingüístico do indivíduo: a de que ele muda ao longo do tempo. Nesse caso, não há mudança lingüística, mas sim um tipo de *variação estável*. Em termos empíricos, a distribuição dos dados apresenta um padrão *curvilíneo*. Nos extremos da escala etária, quando jovem ou quando mais velho, o indivíduo apresenta um comportamento semelhante, distanciado da forma padrão. Entende-se que o indivíduo nessas etapas de vida sofre menos pressão social. Diferentemente da faixa etária intermediária, que, em decorrência da inserção no mercado de trabalho, empresta valores sociais de prestígio, aumentando o uso da variante padrão. Sob essa ótica, pode-se conceber a mudança do indivíduo ao longo do tempo, por conta da atuação de forças externas, mas a comunidade como um todo não é afetada por essa mudança (Labov, 2001).

O outro tipo de análise, em tempo real, requer observação da língua em pontos distintos no tempo, a fim de investigar o processo histórico de mudança em diferentes épocas da língua (anos, décadas ou até mesmo séculos atrás). Em razão desse cuidado em rastrear a mudança durante um período de tempo maior, é que se confere à análise em tempo real mais confiança e precisão ao estabelecer que uma mudança lingüística se consumou ou está se consumando.

Para fazer a análise em tempo real, segundo Labov (1994), coletam-se dados, seja de fala ou escrita, de uma comunidade e, passado um tempo, repete-se a coleta na mesma comunidade, mantendo-se as mesmas características sociais dos informantes. Quando o pesquisador se debruça sobre uma amostra de língua de indivíduos diferentes, distanciados no tempo, porém pertencentes à mesma comunidade, tem-se *estudo de tendência*. Mas o pesquisador pode optar por um *estudo de painel*, que demanda o recontato com os mesmos indivíduos da primeira coleta, com aplicação do mesmo instrumento.

De qualquer modo, seja sincrônica ou diacronicamente, a mudança lingüística deve ser investigada na língua em uso, inserida na vida social da comunidade, já que pressões sociais estão continuamente operando sobre a linguagem. Assim sendo, a sociolingüística pretende basear-se essencialmente na análise do vernáculo, isto é, das práticas orais cotidianas, em que há menos monitoramento da fala. De acordo com Labov (1972), os primeiros apontamentos da evolução lingüística acontecem na espontaneidade da fala diária.

É na naturalidade e heterogeneidade contidas na fala que Labov realizou seus trabalhos pioneiros (1963, 1966, 1972), na busca de evidenciar as inter-relações entre língua e sociedade. Ele inicia os estudos sobre variação lingüística no campo da fonologia. Na ilha de Martha's Vineyard, o autor investigou a elevação dos ditongos /aw/ e /ey/, observando a variação entre dois ou mais alofones para a representação do mesmo fonema (Labov, 1963). Na cidade de Nova York, Labov (1966) inquiriu a realização do /r/ em lojas de departamento

de classes sociais distintas. Labov constatou a atuação dos agentes externos agindo sobre a língua, inclusive, que a variável lingüística é um diferenciador social na cidade de Nova York. Nos casos abordados, as variantes tinham o mesmo valor de verdade, podendo ser alternantes em um mesmo contexto, só comportavam diferenças quanto a valores sociais e de estilo.

Ampliando o estudo variacionista para além dos limites da fonologia, Weiner & Labov (1983) estudaram construções ativas e passivas do inglês, a fim de testar fatores externos (estilo, sexo, idade, etnia, idade) e fatores internos (status informacional, paralelismo estrutural), concluindo que os dois tipos de condicionamentos são independentes, uma vez que todos os grupos sociais trataram a alternância ativa/passiva da mesma maneira. Tais resultados evidenciaram uma novidade aos autores: a estrutura social em que os falantes estão inseridos não foi determinante para explicar a alternância ativa/passiva; os fatores de ordem interna relativos ao funcionamento da gramática se mostraram mais relevantes.

As conclusões desse estudo detonam uma discussão a respeito do que é uma variável lingüística e até mesmo do que é a sociolingüística. Esbarrou-se na grande discussão da manutenção do mesmo significado para as formas alternantes num mesmo contexto. No campo da fonologia, essa definição é perfeitamente aplicável. Mas em outros campos da lingüística, como a sintaxe, nem sempre há consenso quanto ao valor de verdade. Quanto à sociolingüística, passou-se a questionar a noção de variável sociolingüística, já que os fatores sociais podem não ser significativos no condicionamento da variação. Dessa controvérsia, surge a clássica polêmica Lavandera x Labov.

Beatriz Lavandera publicou um texto, em 1978, no qual a autora expôs suas dúvidas quanto à validade de estudos variacionistas que analisam unidades sintáticas ou discursivas, pois acreditava que toda construção sintática possui seu significado próprio. Dessa forma, para ela, era difícil conceber variação nesses casos, uma vez que a variação consistia em duas ou mais

maneiras de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto. Em razão disso, a autora propôs um alargamento da condição de *mesmo significado* para *comparabilidade funcional*. Além disso, Lavandera questionou a não influência dos fatores sociais na variação. Na sua perspectiva, toda pesquisa sociolingüística deveria contemplar a influência dos fatores sociais sobre a língua.

Labov (1978) responde ao texto de Lavandera, reafirmando o princípio da equivalência semântica das variantes: “dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas têm o mesmo significado representacional ou mesmo valor de verdade” (p. 2). A função referencial ou *significado representacional* predomina na identificação das variantes. E a respeito da finalidade da sociolingüística, defende-se o autor enunciando que o estudo da variação ultrapassou a curiosidade primária de descobrir a motivação social de mudanças de sons particulares e de demonstrar a correlação das escolhas lingüísticas com o espectro social. Os fatores sociais e estilísticos podem ou não influenciar no condicionamento de fenômenos de variação. O mais importante é chegar à gramática da língua e à competência lingüística do falante, ou seja, o importante é estudar a língua em uso; e o que é a língua senão um objeto inerentemente social?

2.2. O Funcionalismo lingüístico

A teoria funcionalista concebe a língua como um instrumento de interação social, dependente de contextos de uso. Destarte, a língua não é um objeto autônomo, mas é submissa às influências das situações comunicativas. De acordo com Givón (1995), todo funcionalista defende a idéia de não-autonomia da língua, pois ela “não pode ser entendida sem referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação

social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução.” (Neves, 2001, p. 3) Os funcionalistas analisam, por conseguinte, a estrutura gramatical levando em consideração os participantes e seus propósitos, além do contexto discursivo.

Estudar um fenômeno lingüístico, pois, sob a ótica funcionalista, implica investigar o modo como a língua é usada nas situações comunicativas. Entende-se que as formas da língua refletem ou são condicionadas, em alguma medida, pela função comunicativa que as move (Givón, 1990). Esse condicionamento da forma pela função é regulado por princípios de *iconicidade*. Givón (1984) define os princípios de iconicidade como “os princípios que governam as correlações naturais entre forma e função.” (p. 30) A iconicidade, entretanto, não requer a existência de uma relação biunívoca e não-arbitrária de um-para-um entre forma e função. Dessa maneira, forma e função encontram-se sempre em mobilidade, permitindo várias formas para uma função e várias funções para uma forma.

Portanto, compete ao pesquisador funcionalista, não só tratar da forma, mas sobretudo da função; ou melhor: examinar a relação *forma-função* inserida no contexto global do discurso, que envolve os fatores sociais, comunicativos/pragmáticos e cognitivos em um dado período de tempo. É ideal de um funcionalista desvendar como os falantes intuitivamente conseguem comunicar-se proficientemente, ou seja, como se alcança a competência comunicativa. Isso implica evidenciar o estudo do discurso enquanto expressão lingüística no ato da comunicação. No discurso, entrelaça-se o que é sistêmico (estrutura) e o que é funcional (uso), numa relação de interdependência. Ambos, estrutura e função, interagem dinamicamente, acarretando a evolução da língua.

Vê-se, assim, que a relação entre estrutura e função é algo dinâmico e instável. Provém daí a noção de *gramática emergente* (Hopper, 1987), ou seja, uma gramática que não é estável nem fechada. Pelo contrário, é aberta, receptiva a inovações. Desse modo, as regularidades existentes num período

são provisórias, sempre sujeitas à renovação e ao abandono. Sob esse ponto de vista, a gramática emerge continuamente no discurso, não havendo, a rigor, gramática, mas *gramaticalização*: um movimento de itens lexicais rumo a funções de contornos gramaticais, num processo de eterna sistematização (Givón, 1995).

A gramática, portanto, é um movimento gradual e progressivo. Nessa evolução, ela recebe constantemente inovações lexicais e gramaticais. Estas, por sua vez, com o passar do tempo, tornam-se habituais por serem freqüentes em certo tipo de contexto interacional. Ao se tornarem habituais, gramaticalizam-se, e se já eram gramaticais, gramaticalizam-se em uma condição ainda mais gramatical. Assim sendo, podemos entender a gramaticalização como um percurso gradual em que um item lexical passa por processo de recategorização, deixando de ser uma forma livre para funcionar no campo gramatical.

Nesse processo, lento e gradual, as formas não passam abruptamente para o estágio posterior; antes, passam por fases de alternância em que vão assumindo, minimamente, traços de funções diferentes. As categorias, conseqüentemente, não são discretas; as funções, por vezes, se misturam. À vista disso, as categorias estão sempre num *continuum*. Daí a sutileza na identificação de funções. Conforme sugere Castilho (1997), a continuidade e o gradualismo das inovações acarretam uma continuada e gradual reestruturação da língua. No percurso da gramaticalização, constata-se na forma um paulatino enfraquecimento e generalização do significado. As formas migram gradativamente de funções mais concretas e mais dêiticas para funções mais abstratas e relacionais. Por fim, o item pode desaparecer, renovar-se ou cristalizar-se.

Segundo Castilho (1994), a gramática “é a cristalização das formas discursivas mais produtivas” (p. 83). Disso, podemos abstrair duas lições: 1) a gramática é moldada de acordo com as formas que se cristalizam no discurso; portanto, a construção da gramática dá-se pelo discurso; 2) as formas

cristalizadas são aquelas que, no discurso, são mais produtivas, ou seja, mais usadas pelos falantes; são essas formas que serão convencionalizadas como gramaticais.

Em decorrência da primeira premissa citada acima, Givón (1979) ressalta o papel do discurso/pragmática ao clamar que “a sintaxe de hoje é a pragmática de ontem” (p. 83). O uso da língua, segundo a hipótese funcionalista, é responsável pela estruturação do sistema lingüístico. É por estar em uso que a língua está sujeita a constantes modificações. Entretanto, a citação de Castilho nos revela que nem todas as inovações que emergem no discurso são integradas à gramática. Somente aquelas mais usadas serão ditas gramaticais. Uma forma mais usada passa a ser mais habitual e surge mais facilmente como uma estratégia comum e previsível de preencher uma função no discurso (Hopper & Traugott, 1993).

Assim, a noção de frequência assume papel fundamental para que uma palavra ou construção possa ser caracterizada como parte integrante de uma língua (Bybee & Hopper, 2001). O aumento da frequência de uso de uma palavra ou construção aumenta a possibilidade/probabilidade de expansão de seu sentido (Bybee, 2007). E quanto mais se perde a clareza semântica do item, mais ele é passível de ampliar seu contexto de uso. Os falantes comumente usam formas já existentes para exprimir funções diferentes das que exerciam, e mais raramente criam formas. Em decorrência da super-repetição, uma forma pode ser automatizada como uma única unidade de processamento (Bybee, 2007).

Sob esse prisma, ao estudar a emergência de itens gramaticais é necessário que o pesquisador examine o item em que está interessado apenas quando usado por falantes reais em contextos reais. Ademais, é preciso que o item seja atestado por um número relevante de ocorrências para que se confirme a participação efetiva do item como estratégia discursiva dos usuários da língua (cf. Bybee & Hopper, 2001). Desse modo, a gramática é efeito de

freqüência. Logo, a pesquisa fundamenta-se nas freqüências e porcentagens. É com base nos números que se podem lançar hipóteses, descrever a situação lingüística, interpretar indícios de regularizações e inovações.

Todavia, não é só por meio da freqüência que se decifra o comportamento da forma/função. No processo de gramaticalização, em que formas mais velhas convivem com formas mais novas, atua um mecanismo cognitivo geral, representado pelo *princípio da marcação*. Givón (1995, p. 28), postula a existência de três critérios básicos de marcação: (a) complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) que a não marcada; (b) distribuição de freqüência: a categoria marcada tende a ser menos freqüente que a não marcada; (c) complexidade cognitiva: a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa, por requerer mais atenção, esforço mental e tempo de processamento, que a não marcada. Os critérios (a) e (c) acabam se fundindo no *princípio meta-icônico da marcação*: “categorias que são estruturalmente mais marcadas tendem também a ser substantivamente [vale dizer funcionalmente] mais marcadas” (Givón, 2001, p. 38).

Itens que convivem num mesmo domínio funcional comumente manifestam diferenças quanto à marcação lingüística. Essas diferenças não devem ser desprezadas na caracterização dos itens. Tais distinções podem restringir ou favorecer o uso de uma das formas em determinado contexto. Assim é que os critérios de marcação propostos por Givón para a distinção das unidades sob estudo são contemplados nos estudos funcionalistas. Por ter uma função várias formas, a marcação é tomada como escalar, em vez de apenas considerar a dicotomia marcado versus não marcado.

Em suma, a teoria funcionalista fornece subsídios para esquadrihar o comportamento das relações forma/função: suas características, peculiaridades, tendências; seu nascimento, evolução e desaparecimento. A exigência que se faz a um pesquisador funcionalista é que assuma a linguagem como uma atividade sociocultural, levando em consideração que a língua é suscetível de forças

advindas do contexto comunicativo. É no bojo do discurso que se deve procurar correlacionar forma e função.

2.3. Interface teórica

Após as reflexões feitas até o momento, podemos perceber que há uma confluência de idéias entre a abordagem sociolingüística e a abordagem funcionalista⁹. Prioritariamente, ambas aspiram a explicar e descrever o uso da língua em situações comunicativas reais, levando em consideração os participantes e suas intenções dentro do contexto. Para as duas abordagens, o contexto comunicativo é essencial para os estudos lingüísticos porque ele exerce pressões sobre a língua, moldando-a, modificando-a. Logo, as duas teorias compreendem a variação e a mudança lingüística.

Embora ambas as teorias abranjam a variação e a mudança lingüística, elas as vêem sob perspectivas diferentes. A sociolingüística destaca que a variação é o primeiro passo para a mudança lingüística. O falante começa a usar uma forma alternante para uma variável lingüística; as formas coexistem por um período; posteriormente, uma das formas pode se tornar obsoleta. Assim, a mudança pressupõe a existência de um período de variação.

Nos estudos funcionalistas, a precedência da variação sobre a mudança é invertida: a variação decorre da mudança. Seguindo os princípios da gramaticalização, investiga-se o percurso evolutivo de um item, o qual, no desenrolar de sua trajetória, adquire múltiplas funções. Se uma ou mais dessas funções já estiverem sendo exercidas por outras formas, tem-se variação.

Apesar das diferenças, é possível conciliar as duas abordagens, pois, segundo Castilho (1997), “a variação é ao mesmo tempo o ponto de partida e o

⁹ Uma discussão bastante detalhada sobre a convergência entre postulados da sociolingüística laboviana e do funcionalismo norte-americano é encontrada em Tavares, 2003.

ponto de chegada da mudança lingüística” (p. 55). Por conseguinte, períodos de variação seguem períodos de mudança, períodos de mudança seguem períodos de variação, e assim sucessivamente: ... variação > mudança > variação > mudança > variação ... A divergência se dá por questão de enfoque. Adjungir as duas abordagens permite uma visão mais ampla do processo de variação e mudança lingüística.

Outro ponto díspar é o tratamento conferido às formas lingüísticas. Os estudos sociolingüísticos têm por alvo a variação. Desse modo, há que se contemplar pelo menos duas formas variantes de uma mesma variável lingüística. Como critério para estabelecimento de um conjunto de variantes, as formas lingüísticas devem apresentar o mesmo significado, ou o mesmo valor de verdade, num mesmo contexto de uso.

Já os funcionalistas abdicam da exigência de duas formas variantes em seus estudos. É bastante comum a preferência por examinar apenas um item ou construção lingüística, focalizando os estágios de mudança por que passou o item ou construção. Todavia, não contestam a coexistência de várias formas num período, causando a variação no uso de uma ou outra forma que são funcionalmente equivalentes.

Para harmonizar essa discrepância, uma solução é o afrouxamento do critério por meio do qual as variantes são agrupadas, possibilitando postular como variável formas que compartilham as mesmas funções discursivas (cf. Tavares, 2003). Assim sendo, itens ou construções são assumidos como variantes apresentando ou não o mesmo significado; o importante é que exerçam a mesma função.

Nesta pesquisa, mesmo consciente das diferenças de objetivo entre o funcionalismo voltado à gramaticalização (história de uma forma) e a sociolingüística variacionista (convivência de formas distintas para um mesmo significado em um determinado momento), espera-se atingir uma convergência entre os pressupostos teórico-metodológicos de cada teoria. Por vezes, uma das

teorias sobressairá. Por exemplo, quando o objeto, que desempenha uma função, apresentar uma forma variante, predominará a abordagem da sociolingüística. Por outro lado, quando o foco da análise recair sobre a função discursiva das formas, prevalecerá a perspectiva funcionalista.

É sob esse olhar – *sociofuncionalista* – que será analisada, neste trabalho, a noção de medialidade do clítico *se*. Esta forma, que, a princípio, encerraria a função reflexiva, funcionando como objeto direto, vem adquirindo novas funções no discurso, expandindo seu domínio funcional. Ao mesmo tempo, a forma *se* convive com a variante nula. Partindo de dados concretos de fala, é pretensão deste estudo investigar a forma *se*, suas funções e suas variantes.

3. OBJETO DE ESTUDO

Reafirmando o que dissemos no início deste trabalho, o objeto que nos propomos estudar é o clítico *se* presente nas construções de voz média: *se-reflexivo*, *se-recíproco*, *se-medializador* e *se-expletivo*. Numa construção medial, ao verbo na forma ativa se acrescenta o *se*, referente à pessoa do sujeito. Este sempre recebe os efeitos do acontecimento verbal e veicula um envolvimento e integração no evento.

Primeiramente, neste capítulo, repassaremos pelos conceitos de voz média. Em seguida, abordaremos, respectivamente, os quatro tipos de *se* (*se-reflexivo*, *se-recíproco*, *se-medializador* e *se-expletivo*) e as fronteiras ambíguas que permitem a sobreposição de funções. Por último, abriremos espaço para resenhar brevemente alguns trabalhos afins, que também abordam o *se*.

3.1. Breve história da voz média

Nesta seção, contaremos a história da voz média que tem como personagem principal o clítico *se*¹⁰. Pretende-se retomar, de forma breve, a

¹⁰ Há construções mediais que prescindem o uso do clítico *se*. Por exemplo: “Essa lata amassa fácil”, “Esse adesivo gruda bem”. Nessas construções, o verbo possui forma morfológica ativa, mas uma interpretação passiva, com sujeito paciente. A esse respeito, consultar Cambrussi (2007).

evolução da voz média desde o latim até o português atual. Antes ainda do latim, os valores medias (reflexivo, recíproco e dinâmico) já se faziam presentes nas línguas indo-européias. Esses valores foram transmitidos ao latim e, por meio deste, chegaram ao português.

Nas línguas indo-européias a expressão formal dos valores mediais era morfológica, bastante específica. Em latim, perderam-se essas especificidades, o que propiciou a passagem dos verbos para a ativa e o desenvolvimento das construções pronominais para representar a noção perdida. Residualmente, preservaram-se os verbos depoentes como exemplar mais próximo das médias indo-européias. Esses verbos tinham uma forma distinta da forma ativa; era igual à da passiva, mas indicava a voz média (Câmara Jr. 1974). Isso trouxe ambigüidade de interpretação a alguns verbos, chamados então de *médio-passivos*. “Quanto ao uso médio-passivo propriamente dito, este implica a existência de um sujeito interessado e integrado na ação verbal, tema ou ponto de partida e, ao mesmo tempo, ponto de chegada do processo verbal.” (Carvalho, 1990, p. 94)

Para construir a voz médio-passiva, eram acrescentados morfemas específicos aos verbos da ativa, a saber, *-ris* e *-mini* à 2ª pessoa do singular e do plural respectivamente; *-r* à 1ª pessoa do singular e *-ur* às demais pessoas (Carvalho, 1990, p. 42). Assim, um verbo como *moveor* pode significar, ao mesmo tempo, *sou movido* e *me movo*; *lavor* implica duplamente *sou lavado* e *me lavo*. Para construir frases como *Bons livros se lêem na escola*, os latinos empregariam a desinência da médio-passiva: *Boni libri leguntur in schola*. No latim clássico, não existia o emprego do clítico *se* em construções de matizes passivos. Esse clítico era restrito às construções reflexivas propriamente ditas, em que o sujeito executa uma ação sobre si mesmo. Desse modo, algo como **Boni libri se legunt in schola* seria estranho às pessoas cultas da época; o entendimento da oração seria literal: “Bons livros lêem a si mesmos na escola” (Carvalho, 1990, p. 45).

A função reflexiva era bastante difundida no latim clássico. Para exprimir essa função, usava-se um clítico no caso acusativo, como complemento direto ou indireto do verbo, refletindo uma ação praticada pelo sujeito (medial reflexiva) ou indicando reciprocidade da ação, quando o sujeito fosse plural (medial recíproca). Empregado sempre com verbos transitivos, o *se-reflexivo/recíproco* preservou seu espaço até os dias de hoje, funcionando como complemento objetivo direto ou indireto.

Além disso, havia a medial dinâmica, em que o sujeito reaparece no predicado em forma de clítico, mas não há refletividade da ação. De acordo com Câmara Jr. (1974), a medial dinâmica servia para exprimir “de maneira toda particular a parte pessoal que toma o sujeito no fato expresso. (...) mostra a participação do corpo ou da alma do falante, conforme o caso, na ação que ele pratica.” (p. 182) Certos verbos tornados pronominais servem de exemplo da medial dinâmica em latim: “São verbos que expressam cuidados corporais (*se vestire, se adornare*), estados de espírito (*se indignare*), movimento (*se volvere, se vertere*), ocultamento (*se abscondere*), conscientização (*se videre*), afastamento (*se eximire*), extinção (*se finire*), etc.” (Carvalho, 1990, p. 66) Em português, tais verbos são classificados como *verbos pronominais*, e o clítico, reconhecido como pronome reflexivo fossilizado, é chamado de *parte integrante do verbo*. Nós o nomeamos de *se-medializador*.

A medial dinâmica também se construía com verbos intransitivos de movimento ou denotativos de ações espontâneas. Nesses casos, a presença do clítico serve para atribuir maior força à ação, o que lembra o nosso *ir-se, partir-se, rir-se*, denominado pela gramática normativa de *partícula expletiva ou de realce*. Nós a chamaremos de *se-expletivo*.

Essa voz médio-dinâmica, construída pronominalmente, é que consentiu a integração, ainda no latim clássico, de um ser que não é agente à ação verbal (Carvalho, 1990). Inicia-se o uso da voz medial com seres inanimados, envoltos numa espécie de personificação metafórica. Embora tivesse baixa frequência no

latim clássico, esse uso é que permitirá, em português, a criação de sentenças como *O mar se agita* e *A estrada se desdobra*.

Foi no latim vulgar que esse emprego se valorizou e se expandiu. A voz medial passou a aceitar sem estranhamento sujeitos inanimados, seja numa construção médio-dinâmica ou médio-passiva. A diferença entre uma e outra construção passou a ser mais sutil, ou seja, a médio-passiva *lavatur* (*se lava* ou *é lavado*) e médio-reflexiva *se lavat* (*se lava*) confundiram-se no latim vulgar. Nesse período, em vez de *lavatur*, o que se tem é *se lavat*. Desaparecida a forma sintética, a forma verbo-pronominal “generalizou-se rápida e completamente por toda a língua popular do império, sendo empregada com verbos intransitivos e transitivos.” (Carvalho, 1990, p. 97) Como isso aconteceu?

A dupla função exercida pelas construções médio-passiva (*lavatur*) desdobrou-se: de um lado, pelo uso do clítico contíguo ao verbo (*se lavat*); do outro, pelo verbo *ser* mais o particípio pretérito (*amatus sum* = sou amado). A hipótese de Carvalho (1990) é a de que, para exprimir a voz passiva, usava-se tipicamente a forma analítica *ser* + *particípio*, pois, “depurada de seu valor medial, essa nova passiva apresentava-se mais clara” (Carvalho, 1990, p. 98). Já a forma *verbo* + *clítico* corresponderia à face medial da voz médio-passiva. Note-se que, com isso, a forma *se* passa a abrigar uma nova função: a medial-passiva. Ou seja, a construção com o clítico acabou por se prestar também a uma interpretação passiva, superposta ao valor propriamente reflexivo original.

Essa função ambivalente ocasionou uma cisão no entendimento do clítico *se*, sobretudo quando o sujeito da oração é inanimado. Quando o sujeito é animado, capaz, portanto, de praticar a ação verbal, como em *Ele se lava todos os dias*, facilmente o *se* é interpretado como medial dinâmico. Contudo, quando o sujeito é inanimado, incapaz, do ponto de vista lógico, de praticar a ação verbal e sim sofrê-la, como em *Essa camisa se lava fácil*, prevaleceu a interpretação passiva. Desse modo, clítico *se* com sujeito inanimado é igual à voz passiva. Essa é a lição das nossas gramáticas tradicionais.

De nossa parte, o ponto de vista que mais satisfaz nosso espírito é assumir a ambivalência da medial-passiva, mormente com sujeitos inanimados. Convenceram-nos Carvalho (1990) e Câmara Jr. (1979): “Em regra, interpreta-se como uma modalidade de *voz passiva* (cf. Bourciez, 1930, 116); mas na realidade a noção gramatical é outra. É uma extensão da construção ativa, acrescida da participação intensa do sujeito” (Câmara Jr., 1979, p. 174). Said Ali também compartilhava desse ponto de vista. Para esses autores, o verdadeiro sucedâneo da voz média-passiva seria a forma analítica *ser + participio*; e a forma pronominal *verbo + clítico* apresenta valor antes medial que passivo, seja o sujeito animado ou inanimado.

O *se* está presente ali para indicar que o processo verbal está voltado para dentro de si mesmo, para um sujeito envolto na ação verbal. Dessa forma, frases como *O mar se agita* e *A porta se fechou* têm muito mais de medial do que de passiva (*O mar é agitado* e *A porta foi fechada*). Esse envolvimento do sujeito com o verbo pelo clítico *se* é o que interessa à voz medial.

A voz medial-passiva, por conduzir uma interpretação tanto passiva como medial, emana um valor verbal absoluto e, às vezes, “esse valor verbal absoluto é tão intenso, tão concentrado no próprio predicado verbal, que este, abstraindo a expressão de um agente, pode se prestar à indeterminação do sujeito” (Carvalho, 1990, p. 73). Desse modo, a ênfase está sobre o processo verbal, e não no agente. É o que acontece com a chamada passiva impessoal com verbos intransitivos (*vai-se, vive-se, dorme-se*, etc.). No latim clássico, a impessoalidade com o *se* era expressa apenas com os verbos intransitivos. No latim vulgar, passa a ser marcada também com verbos transitivos (*Aluga-se casa, Precisa-se de empregado*).

Para as nossas gramáticas tradicionais, construções com o clítico *se* que apresentam um ser inanimado – considerado sujeito – (*esta casa se vende/vende-se esta casa*) devem ser consideradas como de valor passivo, equivalentes, por esse

raciocínio, a *esta casa é vendida*. O *se* é denominado partícula apassivadora do verbo.

Para nós, com base nas hipóteses de Carvalho (1990) e Said Ali (1964), trata-se, também aqui, de orações de sujeito indeterminado, em que predomina a idéia de atividade, e não de passividade. Em frases como *Esta casa se vende fácil*, já dissemos, *esta casa* configura-se como sujeito e o *se* é objeto direto fossilizado, figurado ou metafórico. Acontece que, com a eventual posposição do sujeito em relação ao verbo, na posição típica de objeto (*Vende-se esta casa*), o nome toma feições de objeto para o falante, dirigindo para *casa* o efeito da ação verbal. O efeito é que a frase *vende-se esta casa* tem a sua mensagem

centrada unicamente no predicado, no acontecimento em si, no fato verbal em si mesmo, isto é, uma casa está à venda, e isso é o que interessa. Quem a está vendendo, o agente indeterminado, incógnito e anônimo, que está por trás desse fato torna-se secundário, é de somenos importância. Que fique indeterminado, pois. Ou, em termos sintáticos, que seja expresso por um Ø. (Carvalho, 1990, p. 187)

Entendemos, portanto, que em construções como essas [vb. 3ª p.s. + se + nome] o nome não se configura como sujeito da sentença, embora a tradição gramatical postule o contrário. São construções ativas de sujeito indeterminado [suj. Ø + vb. 3ª p.s + se + nome]. Sendo assim, as construções de sujeito indeterminado não fazem parte de nosso objeto de estudo, já que optamos por investigar este tipo de construção: [suj. + V + se], típica de voz medial.

Em português, a voz medial irá preservar e ampliar os valores herdados no latim vulgar. Terá ressonância também a ambivalência da voz médio-passiva, que resultará numa questão polêmica entre os estudiosos da língua. Retomaremos a postura de alguns deles, desde Barbosa (1871) até o período ulterior ao estabelecimento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), em 1958, estendendo até Bechara (1987) e Camacho (2003).

A voz média é apresentada em Barbosa (1871) como aquela que está entre a ativa e a passiva, na qual a ação do agente recai sobre ele mesmo. O autor lembra que os gregos dispunham das desinências verbais para expressar a voz média, enquanto os latinos faziam uso de pronomes da mesma pessoa do sujeito gramatical para exprimir o valor medial. Devido a essa ocorrência inevitável do pronome, por certo tempo convencionou-se chamar “os verbos assim construídos *pronominaes*, e também *reflexos* ou *recíprocos*, porque os agentes da oração reflectem e fazem recair sobre si a mesma acção que produzem, exercitando-a e recebendo-a ao mesmo tempo” (Barbosa, 1871, p. 180). No entanto, o autor declara que os gramáticos da época discordavam dessa classificação, já que tratavam como *pronominais* apenas os verbos que requerem o pronome em sua conjugação (*arrepender-se*, *queixar-se*). A nomenclatura que prevaleceu para designar a voz que se situa entre a ativa e a passiva foi *média* ou *reflexa*. As gramáticas modernas predominantemente a chamam de *voz reflexiva*.

No século subsequente, Câmara Jr. (1974) não se distancia da definição de Barbosa. O autor menciona a evolução da voz medial desde o latim e fornece três subcategorias de voz média: a média reflexiva, a média recíproca e a média dinâmica. Além disso, ele considera que a voz medial pode figurar com seres inanimados como sujeito.

Said Ali (1964) estabelece cinco funções exercidas pela voz média. Segundo o autor ela: 1) pode representar uma ação rigorosamente reflexa, na qual o agente pratica a ação sobre si mesmo: *Pedro matou-se*; 2) pode ser um estado ou uma condição nova, em que a forma reflexa equivale à combinação de *ficar* com *particípio pretérito*: *Carlos zangou-se com o irmão* = *Carlos ficou zangado com o irmão*; 3) pode ser um ato material ou movimento concreto que o sujeito agente executa em si próprio, idêntico ao que faria em outro paciente qualquer (animado ou não): *Afastei-me do fogo*, como em *Afastei o livro do fogo*; 4) pode ser um ato em que o sujeito aparece vivamente afetado: *Todos se queixaram da grave*

injustiça; e, por fim, 5) pode servir para denotar uma ação recíproca entre dois ou mais sujeitos agentes, nesse caso, o verbo é recíproco: *Os irmãos estimam-se uns aos outros*.

Bechara (1976) reconhece a voz medial subdividida em reflexiva, recíproca e dinâmica. Desperta interesse o fato de, em nota explicativa, Bechara afirmar que a NGB preferiu o termo *voz reflexiva*, sem fazer qualquer menção à voz medial. Notadamente o autor assume posição contrária, discutindo que a posição assumida pela NGB cria problemas de ordem morfológica e sintática. Contudo, mais tarde, Bechara (1987) entra em conformidade com a NGB, falando em *voz reflexiva*, sem qualquer menção à voz medial.

Nas gramáticas que se seguiram, a tendência foi assumir a posição adotada pela NGB e abandonar o termo *voz média* ou *medial*. Carvalho (1990) mostra, ao longo de sua tese, como o termo *voz reflexiva* é “menos preciso, menos abrangente e, portanto, mais limitado” (p. 44). De fato, pois, para as nossas gramáticas modernas (Almeida, 1985; Cegalla, 2000; Cipro Neto e Infante, 1999; Cunha e Cintra, 2001; Ferreira, 1992; Luft, 1978; Paschoalin e Spadoto, 1996 e Rocha Lima, 1978), em uniformidade, tem-se voz reflexiva quando o sujeito é, ao mesmo tempo, agente e paciente da ação verbal: faz uma ação cujos efeitos ele mesmo sofre ou recebe. Desapareceu o valor medial, ele foi misturado ao valor reflexivo propriamente dito, ou seja, não se faz distinção entre voz medial dinâmica e voz reflexiva, resumindo tudo em *voz reflexiva*. Para os gramáticos normativistas, o *se* reflexivo e o *se* parte integrante do verbo exprimem a mesma voz: reflexiva. Há, portanto, uma sensível redução do que se compreendia por voz medial.

Cegalla (2000), em uma nota de observação, acrescenta que “não se deve atribuir sentido reflexivo a verbos que designam sentimentos, como: *queixar-se, alegrar-se, arrepende-se, zangar-se, indignar-se*.” Explica ele: “O pronome átono como que se dilui nesses verbos dos quais é parte integrante. A prova de que

não são reflexivos é que não se pode dizer, por exemplo, *zango-me a mim mesmo.*" (p. 206)

Assim, a voz média ficou restrita a uns poucos estudos de lingüistas. Entre estes, Camacho (2003) retoma essa questão com mais força, em seu artigo intitulado *Em defesa da categoria de voz média no português*. Camacho sustenta que, em português, há a voz reflexiva-recíproca e também a voz média. Embora compartilhem da mesma construção [verbo + *se*], segundo Camacho (2003), "é perfeitamente possível separar em um paradigma as construções reflexivas e recíprocas e em outro as construções médias."

A primeira diferença observada por Camacho, além de o *se* na voz medial não funcionar como complemento verbal, está no comportamento distinto entre as construções reflexivas-recíprocas e as mediais na troca do *se* por um objeto não-anafórico. As primeiras mantêm inalterada a significação verbal, enquanto as últimas, depois do processo, mostram alteração no significado do verbo. Vejam-se os exemplos abaixo:

(16) Ele *se* levantou.

(17) Ele *o* levantou.

O significado do verbo em (16) se distingue do significado do verbo em (17), que passa a ser *ele suspendeu alguém/algo, ele ergueu alguém/algo*. Conclui-se, portanto, que (16) é um exemplo de construção média. Nessas construções, embora o clítico retome a pessoa do sujeito e transcenda como ponto de partida da ação verbal, ele não funciona como objeto sobre o qual recairiam os efeitos da ação.

Outro fator importante ressaltado por Camacho é a possibilidade de, na voz reflexiva-recíproca, se coindexar o *se* com o sujeito da oração. Possibilidade essa negada às construções médias. Dessa forma, o clítico *se* "é simultaneamente anafórico e coindexado ao SN sujeito nas construções reflexivo-recíprocas, é, por outro, apenas anafórico, jamais coindexado, nas construções médias." (Camacho, 2003)

Além dessas diferenças básicas entre as construções reflexivas, recíprocas e médias, Camacho enriquece a descrição com outros elementos particulares a cada construção, mostrando ser possível distinguir as construções médias das reflexivas e recíprocas. Essas características serão retomadas ao longo deste capítulo, ao descrevermos os tipos de *se* que abordaremos nesta pesquisa.

3.2. Tipos de *se*

Nas seções que se seguem, é pretensão deixar claro o que compreendemos por *se-reflexivo*, *se-recíproco*, *se-medializador* e *se-expletivo*.

3.2.1. Se-reflexivo

Para os gramáticos normativistas, para que o *se* possa ser classificado como pronome reflexivo, ele deve conjugar as seguintes características:

- a) referir-se a um sujeito animado;
- b) encontrar-se na mesma pessoa gramatical do sujeito;
- c) completar a predicação de um verbo transitivo;
- d) referir-se a um sujeito que seja, ao mesmo tempo, agente e paciente da ação verbal.

São adeptos desse ponto de vista Almeida (1985), Cegalla (2000), Cipro Neto e Infante (1999), Cunha e Cintra (2001), Ferreira (1992), Luft (1978), Paschoalin e Spadoto (1996) e Rocha Lima (1978), entre outros.

Rigorosamente, assevera Monteiro (1994), um clítico só pode ser reflexivo se o sujeito do verbo a que se agrega for animado. Barbosa (1965¹¹, *apud* Monteiro, 1994) é um dos gramáticos que aborda a necessidade de o sujeito ser

¹¹ BARBOSA, Osmar. *O uso correto dos pronomes pessoais*. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 1965.

animado; contudo, de *forma estranha*, observa Monteiro, dá como exemplo o enunciado “as nuvens romperam-se”. Certamente, no estranhamento de Monteiro, está latente a noção normativista de que o sujeito deva ser animado para ter a capacidade de praticar a ação verbal.

Macedo (1980, p. 255) também compartilha desse ponto de vista:

Para que a partícula *se* seja objeto, direto ou indireto, é preciso que o sujeito do verbo seja animado, isto é, capaz de praticar a ação verbal da oração.

Exs.: Ele *se* feriu.

Maria penteou-*se*.

É essa ótica que restringiu o âmbito da voz média como um todo e abriu as portas para a interpretação passiva. Para um normativista, reflexiva com sujeito inanimado é igual à voz passiva. Afinal, sujeitos inanimados não podem praticar a ação verbal, e sim sofrê-la. Carvalho (1990), baseando-se em Câmara Jr. e Said Ali, critica, ao longo de toda sua tese, essa posição dos gramáticos tradicionais. Para Carvalho (1990, p. 109), “forma reflexiva é sinônimo de conteúdo reflexivo (ou medial), seja o sujeito animado (humano) ou inanimado (não-humano)”. Seu principal argumento é a personificação de sujeitos inanimados. Por meio desse recurso, atribui-se qualidades de pessoas aos seres inanimados, possibilitando a eles executar uma ação sobre si mesmos. Na próxima seção, veremos que esse recurso é bastante produtivo na voz medial dinâmica, com o *se-medializador*.

Outro ponto que merece discussão é a obrigatoriedade de o pronome reflexivo encontrar-se na mesma pessoa gramatical do sujeito. Vale a ressalva de Camacho (2003): que a simetria de traços número-pessoais do clítico com o termo na posição do sujeito é estabelecida *pelo menos na variedade culta*. Embora essa simetria de traços entre o sujeito e o clítico seja um quesito básico para a reflexividade – já que o clítico representa a mesma pessoa do sujeito, com o qual

se acha coindexado – na variedade falada não-padrão é comum a generalização do clítico *se*, de terceira pessoa, para as outras pessoas do discurso:

- (18) *Se* molhei tudo. (SC CRI 49)
- (19) Tu gostas de dança ou tu não *se* interessa? (SC FLP 23 MBC)
- (20) Esses bailes de sítio. São muito bons, né? tu *se* diverte muito, mais que nos bailes da cidade. (SC FLP 14 MBG)

Uma hipótese que se lança é a de que o clítico *se* se irradia para outras pessoas por ser o membro mais prototípico da reflexividade. Veja-se um destaque dado ao *se* num excerto de Ilari:

O principal fenômeno da coindexação obrigatória, em português, é a reflexivização, meio standard para coindexar certos anafóricos (em particular o pronome reflexivo/recíproco 'se') com sintagmas nominais, dadas certas condições estruturais da oração ou do período (Ilari *et al.* 2002, p. 134).

O reflexivo *se* – por ser o mais freqüente no paradigma pronominal, dado que se realiza com os pronomes *ele, eles, ela, elas, você, vocês* e *a gente* – perde clareza semântica e generaliza sua regra para outros pronomes, como *eu, tu* e *nós*. O *se* passa a assumir um comportamento semelhante ao de um afixo, integrado ao verbo (cf. Freitag, 2003).

Já a característica de o *se-reflexivo* completar a predicação de um verbo transitivo é um ponto consensual entre normativistas e lingüistas. Entretanto, lembra Monteiro (1994, p. 91) que, em termos de comportamento sintático, os clíticos divergem dos sintagmas em função de objeto. Eis as principais diferenças elencadas por ele:

- a) os clíticos não se distanciam do verbo (*lave-os bem* e não **lave bem os*), o que facilmente ocorre com os sintagmas nominais (*lave bem os pés*);
- b) os clíticos não podem receber acento contrastivo (**lavei-os*, e não *as mãos*), o que é possível para objetos não pronominais (*lavei os pés*, e não *as mãos*);

- c) dois ou mais pronomes átonos não se sujeitam ao processo coordenativo (**lavei-os e as*), fato que evidentemente se dá com os sintagmas nominais de igual função (*lavei os pés e as mãos*).

Pizzanelli (1998), referindo-se aos clíticos, afirma que:

um dos fenômenos que mais chama a atenção no que respeita a sintaxe das línguas românicas é a existência de um elemento que, podendo valer por um argumento de um verbo, ocupa uma posição que não é própria de um argumento do verbo (Pizzanelli, 1998, p. 2).

Essas colocações sugerem que se dê um tratamento diferenciado para os pronomes complementos. O trabalho aqui proposto, no entanto, não tem a pretensão de solucionar esse problema, em razão de nossas próprias limitações.¹²

Convencionamos aqui que o *se-reflexivo* é aquele que exerce função sintática de objeto. Objeto direto com verbos transitivos diretos e, com menos frequência, indireto com verbos bitransitivos. São exemplos, respectivamente:

(21) Que eu não acho que um guri de catorze anos, quinze anos, tenha um juízo daquele a chegar a tal conclusão de pegar um revólver e *se matar*. (SC FLP 04 MAP)

(22) Quando de novo se fez silêncio para que outro orador falasse, Tibério *se deu* o luxo duma reminiscência em voz alta.¹³

Ainda há casos de o *se* ser empregado como objeto indireto para fazer referências do tipo possessivo, função identificada por Neves (2000). O exemplo dela é o seguinte:

(23) Conheci também um sujeito que um dia chegou em casa, olhou a mulher, os filhos, a sogra, os retratos pregados na parede e uma Última Ceia pendurada em cima do piano, e de repente compreendeu que nada daquilo lhe pertencia nem poderia

¹² Sobre essa discussão do clítico em posição de objeto, consulte-se Pizzanelli (1998).

¹³ Exemplo extraído de Neves (2000, p. 455).

pertencer-lhe nunca – e de vergonha se fechou no quarto e *se cortou* os pulsos com uma gilete usada, sem soltar um gemido sequer e como se cumprisse apenas uma obrigação muito importante.¹⁴

Na prática, nem sempre é fácil reconhecer quando um clítico *se* desempenha função de objeto, em razão de sua semelhança com o *se-medializador*. Observem-se os exemplos:

(24) Quando eles iam *se casar*... (SC FLP 03 FAP)

(25) Quando ele via que eu estava quieta, ele entrava. Aí *se sentava* e não dizia nada. (SC SC FLP 03 FAP)

(26) Ele morreu sem *se aposentar*. (SC FLP 11 FAC)

Se os verbos desses exemplos são transitivos diretos (*casar alguém, sentar alguém* ou *algo, aposentar alguém*), pareceria lógico dizer que o *se* exerce função de objeto direto; no entanto, essa conclusão não é adequada. Diria um normativista para a nossa forçosa interpretação: falta a noção de que o sujeito executa uma ação da qual ele mesmo sofre os efeitos. Mas em *ele se levantou*, por exemplo, a noção faltante se aplica e, apesar disso, o *se* não é reflexivo. Ademais, nem sempre que o *se* for reflexivo a noção é aplicável. Por exemplo, numa sentença como: *ele se viu no espelho*, indubitavelmente o *se* é reflexivo; contudo, será que o sujeito *executa* uma ação sobre si mesmo?

Talvez essa noção de que o sujeito executa uma ação sobre si mesmo não sirva prioritariamente como característica identificadora do *se-reflexivo*. Mas não se nega a eficácia dessa noção na maioria dos casos. Quiçá não seja isso que faz com que o *se-reflexivo* seja sentido pelo falante, como diz Carvalho (1990), como um *objeto direto vivo*, não-fossilizado, ao contrário do que acontece com o *se-medializador*. Além disso, é justamente essa noção que permite o pronome *se* ser substituído ou reforçado por *a si mesmo*. Esse recurso é aprovado por Carvalho

¹⁴ Exemplo extraído de Neves (2000, p. 455).

(1990), Camacho (2003) e também Cegalla (2000) como um meio para identificar o *se-reflexivo* e distingui-lo do *se-medializador*. São exemplos de Carvalho (1990):

(27) Pedro *se* feriu = Pedro feriu *a si mesmo*.

(28) Para um homem *se* ver *a si mesmo* são necessárias três coisas: olhos, espelho e luz.¹⁵

Outro caráter que identifica o *se-reflexivo* é a possibilidade de comutação do *se* por um objeto não-reflexivo, sem, com isso, alterar a significação verbal. Por isso, Carvalho (1990, p. 69) afirma que “o verbo nessas construções não é privativamente reflexivo”. Assim, o sentido do verbo em “Pedro *se* feriu” é o mesmo em “Pedro *o* feriu”. Camacho (2003) oferece exemplos que clareiam essa idéia:

(29) a. Maria viu-se no espelho.

b. A Maria viu o menino no espelho.

c. Maria viu-se a si mesma no espelho.

(30) a. João se levantou.

b. João levantou a pedra.

c. ?João se levantou a si mesmo.

Os reflexivos permitem comutação com outro objeto não-reflexivo, preservando o significado do verbo. Isso é verificável nos exemplos (29a) e (29b). Ao contrário, comparando-se os exemplos (30a) e (30b), a comutação afetou o sentido do verbo *levantar*. Em (30b) o verbo passa a ter um significado comparável ao de *erguer*. Além disso, o acréscimo de *a si mesmo* se aplica em (29c) e torna estranha a sentença (30c).

Por fim, vamos estabelecer que o reconhecimento do *se-reflexivo* dar-se-á da seguinte maneira:

¹⁵ O exemplo (27) foi extraído de Carvalho (1990, p. 139), e o exemplo (28) é de autoria de Padre Antônio Vieira, do *Sermão da Sexagésima*, citado também por Carvalho (1990, p. 139).

- a) o pronome *se*, ao ser substituído por outros objetos diretos não-reflexivos, não acarreta alteração de significado do verbo: *Pedro se feriu/Pedro o feriu* (ferir = machucar);
- b) o *se* pode ser substituído por *a si mesmo*: *Pedro se feriu/Pedro feriu a si mesmo*; ou vir reforçado por *a si mesmo*: *Maria se viu no espelho/Maria se viu a si mesma no espelho*;
- c) o *se* completa a predicação de um verbo transitivo, coindexando-se com o sujeito da oração;
- d) o *se* é sentido pelo falante como um objeto direto vivo, não-fossilizado, ao contrário do que acontece com o *se-medializador*, em que o pronome reflexivo se apresenta esvaziado, sem função sintática.

3.2.2. Se-recíproco

Derivado da acepção reflexiva, como aponta Monteiro (1994), Bechara (1999) e Ferreira (1992), há o *se-recíproco*. Cegalla (2000) o define como variante da voz reflexiva. A diferença está no significado, o *se* aqui é empregado para exprimir reciprocidade de ação, isto é, para indicar que a ação é mútua entre dois indivíduos ou mais (Almeida, 1985; Cegalla, 2000; Cunha e Cintra, 2001; Ferreira, 1992; Said Ali, 1964). Em razão disso, entende-se a definição de Bechara (1999) de que é *se-recíproco* aquele que traduz a idéia de *um ao outro, reciprocamente*:

(31) Eles se abraçaram (um ao outro).¹⁶

De fato, as condições para que o *se* seja interpretado como recíproco se assemelham às condições que levantamos para o *se-reflexivo*. A diferença é que nessas construções há dois ou mais sujeitos, e o *se-recíproco* exprime *reflexividade cruzada* (Câmara Jr., 1978, p. 164), denotando ação recíproca entre os sujeitos.

¹⁶ Exemplo extraído de Bechara (1999, p. 165).

No entanto, não é a marca de plural do sujeito que identifica o *se-recíproco*. Vejamos o exemplo a seguir:

(32) Joaquim e Pedro enganaram-se.¹⁷

Cunha e Cintra dizem que essa oração “pode significar que o grupo formado por Joaquim e Pedro cometeu o engano, ou que Joaquim enganou Pedro e este a Joaquim” (2001, p. 280). O primeiro sentido é reflexivo, e o segundo, recíproco.

Rocha Lima (1978) e Almeida (1985) também abordam a ambigüidade do *se* com sujeito plural. Uma oração como:

(33) Pedro e Paulo feriram-se.¹⁸

Pode ter três sentidos diferentes, afirma Almeida (1985). O verbo, segundo o gramático, pode assumir três valores: a) passivo, equivalendo a oração a: *Pedro e Paulo foram feridos*; b) reflexivo, e a oração significa que *Pedro e Paulo se feriram a si próprios*; e c) recíproco, significando o mesmo que *Pedro feriu Paulo e Paulo feriu a Pedro*, ou ainda, *Pedro e Paulo feriram-se reciprocamente*.

Em razão dessa multiplicidade de sentidos que uma sentença pode assumir devido à ambigüidade do *se*, Said Ali considera que a mais “palpável confusão que a linguagem faz consiste em utilizar-se ela das mesmas formas pronominais *nos, vos, se*, tanto em construções reflexas quanto recíprocas” (Said Ali, 1964, p. 177).

Para evitar a ambigüidade, os gramáticos tradicionais chamam a atenção para algumas expressões. Said Ali (1964, p. 62) menciona as expressões *um ao outro* e *uns aos outros* para marcar a reciprocidade. Cunha e Cintra (2001) tratam essas palavras como *expressões reforçativas especiais*. Para marcar expressamente a ação reflexiva, os autores recomendam as expressões *a mim mesmo, a ti mesmo, a si mesmo*, etc.

(34) Joaquim e Pedro enganaram-se *a si mesmos*.¹⁹

¹⁷ Exemplo extraído de Cunha e Cintra (2001, p. 280).

¹⁸ Exemplo extraído de Almeida (1985, p. 211).

Para marcar expressamente a ação recíproca, recomendam utilizar as expressões *um ao outro, uns aos outros, entre si*:

(35) Joaquim e Pedro enganaram-se *entre si*.

(36) Joaquim e Pedro enganaram-se *um ao outro*.²⁰

Ou também, segundo os autores, pode-se empregar um advérbio, como *reciprocamente, mutuamente*:

(37) Joaquim e Pedro enganaram-se *mutuamente*.²¹

Além disso, Cunha e Cintra lembram que, não raro, a reciprocidade de ação pode ser esclarecida com o emprego de uma forma verbal derivada com o prefixo *entre-*:

(38) Marido e mulher *entreolharam-se*.²²

Almeida (1985) também afirma que é costume evitar a ambigüidade do *se*, empregando expressões como *reciprocamente, um ao outro, uns aos outros* nas orações em que o *se* indica reciprocidade; empregando *a si próprios* no caso de reflexividade de ação; e, quando o *se* tiver sentido passivo, deixando a oração sem nenhuma expressão adicional. Entretanto, não sentimos que, na fala, seja realmente costumeiro o uso de expressões para desambigüizar o reflexivo e o recíproco, enquanto que o sentido passivo do *se* seja inferido pela ausência de tais expressões.

Bechara (1999), ao explicar a reciprocidade, suscita interpretações contextuais. Diante de uma sentença como:

(39) João e Maria se amam.²³

O significado do verbo *amar* e a nossa experiência do mundo que, em geral, tratando de duas pessoas, supõem o amor de alguém A dirigido a um outro alguém B, permitem-nos dar outra acepção, contextual, ao originário significado unitário de *reflexividade*; acreditamos que a oração

¹⁹ Exemplo extraído de Cunha e Cintra (2001, p. 280).

²⁰ Exemplos extraídos de Cunha e Cintra (2001, p. 280).

²¹ Exemplo extraído de Cunha e Cintra (2001, p. 280).

²² Exemplo extraído de Cunha e Cintra (2001, p. 281).

²³ Exemplo extraído de Bechara (1999, p. 176).

quer expressar que *João ama Maria* e que *Maria ama o João*. Então, não se trata de *reflexividade pura*, mas de *reflexividade recíproca*. (Bechara, 1999, p. 176)

O autor acrescenta que a interpretação de reflexivo/recíproco não mudará quando o verbo for transitivo que se constrói com objeto indireto ou complemento relativo:

(40) João e Maria se escrevem. (um escreve ao outro)

(41) João e Maria se gostam. (um gosta do outro)²⁴

Para melhor esclarecer essas questões de interpretações contextuais, Bechara oferece o seguinte par de exemplos:

(42) João e Maria se miram.

(43) João e Maria se miram no espelho.²⁵

Segundo o autor, a interpretação mais natural de (42) seria a de um reflexivo recíproco; já a interpretação mais natural de (43) seria a de um reflexivo próprio. Por conseguinte, conclui Bechara: “são interpretações contextuais, e não valores da língua” (1999, p. 177).

Em suma, a pluralização do sujeito é condição necessária para a interpretação recíproca do pronome *se*, mas não a garante, pois a sentença pode exprimir um sentido reflexivo propriamente dito. Assim, é o contexto de uso ou as expressões que desfazem a ambigüidade dos sentidos reflexivos e recíprocos que nos permitem reconhecer um *se-recíproco*. Pensamos que os pontos básicos pelos quais se pode reconhecer o *se-recíproco* são os seguintes:

- a) o pronome *se*, ao ser substituído por outros objetos diretos não-reflexivos, não acarreta alteração de sentido do verbo: *Eles se ah... complementam andam juntos / Eles complementam o salário com horas extras*;²⁶

²⁴ Os exemplos (40) e (41) foram extraídos de Bechara (1999, p. 177).

²⁵ Os exemplos (42) e (43) foram extraídos de Bechara (1999, p. 177).

²⁶ Exemplos extraídos de Camacho (2003).

- b) o *se* pode ser substituído ou reforçado por *um ao outro, entre si, mutuamente, reciprocamente: Helen e Christian se abraçaram / Helen e Christian abraçaram um ao outro. Lino e Helena se vêem um ao outro no espelho;*
- c) o *se* completa a predicação de um verbo transitivo;
- d) o *se* é sentido pelo falante como um objeto direto vivo, não-fossilizado, ao contrário do que acontece com o *se-medializador*, em que o pronome reflexivo se apresenta esvaziado, sem função sintática.

3.2.3. Se-medializador

Segundo as gramáticas tradicionais, há verbos que requerem a presença de um clítico, de tal modo que sua realização seria impossível – e até mesmo errada – sem a companhia de um pronome oblíquo.²⁷ Esses verbos são denominados tradicionalmente de *essencialmente pronominais*.

Ferreira (1992) leva isso à risca e preceitua que o *se* é parte integrante do verbo quando “aparece junto a verbos pronominais, isto é, verbos que sempre são conjugados com pronomes oblíquos” (p. 328). Contudo, entre os verbos citados por ele, estão *esquecer-se* e *lembrar-se*. Ora, são verbos que admitem conjugação sem o clítico. Para contrastar com a afirmação de Almeida²⁸, é perfeitamente possível construir uma oração com esses verbos sem a companhia de um pronome oblíquo. Exemplo:

(44) A paisagem *lembrava* a fazenda onde passara a infância.

(45) Tentei aprender coisas e acabei por *esquecer* umas poucas que sabia.²⁹

²⁷ “(...) é impossível – e conseqüentemente será erro – construir uma oração com esses verbos sem que venham acompanhados de pronome oblíquo (...)” (Almeida, 1985, p. 211).

²⁸ Ver nota anterior.

²⁹ Os exemplos (44) e (45) foram extraídos de Ferreira (1999).

Apesar de haver uma sutil mudança de significado, não se pode negar que a forma verbal pode ser empregada sem um pronome oblíquo. Talvez, pensando nisso, Cunha e Cintra (2001, p. 408) distinguiram dois tipos de verbos essencialmente pronominais: a) os que só se usam na forma pronominal, como *apiedar-se*, *condoer-se*, *queixar-se*, *suicidar-se*; e os que se usam também na forma simples, mas esta difere ou pelo sentido ou pela construção da forma pronominal, como *debater* (= *discutir*) e *debater-se* (= *agitar-se*); *enganar alguém* e *enganar-se com alguém*.

Embora não mencionassem a obrigatoriedade do clítico, Cunha e Cintra (2001) conseguiram identificar dois casos em que o *se* é forma presa ao verbo. Há, sim, verbos que só se usam, tradicionalmente, na forma pronominal, porém, os exemplos apresentados para o primeiro grupo possuem propriedades diferentes: o clítico pode ou não ser usado em *apiedar-se* e *condoer-se*, diferentemente dos verbos *queixar-se* e *suicidar-se*.

Para chegarmos a essa conclusão, consultamos, no dicionário de Ferreira (1999), os verbos cuja entrada lexical não admite construções outras que não a construção com o clítico, *queixar-se* e *suicidar-se* são exemplos. Os verbos *apiedar-se* e *condoer-se* podem dispensar o clítico em certos contextos e assumir transitividade verbal direta. Porém, quando empregados com transitividade, o significado do verbo é outro, o que talvez permitisse que esses verbos ficassem no segundo grupo.

Monteiro (1994) sugere uma subdivisão do primeiro grupo de verbos (aqueles que não aparecem sem clítico). Diz ele que *queixar-se* pressupõe um sujeito agentivo, enquanto *arrepender-se* pressupõe um sujeito paciente. Nunes (1995) percebeu uma escala crescente de agentividade: *demasiar-se/esbaldar-se/dedignar-se/dignar-se/atrever-se* e *queixar-se*. Para exemplificar, ele oferece as seguintes sentenças, pertencentes ao *corpus* de sua análise:

(46) Os vencedores *se costumão* demasiar. (carta, 1725)

(47) Quero *me esbaldar* neste carnaval. (carta, 1988)

- (48) O Comitê conta e espera que V. Excia. não *se dedigne* de aceitar essa homenagem. (carta, 1919)
- (49) Requerido ao Senhor Delegado de Polícia *se digne* passar mandado. (processo, 1864)
- (50) Epor esta cauza *menãotrevo* agora reprezentar as muitas faltas que há. (carta, 1725)
- (51) *Queixa-se* o amigo que não lhe escrevo. (carta, 1985)

Nunes (1995) denomina o *se* adjungido aos verbos desse grupo de *se inerente*. Já o *se* que aparece com os verbos do segundo grupo definido por Cunha e Cintra (2001) é denominado por Nunes (1995) de *se quase-inerente*. Este *se* acompanha verbos como *portar-se*, *comportar-se* e *conduzir-se*, que podem ser usados transitivamente com outro significado.

Assim, segundo a proposta desta dissertação, e em conformidade com Carvalho (1990) e Camacho (2003), quando um verbo pronominal apresentar uma contraparte transitiva, e ao *se* comutar o *se* por outro elemento não reflexivo, o significado do verbo for alterado, estamos diante de um *se-medializador*. Isso já foi ilustrado em (30a) e (30b) com o verbo *levantar(-se)*: o significado da forma verbo-pronominal *levantar-se* distingue do significado de *levantar algo*. Nos casos de *se-medializador*,

a pessoa do sujeito, sob forma do clítico, reaparece no predicado como o centro de um estado de coisas que dele parte, mas que não sai de seu âmbito, eliminando-se, assim, o objeto sobre o qual ele recairia num típico evento transitivo (Camacho, 2003).

Ao contrário das estruturas reflexivas e recíprocas, a construção com pronome não-reflexivo altera a significação verbal e passa a ter um valor causativo. Ademais, o *se-medializador* difere do *reflexivo* por não aceitar comutação ou acréscimo de *a si mesmo*. Veja-se como o acréscimo de *a si mesmo* tornou estranha a sentença (30c). Esses fatos nos convencem de que o *se* não

constitui complemento do verbo, nem há outro termo que preenche essa função, o que sugere que o verbo e o clítico se fundiram lexicalmente.

Em virtude dessa fusão entre verbo e clítico, a gramática tradicional rotula o *se-medializador* de *parte integrante do verbo*. Ele é considerado como um objeto direto fossilizado, sem função sintática e já integrado ao verbo, não podendo dissociar-se do mesmo na conjugação. Nas palavras de Luft: “aqui, o pronome é objeto direto, mas de sentido complementar atenuado; é antes um objeto fossilizado, integrado à forma verbal, que nunca aparece sem ele; daí o nome de verbo *pronominal*” (Luft, 1978, p. 106).

Almeida (1985) também parece compartilhar da mesma idéia. Ele designa o *se*, nesse caso, como tendo função de reflexibilidade atenuada. O *se* “perdeu seu real valor de objeto direto; esta função passa a ser por ele exercida *aparentemente, ficticiamente*; diferentemente do pronome reflexivo de fato, que, por exercer função de complemento verbal, tem sua reflexibilidade *mais pronunciada*” (Almeida, 1985, p. 215).

O autor explica em seguida que o *se* passa a indicar uma ação que obrigatoriamente tem de ficar no sujeito, sem poder passar para um objeto. Aliás, Almeida aproxima os verbos essencialmente pronominais dos verbos intransitivos, uma vez que exprimem ação que não pode passar para um objeto. “O *se*, em tal caso, indica reflexão em virtude do próprio verbo e não em virtude do sujeito; o *se* pertence ao verbo (...); não tem ele função sintática nenhuma” (Almeida, 1985, p. 215).

O *se*, embora não exerça função sintática e seja considerado esvaziado de conteúdo semântico, assinala que o sujeito está intensamente envolvido na ação verbal, a qual pode dele partir ou, causada por circunstâncias externas, nele repercutir, “afetando-o tão profundamente como se dele partisse e a ele atingisse reflexivamente” (Carvalho, 1990, p. 141).

Said Ali descreve a voz medial em que aparece o *se-medializador* como: “Ato material ou movimento que o sujeito executa em sua própria pessoa,

idêntico ao que executa em cousas ou outras pessoas, sem haver propriamente a idéia de direção reflexa” (Said Ali, 1964, p. 96). São exemplos do autor:

- (52) *Afastei-me* do fogo (à semelhança de: *Afastei a criança, o livro* do fogo).
- (53) Ele *arremessou-se* sobre o inimigo (à semelhança de: *arremessou uma pedra*).
- (54) A mãe *deitou-se* na cama (à semelhança de: *deitou a criança na cama*).³⁰

Nos verbos das sentenças acima, é possível identificar a característica semântica de acarretarem a fusão no sujeito dos papéis de agente e paciente. Contudo, não há um uso causativo do verbo. O acréscimo de *a si mesmo(a)* faria com que essas construções soassem estranhas. Tudo isso faz com que seja possível desambigüizar o *se-reflexivo/recíproco* do *se-medializador*. Embora o sujeito de uma sentença com *se-medializador* condense as características de ser o ponto de partida e o ponto de chegada do evento, à semelhança do *se-reflexivo/recíproco*, a pessoa do sujeito não exerce uma ação em si mesmo (como em *matar-se*), mas inicia um evento dinâmico que não sai do âmbito do sujeito.

Além de fundir os papéis semânticos de agente e paciente, o sujeito de orações com *se-medializador* pode convergir os papéis de paciente e experienciador (cf. Camacho, 2003); são exemplos: *fechar-se, quebrar-se, assustar-se, impressionar-se, irritar-se, arrepender-se, lembrar-se, esquecer-se*.

O que chama a atenção em todos os casos é ser o sujeito entidade afetada. Muitas vezes, como vimos acima, o sujeito desencadeia um evento sobre si mesmo, aproximando o *se-medializador* do *se-reflexivo*. Há ainda casos em que a responsabilidade pelo acionamento do evento é exterior à entidade afetada. Eles muito se distanciam das construções reflexivas. Ilustremos com o exemplo de Camacho (2003):

- (55) O bebê *se acalmou* por causa dos sons ritmados.

³⁰ Os exemplos (52), (53) e (54) são de Said Ali (1964, p. 96).

Nessa sentença, conforme Camacho (2003), a entidade causativa é detematizada e reduzida à posição de oblíquo e o evento é tido como “auto-suficiente da rede causal”:

Nesse caso, a auto-suficiência do evento parece ser mais relevante para os propósitos comunicativos que a ação de uma causa externa controladora na função de sujeito, pressupondo certa responsabilidade da entidade afetada no desencadeamento do processo. (Camacho, 2003)

Ou seja, o evento acontece por circunstâncias fortuitas ou alheias à vontade do sujeito, mas acaba repercutindo sobre este como se dele partisse, numa espécie de reflexividade involuntária na qual o sujeito pode ver-se maximamente envolvido. Os exemplos agora vêm de Carvalho (1990, p. 147):

- (56) O ferido *se internou* no hospital.
- (57) Os pássaros *se assustaram* com o barulho.
- (58) Ele *se afogou* no mar.
- (59) Ela *se operou* e passa bem.

Em outra parte deste trabalho, tivemos a oportunidade de demonstrar que o *se-medializador* já era usado em latim com sujeitos inanimados, metaforicamente personificados. Em casos como esses (*a flor se abriu, o mar se agita*) os eventos se apresentam, conforme Carvalho (1990, p. 149), como fatos espontâneos, sem um agente ou causa aparente, com a informação centrada antes no predicado, no acontecimento verbal, do que propriamente na figura do sujeito; ou, ainda, segundo o autor:

Com a personificação deliberada do sujeito inanimado por parte do falante, com intenções animistas ou literárias, como acontece, por exemplo, com o verbo *escancarar-se*, usado pronominalmente pelo poeta parnasiano Alberto de Oliveira no soneto *A vingança da porta*:

*Nisso nos gonzos range a velha porta, ri-se, escancara-se,...*³¹

³¹ *Apud* WERNECK, Eugenio. *Antologia brasileira*, p. 48.

No exemplo acima, pensamos não haver sentido numa interpretação passiva da construção pronominal *escancarar-se*, algo como “a porta é escancarada”. O que prevalece no soneto de Alberto de Oliveira é a idéia de atividade e não de passividade. Não fora ele intitulado *A vingança da porta*. (Carvalho, 1990, p. 149-150)

Nas construções com o *se-medializador*, a função semântica que o sujeito veicula, seja ele animado ou inanimado, é uma integração no estado de coisas que dele parte, dando ênfase ao predicado. Segundo Kemmer (1994)³², citado por Camacho (2003), esses tipos de predicados têm traços em comum que permitem identificá-los como membros de um paradigma unitário. Kemmer enumera uma lista de dez tipos de situações altamente relevantes, denominados tipos de situação medial:

1. cuidados corporais (latim: *lavo-r*; português: *lavar-se*);
2. movimento não-translacional (latim: *revertor*; português: *virar-se*);
3. mudança na postura corporal (alemão: *sich hinlegen*; português: *deitar-se*);
4. movimento translacional (francês: *s'en aller*; português: *ir-se*);
5. eventos naturalmente recíprocos (latim: *amplecto-r*; português: *abraçar-se*);
6. médias de emoção (latim: *irasco-r*; português: *irritar-se*);
7. discurso emotivo (latim: *quero-r*; português: *queixar-se*);
8. média de cognição (latim: *medito-r*; sem expressão no português; alternativa: *lembrar-se*);
9. eventos espontâneos (francês: *s'évanouir*; sem tradução no português; alternativa: *originar-se*);
10. média indireta (grego clássico: *kta-sthai*: adquirir para si próprio, sem tradução em português).

³² KEMMER, S. Middle voice, transitivity and the elaboration of events. In: B. FOX, P. J. HOPPER (eds.) *Voice: form and function*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1994.

Kemmer demonstra que esses tipos de estados de coisas são semanticamente distintos de construções com marcação reflexiva. Mais que isso, as construções médias constituem tipos semânticos bem definidos de predicados cujo sujeito é responsável pelo acionamento do evento do qual é também receptor de seus efeitos.

No levantamento prévio de Camacho (2003) sobre *corpus* falado e escrito, o autor examinou a incidência dessas classes semânticas nas construções médias. É resultado de Camacho:

A grande maioria, 60,0% das ocorrências (56/94) não se refere a nenhuma dessas categorias; trata-se de predicados tipicamente processivos, como *tornar-se*, *encontrar-se*, seguido de predicativo do sujeito, e outros como *encarregar-se*, *candidatar-se*, *abster-se de* etc, que não encontram classificação nos tipos de situação propostos por Kemmer (1994), assim como os ergativos, como *organizar-se*, *generalizar-se*, *desenvolver-se* etc. Os mais recorrentes foram as médias de emoção com 34,0% (05/94), movimento translacional, com 16,0% (6/94). (Camacho, 2003)

Outra classificação que Camacho (2003) considera em seu trabalho são as cinco subclasses de predicados mediais, propostas por Bacelar do Nascimento Martins (s/d.):

1. verbos que só admitem a construção média, como *queixar-se*;
2. verbos que admitem, além da construção em *-se*, a construção resultativa com o auxiliar *estar*, como *ressentir-se*, *estar ressentido*, sem mudança de valência;
3. verbos que, em virtude de diferenças sintático-semânticas, podem ser considerados diferentes itens lexicais, como *comportar* e *comportar-se*;
4. verbos que, apesar da duplicidade de formulação sintática, apresentam o mesmo valor semântico, como *rir*/*rir-se*;
5. verbos que apresentam homonímia sintática: por um lado, uma construção ativo-causativa, que permite oposição à voz passiva; por

outro, uma construção média, pronominal, que tem por par correlativo a construção resultativa com *estar*, como *apagar*.

Segundo Camacho (2003), a grande maioria de construções médias que o *corpus* manifesta ocorre com verbos da subclasse 3, com uma incidência de 58,0% (54/94), seguida por verbos da subclasse 5, que mantêm freqüência de 36,0% (34/94); os verbos da subclasse 1 compreendem apenas 4,0% do total de ocorrências (4/94), enquanto os da subclasse 2, apenas 2,0% (2/94).

Deduzimos que o verbo tem papel importante para a caracterização do *se-medializador*. A ênfase nos casos de voz medial é mais para o acontecimento verbal, integrador do sujeito no mesmo, e esse acontecimento verbal não tem necessariamente de partir do sujeito. Em tais casos, este pode apresentar o traço *agente* atenuado.

De acordo com Carvalho (1990), os verbos pronominais eram em número muito maior no português antigo do que os existentes no português de nossos dias. É que vem ocorrendo há muito um processo gradual e constante de despronominalização desses verbos pronominais.

Ouve-se e lê-se com freqüência o seguinte: *ele levanta* (por *se levanta*), *ela ajoelha* (por *se ajoelha*), *ele chama Pedro* (por *se chama*), *o pai zangou com o filho* (por *se zangou*), *Sarney encontra com governadores* (por *se encontra*, *Jornal do Brasil*, 26/3/89). Carvalho (1990, p. 154)

Sousa da Silveira (1971) registra essa vacilação entre o uso e a omissão do clítico:

Em português pode citar-se um bom número de verbos que, até na língua literária aparece ora com a forma ativa absoluta, ora com a forma reflexa, afigurando-se-me que, se para alguns se poderá admitir como anterior a forma ativa, para outros esta é a posterior e resulta da conjugação reflexa à qual se tirou, como um trambolho, o pronome átono. (Silveira, 1971, p. 92)

Em seguida, o autor oferece extensa lista de exemplos, todos extraídos de obras de autores considerados clássicos. São os seguintes os verbos

despronominalizados ou com tendência à despronominalização (em alguns casos, hoje já consolidada):

Estribar-(se), multiplicar-(se), enfiar-(se), retrain-(se), vestir-(se), enfileirar-(se), encaminhar-(se), aproximar-(se), casar-(se), recordar-(se), lembrar-(se), dirigir-(se), curvar-(se), vergar-(se), inclinar-(se), recolher-(se), quebrar-(se), abrir-(se), mexer-(se), mover-(se), enroscar-(se), dispersar-(se), levantar-(se), sentar-(se), assentar-(se), queixar-(se), precipitar-(se), deitar-(se), ajoelhar-(se), murchar-(se), passar-(se), avançar-(se), deslizar-(se), desabar-(se), secar-(se), esquecer-(se), destacar-(se), rachar-(se), findar-(se), acabar-(se), abrandar-(se), partir-(se), embarcar-(se), calar-(se), cansar-(se), morrer-(se), afundar-(se), demorar-(se), derivar-(se), virar-(se), etc. (Silveira, 1971, p. 92-111)

Na grande maioria das gramáticas tradicionais, não é cogitada a idéia de supressão do clítico, ou seja, não é concebida qualquer variação que se processe nesse sentido. A não ser Bechara (1999) que, de maneira muito sucinta, diz que há casos de elisão do clítico de verbos que o exigem na língua padrão. Segundo o autor, serve como recurso estilístico. Ele exemplifica:

(60) Eu formei em medicina.

(61) Ele classificou em 3º lugar.³³

Supomos que a omissão desse fenômeno nas nossas gramáticas se deve ao caráter prescritivo das mesmas, ou ao fato de trabalharem apenas com dados da língua escrita, pois, no português falado do Brasil, a ausência do *se* nos verbos pronominais é bastante trivial. A seção 3.4. é reservada para uma breve exposição de pesquisas que contemplam o *se*. Veremos que a omissão do *se* ocorre em várias áreas geográficas do Brasil.

Segundo Camacho (2003), somente construções médias (medial dinâmica) permitem a supressão do clítico, ou seja, apenas o *se-medializador* é suprimido. Sua hipótese é a de que o português falado tende a distinguir formalmente as vozes medial dinâmica e reflexiva. Essa diferença gramatical, presente no latim clássico, seria traduzida no português atual, respectivamente,

³³ Exemplos de Bechara (1999, p. 224).

na ausência e na presença do clítico. O autor oferece o seguinte par de exemplos:

(62) Maria curvou um pouco mais para ver melhor o animal.

(63) Maria ajoelhou para rezar.

No primeiro exemplo, aparece um predicado que representa movimento não-translacional; no segundo, mudança de postura corporal. Explica Camacho (2003):

Todos prescindem funcionalmente do clítico por duas razões: i) se não há objeto, a ação se volta para o sujeito, o que motiva um vestígio de reflexivo, que o clítico *se* ainda manifesta; ii) paradoxalmente, todavia, a intuição de que o clítico não funciona como autêntico reflexivo também torna gradualmente obsoleto seu uso.

Já com predicados agentivos que podem implicar intencionalidade e controle, como *matar*, a ausência do clítico na função reflexiva parece tornar completamente impensável a construção *?João matou (Ø) na semana passada.*; entretanto, um equivalente mais específico e tipicamente médio, como *suicidar-se* em *João (Ø) suicidou na semana passada*, pode prescindir do clítico no registro informal da variedade falada.

Um aspecto curioso do cruzamento entre reflexividade e medialidade que Camacho (2003) salienta em seu estudo são os verbos da classe de *ferir*, *machucar*, *cortar*, que propiciam uma interpretação ambígua (reflexiva x medial). Tais predicados desenvolveram construções de objeto incorporado, que também ocorrem com predicados tipicamente mediais de cuidados corporais, como *pentear-se*:

(64) João feriu a perna.

(65) João cortou o dedo.

(66) João machucou a cabeça.

(67) João penteou o cabelo.

(68) João operou o estômago com o Dr. Silva.³⁴

Diz Camacho (2003):

³⁴ Exemplos de Camacho (2003).

Nesses casos, a estrutura SVO é apenas um simulacro de construção ativa; trata-se, na realidade, de uma construção de voz média sem o marcador *se*, que se vem popularizando no português do Brasil. (...) Outros predicados de cuidado corporal, como *banhar-se*, *barbear-se*, que poderiam ser incluídos na categoria das construções médias, desenvolveram formas de expressão de verbo-suporte, como *tomar banho*, *fazer a barba*.

Deduzimos, portanto, que o *se-medializador* vem sendo evitado gradativamente através dos tempos, sendo abandonado pelos falantes *como um trambolho*, como diz Sousa da Silveira (1971, p. 92). Talvez um dia esse clítico seja encarado como *se-expletivo*. Mas isso só o tempo e o uso irão fixar. Por ora, convive-se com a indefinição.

Como notou Carvalho (1990), esse crescente uso facultativo do clítico com verbos pronominais levaria o *se-medializador*, quando usado, a adquirir características quase de uma partícula expletiva ou de realce, semelhante ao que ocorreu com os verbos *doer*, *ressuscitar*, *ir* e *morrer*, que outrora eram usados em companhia do clítico. Parece que daí está a se originar uma outra fronteira ambígua.

Para concluir, as condições que nos auxiliam a reconhecer o *se-medializador* são as seguintes:

- a) o clítico *se*, ao ser comutado por um objeto não-anafórico, acarreta alteração no significado do verbo: Ele *se* levantou/Ele *o* levantou.
- b) o clítico *se* é objeto fossilizado, anafórico mas jamais coindexado ao sujeito da oração.
- c) a construção com *se-medializador* recebe com estranheza o acréscimo das expressões *a si mesmo*: Ele *se* levantou *a si mesmo*.

3.2.4. Se-expletivo

O *se-expletivo* é aquele que a gramática tradicional denomina de índice de espontaneidade, palavra expletiva ou de realce. Nesse caso, diz Cegalla (2000, p. 516), “o pronome *se* sem ser rigorosamente necessário, transmite à ação verbal mais vigor, ênfase, ou certa espontaneidade”. São exemplos do gramático:

(69) As moças *sorriram-se*, agradecidas. [As moças sorriram, agradecidas.]

(70) “*Vai-se* a primeira pomba despertada...” (Raimundo Correia)

(71) “O auditório *riu-se* ao ouvir tantas afirmações tolas.” (Aurélio)

Em tais casos, o clítico *se*, não tendo valor gramatical, apenas estilístico, não exerce função sintática. O *se-expletivo*, segundo Carvalho (1990), aparece junto a verbos intransitivos. Devido a essa natureza estilística e não gramatical, ele pode ser retirado da frase sem causar prejuízo ao entendimento. Essa singularidade o distinguiria, em tese, do *se-medializador*. Na prática, entretanto, é difícil classificá-los segundo esse critério, já que se verifica o uso facultativo do *se-medializador*.

Ao observarmos dados do passado, a ambigüidade do *se-expletivo* e *medializador* se torna ainda maior. O português antigo empregava *ir-se*, *rir-se*, *partir-se*, *chegar-se*, *descer-se*, *subir-se*, *começar-se*, *volver-se*, *passar-se*, *andar-se*, *sair-se*, *aportar-se*, *vir-se*, *correr-se*, etc. “Todos verbos intransitivos, todos de movimento ou indicadores de ações espontâneas” (Carvalho, 1990, p. 161). Carvalho (1990, p. 164) observa que a *Carta* de Pero Vaz de Caminha é rica nesse tipo de verbo intransitivo de movimento seguido de *se-expletivo*. Ele menciona os seguintes exemplos:

(72) E então *se começaram* de chegar muitos.

(73) Dali *se partiram* os outros.

(74) E então o degredado *veio-se*, e nós levamo-lo.

- (75) E tanto que ele começou a *ir-se* para lá, acudiram pela praia homens.
- (76) Acenamos que *se fossem*.
- (77) Com isso *se volveu* Bartolomeu Dias ao capitão.
- (78) Vieram todos os capitães a esta nau, por ordem do capitão-mor, com os quais ele *se aportou*.
- (79) Alguns *se chegaram* a ele.
- (80) *Passou-se* então para a outra banda do rio Diogo Dias.
- (81) *Andando-se* ali nisto, viriam bem como cinqüenta, ou mais.
- (82) Tirou padre a vestimenta e assim *se subiu* (...) em uma cadeira.
- (83) Com estes dois degredados ficarão mais dois grumetes, que esta noite *se saíram* em terra.
- (84) Alguns vinham e outros *iam-se*.

Em Gil Vicente, Carvalho (1990) se depara com o seguinte exemplo do verbo *correr-se*:

- (85) Tu não *te corras* de mi. (*Auto da feira*, I, 220)

Além desses, Carvalho (1990) menciona outros verbos com o *se-expletivo* extraídos de obras de literatura: *estar-se*, *viver-se*, *mergulhar-se*, *ficar-se*, *morrer-se*.

A quantidade de verbos pronominais era muito maior do que hoje. Carvalho (1990) chega a indagar se o *se*, nos casos acima, não poderia ser considerado antes um *se-medializador* do que propriamente um *se-expletivo*. Diz o autor que, por conveniência de ordem didática e prática, prefere tratar o *se* nos casos acima como *se-expletivo*, já que vem sempre junto a verbos hoje intransitivos. Todavia, ressalva Carvalho: “estamos conscientes da precariedade terminológica em casos como esses” (p. 165).

Em contraste com o português antigo, dizem os gramáticos normativistas que o uso contemporâneo limita o emprego do *se-expletivo* a uns poucos verbos intransitivos: de movimento (*ir-se*, *chegar-se*, *sair-se*) ou denotativos de ações espontâneas (*rir-se* ou *rir-se de*, *sorrir-se*). Carvalho (1990) não encontrou no

corpus analisado nenhum caso de *se-expletivo*, e acabou concluindo que isso se deve ao fato de ser este emprego mais próprio da língua literária.

Nunes (1995, p. 206), na quantificação dos dados, não considerou casos como os mencionados:

só foram codificados em relação à variável dependente casos de *se* enfático em que a presença do clítico acarreta um rearranjo sintático (com inserção de preposição) na estrutura do verbo. Não foram computados, portanto, casos como o verbo *ir-se* (num total de 35 ocorrências), em que não é possível identificar a supressão do clítico. Os casos em que ocorre reestruturação sintática envolvem três grupos: verbos com fusão dos papéis temáticos agente e beneficiário, como *aproveitar-se, utilizar-se, lograr-se, senhorar-se*.

Nós faremos diferente: apenas contabilizaremos a presença do *se-expletivo*, visto que não é possível prever ou controlar os casos desse tipo com apagamento do *se*.

3.3. Fronteiras ambíguas

Como vimos, ao longo deste capítulo, as funções do *se* (*se-reflexivo, se-recíproco, se-medializador e se-expletivo*) nem sempre se mostram claras em cada caso de clítico *se*. A fronteira entre elas é muito tênue e ambígua. Entendemos que, com o passar do tempo, o *se*, antes restrito às funções de objeto direto e indireto no latim, alarga seus domínios funcionais. Nesse percurso, o *se* não mudou abruptamente para outra função, mas foi paulatinamente assumindo outras nuances, de modo que, ao mirarmos as fronteiras entre as funções, não é possível estabelecer limites bem definidos.

Nas entrevistas analisadas, foram encontrados alguns dados que margeiam essas funções, ou seja, encontram-se na região limite entre uma e outra função. Muitos deles puderam ser enquadrados numa das quatro funções

estabelecidas; porém outros não puderam seguir o mesmo caminho. Assim, abrimos espaço para mais duas funções de *se*: *se-recíproco+medializador* e *se-recíproco+expletivo*.

3.3.1. Se-recíproco+medializador

Enquadram-se nesse tipo de *se* os que aparecem nos exemplos abaixo:

- (86) Isso era sinônimo de [a gente] *se pegar* no pau [um com o outro] (SC FLP 01 FAP)
- (87) A gente não estava *se dando* bem [um com o outro] (SC FLP 03 FAP)
- (88) As irmãs dela tudo *se junta* [umas com as outras] (SC FLP 07 FBP)
- (89) Eles iam *se casar* [um com o outro] (SC FLP 03 FAP)
- (90) A gente *se separou* [um do outro] (SC FLP 03 FAP)

Os clíticos dos exemplos acima conjugam as características do *se-medializador* e *se-recíproco* simultaneamente. Eles são medializadores à medida que se distanciam do *se-reflexivo* e do *se-expletivo*. Em todos os casos, o *se* não representa uma ação rigorosamente reflexa, na qual o agente pratica a ação sobre si mesmo. O sujeito das sentenças condensa as características de ser o ponto de partida e de chegada do evento, a semelhança do *se-reflexivo/recíproco*; mas a pessoa do sujeito não exerce uma ação sobre si mesmo (como em *matar-se*), ela apenas inicia um evento dinâmico que não sai do âmbito do sujeito. Além disso, não é possível comutar o clítico por outro objeto não-reflexivo sem que se perca o sentido original do verbo. Esses argumentos descartam a possibilidade de o clítico *se* dos casos acima ser reflexivo propriamente dito e, também, de ser recíproco, pois a reciprocidade nada mais é do que uma reflexividade cruzada. Também não pode ser expletivo, pois os verbos a que se acopla não são intransitivos e requerem, a princípio, a presença do clítico.

Se fosse apenas isso, enquadraríamos os clíticos dos exemplos acima como *se-medializador*. Entretanto, eles também carregam uma marca de reciprocidade. Os efeitos do evento incidem sobre duas ou mais pessoas exprimidas pelo sujeito da sentença. Ademais, as frases admitem o acréscimo das expressões *um com o outro*, *um do outro*, bem características do *se-recíproco*. Levando isso em consideração, optamos por isolar esses casos de *se-recíproco+medializador*.

3.3.2. Se-recíproco+expletivo

Esse tipo de *se* combina características do *se-expletivo* e do *se-recíproco*. Vejam-se os exemplos:

- (91) A gente tinha *se discutido* [um com o outro] (SC FLP 03 FAP)
- (92) As duas *se brigam* muito [uma com a outra] (SC FLP 09 FAG)
- (93) A gente *se namorou* [um com o outro] (SC FLP 17 FBG)
- (94) Ela e o marido *se namoraram* desde criança [um com o outro] (SC FLP 17 FBG)
- (95) A gente *se conversa* muito [um com o outro] (SC FLP 10 MAC)

O uso pronominal dos verbos exemplificados acima não é comum, ou seja, não é usual empregar o clítico nos contextos citados. Por essa razão, enquadraríamos o *se* dessa natureza na categoria dos expletivos. Contudo, eles são diferentes dos clíticos expletivos que acompanham verbos intransitivos (*sorrir-se*, *ir-se*, *rir-se*). Para começar, na acepção utilizada nos exemplos, os verbos são transitivos indiretos³⁵. Além disso, o *se* empregado não desempenha

³⁵ Consideramos transitivo indireto mesmo o verbo *namorar*. No sentido de “manter relação de namoro”, “ser namorado”, o uso do verbo com esta regência, afirma Ferreira (1999), “é perfeitamente legítimo, moldado em *casar com* e *noivar com*.”

a função de realce, mas de reciprocidade, tanto que as construções admitem o acréscimo das expressões *um com o outro*.

3.4. Outros estudos sobre o *se*

O clítico *se* medial tem sido amplamente pesquisado e muitos trabalhos foram produzidos. Consultamos textos dos seguintes autores: D'Albuquerque (1984), Carvalho (1990), Nunes (1995), Camacho (2003), Freitag (2003), Fernanda Mello (2005) e Neide Melo (2005).

Num trabalho pioneiro sobre a supressão de clíticos mediais, D'Albuquerque (1984) compara o dialeto mineiro de Manhuaçu com o do Rio de Janeiro.

O fator interno investigado na pesquisa foi o tipo de verbo com que o clítico *se* junta: verbos essencialmente pronominais (aqueles cujos pronomes oblíquos não funcionam como objetos); acidentalmente pronominais (aqueles cujos pronomes oblíquos funcionam como objetos); recíprocos e indeterminador.

Os dados evidenciaram que no Rio de Janeiro emprega-se mais o clítico *se* (70%) do que Manhuaçu (16%), onde o processo de mudança gramatical está mais avançado. A autora sustenta que os clíticos que acompanham verbos acidentalmente pronominais são os mais propensos a serem apagados, seguidos dos verbos essencialmente pronominais e dos recíprocos. Em Manhuaçu, a presença de *se* com verbos essencialmente pronominais é de 37%, enquanto que no Rio de Janeiro é de 74%; com verbos acidentalmente pronominais acontece o mesmo (10% e 68%); com verbos pronominais recíprocos, o resultado é o seguinte: Manhuaçu (11%) e Rio de Janeiro (86%).

É interessante observarmos que verbos como *machucar-se*, *cortar-se* e *sujar-se*, no contexto dos exemplos abaixo, são considerados acidentalmente pronominais pela autora:

- (96) Ela *machucou* na bicicleta.
- (97) Eu *cortei* com a faca.
- (98) A criança *sujou* toda de lama.³⁶

Nesses contextos, nós classificaríamos o *se* omitido como medializador, pois não tem propriamente a idéia de direção reflexa, embora seja um ato ou movimento que o sujeito executa em sua própria pessoa. A pessoa do sujeito não exerce uma ação em si mesmo (como *matar-se*), mas inicia um evento dinâmico que não sai do âmbito do sujeito. Ou seja, o evento acontece por circunstâncias fortuitas ou alheias à vontade do sujeito, mas acaba repercutindo sobre este como se dele partisse, numa espécie de reflexividade involuntária na qual o sujeito pode ver-se maximamente envolvido.

Camacho (2003) comenta a ambigüidade que esses verbos que não acarretam controle podem provocar. Ele oferece os seguintes exemplos:

- (99) a. João *se machucou* gravemente para ganhar o seguro.
b. João *se machucou* gravemente podando a grama.
- (100) a. João *se cortou* gravemente para ganhar o seguro.
b. João *se cortou* gravemente podando a grama.

As sentenças (99a) e (100a) têm uma interpretação reflexiva, enquanto (99b) e (100b), uma interpretação medializadora.

Além desses verbos, há outros que D'Albuquerque enquadra como acidentalmente reflexivos que classificaríamos como medializadores: *maquiar-se*, *aborrecer-se*, *casar-se*, *sentar-se*, *levantar-se*, *deitar-se*, *sentir-se*, *acostumar-se*, *preocupar-se*. Devido a essas divergências não é certo que os resultados quantitativos de D'Albuquerque sejam diretamente comparáveis aos resultados de nossa pesquisa.

³⁶ Os exemplos (96), (97) e (98) foram extraídos de D'Albuquerque (1984, p. 99).

Nesse rastreamento da supressão do *se*, a autora chegou a conclusões interessantes:

- O pronome recíproco é abandonado em favor de expressões tais como “um ao outro”, “um com o outro”, “um do outro”.
 - *Eles cumprimentaram um ao outro.*
 - *Um carro chocou com outro.*
 - *Eles separaram.*
- Certas construções onde aparecia um pronome átono foram substituídas por expressões equivalentes, normalmente com sentido passivo:
 - *Ela ficou decepcionada com o resultado* em vez de *Ela se decepcionou...*
 - *Eu passei perfume para o encontro* em vez de *Eu me perfumei...*
 - *Eu fiquei assustada com o barulho* em vez de *Eu me assustei...*
- Os informantes deram preferência a alternativas de regências verbais que evitam o verbo pronominal:
 - *Eu perdi o caminho* em vez de *Eu me perdi no caminho.*
 - *Ele curou a gripe* em vez de *Ele se curou da gripe.*
 - *Isto não me incomoda* em vez de *Não me incomodo com isto.*
- Em Manhuaçu, alguns verbos bastante usados em outras regiões foram registrados e substituídos por outros diferentes sem pronomes, de forma que a ambigüidade, que poderia advir pela simples omissão do pronome átono, foi evitada:
 - *Ele suicidou* em vez de *Ele se matou.*
 - *Ele suicidou no rio* em vez de *Ele se jogou no rio.*
 - *Vou mudar de roupa* ou *Vou trocar de roupa* em vez de *Vou me vestir* ou *Vou me trocar.*
- Um mesmo item lexical verbal é usado pronominalizado ou despronominalizado, num mesmo momento histórico, não só por informantes diversos, como também pelo mesmo informante.

- Alguns itens lexicais conservaram os clíticos em proporção maior do que outros. Mesmo no Rio de Janeiro, onde a conservação é maior, houve contrastes bruscos nos resultados.

Para seus resultados, D'Albuquerque levantou algumas hipóteses, sintáticas e semânticas. Ao fornecer uma explicação sintática para a perda do reflexivo, a autora incluiu o processo no âmbito mais geral da perda de clítico marcador de objeto direto. De acordo com Camacho (2003), é suspeito misturar casos como (101a-b):

- (101) a. – Você viu o Joãozinho?
 – Vi. Está na casa do Zeca.
- b. Ela está maquiando.

A resposta contida em (101a) pressupõe a existência da entidade referencial *Joãozinho* e a supressão do clítico acusativo configura claramente um caso em que o antecedente está contextualmente presente. A mesma explicação não se aplica ao predicado (101b): a pressuposição é semântica, não discursiva, e apenas revela que no sujeito convergem o agente e a entidade semanticamente afetada pelos efeitos do estado de coisas verbalizado (Camacho, 2003).

Cyrino (1993) observa que pode sim haver uma relação entre a queda dos clíticos e a ocorrência dos objetos nulos. Porém, Cyrino, em 2003, adverte que essa relação não é simples. A autora defende que ambos os fenômenos seriam conseqüências de um princípio mais geral, uma espécie de princípio “Evite pronome”, que estaria agindo na posição de objeto. Estruturas como a elipse em (101a) acima são uma mostra de que o princípio “Evite pronome” pode estar relacionado a um princípio de recuperabilidade do antecedente.

Já o *se-medializador* nulo, segundo Cyrino, não seria um clítico nulo à maneira do objeto nulo do português, pois ele não tem a estrutura de um complemento verbal:

- O verbo *casar*, por exemplo, pode ter dois argumentos, sujeito e objeto, como em:

(102) João casou sua filha.

Se o uso de *se* em (103) abaixo mostra uma agentivização do sujeito (compare com a construção acima), e o *se* está aí para marcar isso, então é possível que não tenha função de objeto do verbo:

(103) João casou-se.

De acordo com Cyrino, o *se* em (103), sendo não-argumento, menos específico, menos referencial, pode cair:

(104) João casou.

- Acontece o mesmo com o verbo *machucar*, que pode ter dois argumentos:

(105) Eu machuquei minha amiga.

Se o verbo tem o *se*, ou seja, *machucar-se*, o sujeito pode não ser mais agente, e neste caso o *se* não é objeto:

(106) Ela *se* machucou ao subir a escada.

Dessa forma, pode ser abandonado pelas mesmas razões de *casar-se*:

(107) Ela machucou ao subir a escada.

- O mesmo pode acontecer com o *se* inerente, que não parece ser objeto de verbos, como *arrepender-se*, *suicidar-se*, *beneficiar-se*, mas somente um item lexical:

(108) João *se* arrependeu do preço que cobrou.

(vs. *João arrependeu *Maria/a si mesmo* do preço que cobrou)

Sendo vocabulário, o *se* pode não existir nessas construções:

(109) João arrependeu do preço que cobrou.

Mais apropriada é a explicação semântica em que D'Albuquerque atribui a perda do clítico a reflexivos inerentes, cujo traço comum é a previsibilidade do objeto. Mencionando verbos como *levantar*, *sentar*, *deitar*, sustenta que seu uso transitivo não-reflexivo representa uma situação anômala, pois as situações mais comuns são aqueles em que "o agente é também o objeto da ação. Essa superposição de papéis semânticos é sentida como tão óbvia que a marca de

reflexividade se torna desnecessária ao ponto de esvair-se" (D'Albuquerque, 1984, p. 117-8).

Carvalho (1990) desenvolveu sua pesquisa lingüístico-filológica sobre o tema em questão, rastreando na tradição gramatical e filológica brasileira a teoria disponível sobre o assunto. Quanto à parte prática, utilizou como *corpus* textos da literatura brasileira e portuguesa, da imprensa escrita (principais jornais e revistas do eixo Rio - São Paulo) e dos inquéritos do Projeto NURC da Faculdade de Letras da UFRJ. Assim, o autor percorreu a trajetória do *se* desde o latim clássico, passando pelo latim vulgar e pelo português arcaico, até chegar aos nossos dias.

Partindo da descrição apresentada pelas principais gramáticas de português, Carvalho tentou demonstrar as origens e as causas das atuais funções e atribuições do pronome *se*, a saber: funções sintáticas: objeto direto, objeto indireto e sujeito de infinitivo; atribuições sintáticas: parte integrante do verbo, partícula ou pronome de realce, símbolo ou índice de indeterminação do sujeito e partícula ou pronome apassivador.

Embora o autor conservasse a terminologia adotada pelas nossas gramáticas normativas, muito se avançou com sua tese, pois ela está permeada de reflexões pessoais e apreciações críticas. Já nos reportamos várias vezes aos seus estudos sobre as origens da voz medial e do pronome reflexivo *se*. Agora, nos deteremos em suas *lições do corpus*, ou seja, ao capítulo destinado à análise dos Inquéritos do NURC, *corpus* representativo de uma modalidade específica de língua – o português oral do Brasil praticado por falantes considerados lingüisticamente cultos. Embora não seja objetivo do autor, aqui vamos nos deter à quantificação dos dados.

Foram consideradas 414 ocorrências de uso do *se*. Das funções que nos interessam, foram encontradas as seguintes ocorrências:

- Objeto direto – total de ocorrências: 7 (1,70%)

Incluem-se aqui os casos de *se* como objeto direto vivo ou propriamente dito na voz reflexiva. São frases em que o reflexivo aparece junto a verbos transitivos diretos não-pronominais e, a princípio, pode ser substituído por *a si mesmo* ou por outros objetos diretos não-reflexivos. Incluem-se também os *ses* de valor recíproco.

- Objeto indireto – nenhuma ocorrência (0%)

Não foram encontrados exemplos do *se* como objeto indireto, provavelmente, supõe o autor, por se tratar de uso característico da língua escrita formal.

- Parte integrante do verbo – total de ocorrências: 167 (40,33%)

Estão considerados aqui os casos representativos da voz medial dinâmica, ou seja, do *se-medializador*. Trata-se de frases em que o *se* ora aparece como uma espécie de objeto direto fossilizado, ora como uma espécie de objeto figurado ou metafórico. Em ambos os casos, o pronome *se* apresenta desprovido de função sintática.

- Partícula de realce – nenhuma ocorrência (0%)

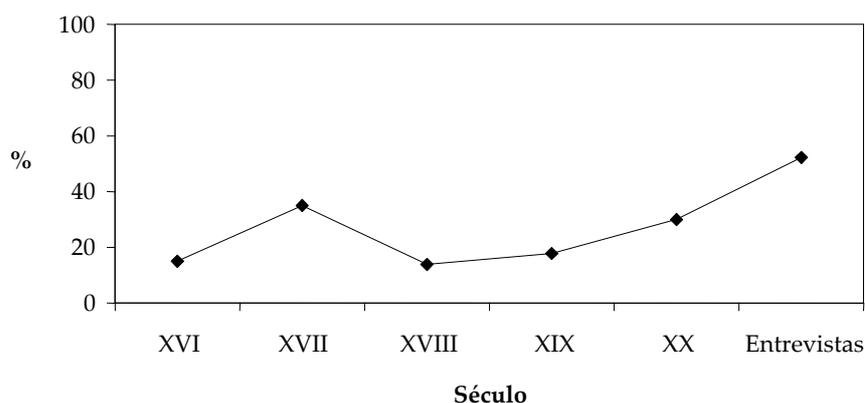
Também não foi encontrado exemplo do *se* como partícula de realce. A hipótese do autor é a de que este emprego do reflexivo é mais próprio da língua literária.

É interessante comentar que Carvalho (1990) tinha consciência de que a voz medial dinâmica (*se-medializador*) representa o lado mais produtivo da medial analítica herdada do latim vulgar pelo português, mesmo assim os números encontrados o surpreenderam.

Nunes (1995) também lança um texto investigativo sobre o *se* reflexivo/medial. Ele analisou um *corpus* diacrônico e sincrônico obtido a partir de dados retirados do dialeto de São Paulo, com o objetivo de verificar a presença/ausência do clítico *se* nas sentenças em função das especificações lexicais do verbo ou em função do contexto sintático.

Nunes constatou que a supressão do clítico *se* não é um fenômeno que se restringe à atualidade. Ele vem sendo apagado desde o século XVI até o século XX nos dados escritos. Quando, porém, observamos seus resultados para dados de entrevistas, vemos que já se pode falar de um aumento de supressão:

Gráfico 1: Quadro geral da supressão de clíticos anafóricos



Fonte: Nunes, 1995, p. 211.

Para o autor, o pico de supressão no século XVII se mostra bem enigmático, tendo em vista que os textos dos séculos XVI, XVII e XVIII não diferem consideravelmente em natureza.

Nessa pesquisa, os fatores condicionadores internos e externos considerados foram: o tipo de clítico anafórico, o tipo de verbo, as grades temáticas dos verbos, os processos lexicais que afetam a grade temática dos verbos, a faixa etária, a escolaridade, as modalidades oral e escrita.

Na tabela abaixo estão os resultados do autor quanto à queda no uso de certos clíticos *se*:

Quadro 1: Supressão de clíticos anafóricos por tipo de clítico
(adaptado de Nunes 1995)

Período de tempo	Tipo de <i>se</i>														
	Reflexivo		Ergativo		Inerente		Ex-ergativo		Enfático		Quase-inerente		Total		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
séc. XVI	5	21	3	12	0	0	0	0	0	0	0	-	-	8	15
séc. XVII	33	38	8	20	-	-	-	-	1	50	-	-	42	32	
séc. XVIII	94	30	20	5	0	0	4	29	1	5	0	0	119	14	
séc. XIX	41	28	31	14	0	0	2	40	0	0	0	0	74	19	
séc. XX	32	16	133	38	0	0	7	54	2	15	-	-	174	30	
Entrevistas	49	36	118	53	1	14	74	73	1	50	0	0	243	52	
Total	254	28	313	25	1	2	87	64	5	12	0	0	660	27	

Abaixo seguem exemplos de Nunes (1995):

(110) a. *se* reflexivo:

Depois de jantar *se abraçarão* reciprocamente (carta, 1725).

b. *se* ergativo:

Meu namorado fala alguma coisa, eu não gosto, eu *me* magôo, eu *me machuco* (entrevista).

c. *se* ex-ergativo:

Quando os pais dele *se* separaram (entrevista).

d. *se* inerente:

Aliás, ele *se suicidou* (entrevista).

e. *se* quase inerente:

Parece que *se comportou* lá, ele veio logo (entrevista).

f. *se* enfático:

O dito Gomez hera isemto e que *sefosse* em paz (carta, 1555).

A partir da análise dos resultados, Nunes constatou que a escolaridade é um fator de grande importância no condicionamento da variação existente no português falado. Os 52% de média de supressão do clítico registrados nas entrevistas foram assim distribuídos: 1º grau: 65%, 2º grau: 57% e 3º grau: 32%. Pode-se depreender que à medida que o nível de escolaridade aumenta, a presença do clítico torna-se mais significativa.

No que se refere ao tipo de verbo, os de ação são os que mais motivam o apagamento do *se* (91%), ao contrário do que ocorre com os verbos de processo (31%) e estado (1%). São exemplos de Nunes (1995):

- (111) a. verbo de estado:
Respondeu *chamar-se* Marçal Rodrigues (processo, 1864).
- b. verbo de processo:
A Fátima *curou-se* do resfriado (carta, 1988).
- c. verbo de ação:
Esta tomei no meu Livro de notas aonde todos *assinarao se*.
(escritura, 1598).

Dentre os verbos de ação, a grade temática mais recorrente é a pré-fusão de agente e tema (um elemento não-anafórico que pode receber um dos papéis temáticos em questão. Exemplo: *levantar-se*). Essa grade temática é a grande responsável pela supressão do *se* reflexivo (45%), em comparação com as outras (8%). Nas entrevistas, o apagamento do clítico atinge o pico de 65%. Nunes explica que o *se*, caso completar fusão dos papéis temáticos agente e tema, poderá vir a ser interpretado como enfático.

Os resultados da análise do *corpus* de escrita contemporânea formal de Nunes espelham os resultados da análise da língua coloquial: todos os casos de elisão do clítico *se* envolvem a grade temática pré-fusão de agente e tema como exemplificado abaixo:

- (112) [Ele] sentara na cadeira de presidente.³⁷

³⁷ Exemplo extraído de Nunes (1995, p. 132).

Ao todo, Nunes se deparou com 54 ocorrências de supressão do clítico *se*, na revista *Veja*, e a maioria delas foi encontrada em textos de discurso direto, perfazendo 61%; o discurso indireto atingiu a marca de 39%.

Outro caso interessante constatado pelo autor, na revista *Veja*, é a inserção de clítico anafórico em contextos em que é rechaçada pela gramática normativa, evidenciando um fenômeno de hipercorreção. Esse fenômeno diz respeito à inserção de *se* junto ao verbo *sobressair* e junto a verbos da classe de *encontrar*, *deparar* e *defrontar*. 95% dos casos de hipercorreção se encontram em discurso indireto.

Ao fim, os resultados de Nunes atestam que a elisão do *se* reflexivo é sensível ao tipo de clítico, ao tipo de verbo a que o clítico está associado e à grade temática de tal verbo. Quanto aos fatores extralingüísticos, a supressão de *se* se mostra condicionada em entrevistas por nível de escolaridade, e na escrita contemporânea formal, por tipo de discurso.

Fernanda Mello (2005), sob a ótica do funcionalismo, analisou a produtividade do clítico *se* na fala de João Pessoa, Paraíba. Segundo a autora, o clítico vem alargando seu uso, tornando-se mais opaco, menos transparente em sua função. Passa a conviver em contextos mais abstratos de uso, deixando sua tarefa primeira e angariando novas nuances no discurso. Constatadas essas nuances, a autora estabelece níveis de reflexividade. Os grupos de fatores, de ordem lingüística e social, são controlados em relação aos níveis, trabalhando basicamente com a noção da marcação lingüística. Dentre os fatores lingüísticos estão a colocação da partícula nas cláusulas, os tipos de discurso e os traços semântico-pragmáticos dos verbos. Já os fatores sociais correspondem a sexo, escolaridade e faixa etária.

Os níveis de reflexividade a que Mello se refere são quatro: reflexividade plena (*suicidar-se*); reflexividade primária (*questionar-se*, *matar-se*, *sentir-se*, *encontrar-se*); reflexividade secundária (*acordar-se*, *preocupar-se*); reflexividade terciária (*irritar-se*, *atrever-se*). Das 664 ocorrências do uso do clítico *se*, 53% se

enquadram no nível de reflexividade pleno/primário³⁸; 22%, no nível de reflexividade secundário; e 25%, no de reflexividade terciário.

Quanto à colocação da partícula na cláusula, o uso da próclise é avassalador em relação aos demais (70%). A seguir, estão os pronomes colocados em locuções verbais, sempre entre verbos, jamais antes do primeiro ou depois do último (18%). Com apenas 9% das ocorrências estão os pronomes enclíticos. Por fim, aparecem os pronomes dobrados (*se-matou-se*) com apenas 3% das ocorrências.

A respeito do tipo de discurso, a hipótese de Mello é a de que os tipos de discurso [-marcados] (menos complexos) tendem a privilegiar os níveis de reflexividade [-marcados], ao passo que os tipos de discurso mais complexos tendem a atrair os níveis de reflexividade mais complexos.

A narrativa obedece totalmente a hipótese aventada: os níveis de reflexividade [-marcados] são mais recorrentes na narrativa: pleno/primário, 51%; secundário, 28%; terciário, 21%. Com características parecidas às da narrativa, porém um pouco [+marcada], está a descrição de vida. Nela é mais recorrente o nível [-marcado], pleno/primário (60%); o nível secundário e terciário mostram-se equilibrados (19% e 21%). Descrição e argumentação, respectivamente os [+marcados] dos tipos de discurso, apresentam um comportamento parecido, ambos os tipos atraíram mais o *se* do nível terciário, [+marcado] (27% e 28%), que o de nível secundário (21% e 17%).

Os traços semântico-pragmáticos que os verbos apresentam possibilitam que eles sejam organizados hierarquicamente de acordo com o grau de atividade. Foram estabelecidas categorias semânticas dos verbos, as quais foram

³⁸ Fernanda Mello (2005) agrupou os níveis primário e pleno. Afirma a autora que a junção dos dois níveis de reflexividade é feita com base em argumentos de ordem qualitativa e quantitativa. Qualitativamente, os níveis adjungidos são os que apresentam os maiores graus de reflexividade; ao passo que, quantitativamente, os resultados numéricos, tanto para grupos lingüísticos quanto para grupos sociais, permitem essa amalgamação, pois o nível pleno e o primário apresentam distribuições bastantes próximas.

separadas em cinco grupos, das nuances [+concretas] para as [+abstratas]: grupo 1 (*casar-se, comunicar-se, enforçar-se*); grupo 2 (*aposentar-se, divertir-se, sentar-se, deitar-se*); grupo 3 (*afastar-se, acordar-se, tornar-se*); grupo 4 (*preocupar-se, lembrar-se, sentir-se*); grupo 5 (*estar-se necessitado, estar-se frágil, estar-se informada*). Quanto menor o grau de atividade física e um maior grau de atividade cognitiva, mais complexos serão os verbos, por isso, são caracterizados como [+marcados].

Assim, Mello supõe que os níveis de reflexividade num nível hierarquicamente maior, como pleno/primário, por exemplo, estejam diretamente relacionados com os verbos de nuance mais concreta. Por outro lado, o nível de reflexividade mais baixo, como o terciário, deve estar ligado aos verbos de nuance mais abstrata.

Os verbos do grupo 1 correspondem a 21,54% das ocorrências; do grupo 2, a 17,92%; do grupo 3, a 14,16%. Até aqui o gradiente da frequência é devidamente obedecido para que a hipótese seja atestada. Os verbos do grupo 4, no entanto, revolucionam: o índice é de 40,96%. E, por fim, os verbos do grupo 5 apresentam o índice de 5,42%. Observa a autora que, juntando as ocorrências dos dois últimos grupos, chega-se a um número bastante significativo, se considerar que justamente esses grupos são os que menos trazem em si a carga de atividade, que seria, a princípio, a marca definidora da reflexividade.

Em relação aos fatores sociais controlados, o fator sexo não se mostrou significativo. Homens e mulheres usam o clítico *se* de forma bastante assemelhada. A escolaridade também não se mostrou um fator decisivo no uso do clítico, mas pode-se notar que o uso do pronome reflexivo é menor entre os não-escolarizados. O controle da faixa etária revelou que o total de ocorrências de *se* é maior entre os mais jovens, decresce na faixa intermediária e é mais baixo ainda na faixa dos mais idosos.

Rocha (1999³⁹, *apud* Neide Melo, 2005) pesquisou a supressão do clítico *se* no dialeto mineiro falado na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. Os fatores internos e externos controlados foram: a presença ou ausência lexical do sujeito da oração; tipos de verbos (ação, processo e estado); pronomes verdadeiramente reflexivos e falsos reflexivos⁴⁰; escolaridade; faixa etária; estilo: formal e informal.

A autora constatou 44% de elisão do clítico *se* no dialeto falado em Ouro Preto e revelou que se surpreendeu com o resultado. Ela esperava um percentual mais alto, próximo aos percentuais encontrados nos trabalhos estudados por ela.

De acordo com Rocha, os falsos reflexivos apresentaram .53 de probabilidade de serem apagados e os verdadeiramente reflexivos apresentarem .33. Esses resultados confirmaram a hipótese de que os falsos reflexivos seriam os mais suprimidos do que os verdadeiros reflexivos.

No que diz respeito aos fatores externos à língua, a autora constatou que a baixa escolaridade condiciona a anulação do *se*. O 1º grau é o responsável pelo maior número de supressão, apresentando 78% de ausência de reflexivos nas entrevistas sociolingüísticas, enquanto o 3º grau apresentou 56% de emprego do clítico.

³⁹ ROCHA, Ângela de F. *Clíticos reflexivos: uma variante sociolingüística na cidade de Ouro Preto*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

⁴⁰ A autora desenvolve um teste para chegar aos seguintes critérios para classificação dos “verdadeiros reflexivos” (Rocha 1999, p. 56):

- a) NP [+agente];
se [+0, +C];
- b) *[V *se* NP₁]: a inversão do verbo/sujeito não é aceita;
- c) a sentença aceita o uso de *intencionalmente*.

Para os “falsos reflexivos”, os critérios são os seguintes (Rocha, 1999, p. 56-57):

- a) NP Sujeito não é agente;
- b) *se* [-0, +C];
- c) [V *se* NP₁]: a inversão do verbo/sujeito é aceita;
- d) a sentença pode ou não aceitar o acréscimo de *a si mesmo*;
- e) a sentença pode ou não ser usada com *intencionalmente*.

Já em relação ao estilo, o estilo menos formal, segundo Rocha, apresentou uma probabilidade de .55 de supressão dos reflexivos, em contraposição ao estilo mais formal, que registrou .17 de probabilidade de apagamento do *se*.

Quanto aos três tipos de verbo analisados pela autora, o verbo de processo é o que mais condiciona a anulação do reflexivo em estudo, mostrando probabilidade de .70. O verbo de estado aparece em segundo lugar, com .28 de probabilidade; e, por último, o verbo de ação, com .26.

No dialeto de Ouro Preto, afirma Rocha, não há diferença significativa de supressão do *se* entre as faixas etárias. Mas na análise global dos dados, ela constata que as faixas etárias jovem e mais velhos são responsáveis pela maior porcentagem de supressão do *se*. Os outros fatores selecionados apresentaram os seguintes percentuais: escolaridade de 1º grau (.59); o sujeito nulo (.79) e os verbos de processo (.59) são os fatores internos e externos que mais favorecem a ausência do clítico *se*.

Outra pesquisadora que se preocupou com o apagamento do *se* foi Neide Melo (2005). Ela examinou o fenômeno em Uberlândia, Minas Gerais, num *corpus* constituído de 45 informantes adultos, de ambos os sexos, de três classes sociais e de três faixas etárias, a saber: 20 a 30 anos; 31 a 45 anos e acima de 45 anos.

A variável dependente é o *se* reflexivo e o *se* recíproco. Os fatores lingüísticos e não-lingüísticos selecionados foram: presença/ausência de *se*; tipos de verbos (acidentalmente pronominal, essencialmente pronominal e outros); classe social; faixa etária, e a variedade do português (brasileiro e europeu).

Constatou a autora que a presença do clítico *se* reflexivo ou recíproco no português brasileiro atinge o índice de 51%, e a ausência, 49%. Comparando as ocorrências do *se* reflexivo com o recíproco, verifica-se um percentual de 49% de presença do clítico reflexivo e 51% de ausência, ao passo que o clítico recíproco

tem um índice de 71% de ocorrência e 29% de apagamento. Isso significa que os falantes, de modo geral, mantêm, em maior número, a presença do clítico recíproco. Melo sugere amalgamar os resultados relativos à ausência do clítico reflexivo e recíproco, obtendo um percentual de 80% de ausência do *se*. Um número significativo, afirma a autora, para a comprovação da hipótese de que “o clítico *se* está em desuso no Brasil, em se tratando de língua oral”.

Quanto ao tipo de verbo, o índice de apagamento do *se* que acompanha verbos acidentalmente pronominais é 51%, enquanto a presença do *se* compreende 49% dos casos. Um resultado equilibrado, portanto. Já o índice de apagamento dos clíticos que acompanham verbos essencialmente pronominais é de 37%, e sua presença, 63%. Esses resultados constituem argumentos a favor da hipótese aventada por Melo de que o apagamento do clítico *se* com valor reflexo está correlacionado ao tipo de verbo: acidentalmente ou essencialmente pronominal. O número de apagamento das marcas de reflexividade é, portanto, maior com verbos acidentalmente pronominais. Esses resultados, portanto, se aproximam dos resultados de D’Albuquerque (1984), os quais também revelaram que a taxa de presença do clítico reflexivo é maior com os verbos essencialmente pronominais, nas duas regiões pesquisadas por ela, quais sejam: Manhuaçu e Rio de Janeiro.

No entanto, Melo considera alguns verbos, como *desempregar-se*, *desequilibrar-se*, *formar-se*, *chocar-se*⁴¹, como acidentalmente pronominais. Assim, os critérios adotados por Melo para estabelecer o que seja o *se* reflexivo propriamente dito e o *se* parte integrante de verbo diferem substancialmente dos critérios aqui propostos.

Para explicar o fato de alguns verbos pronominais conservarem os clíticos em proporção maior que os outros, Melo recorre às hipóteses levantadas por D’Albuquerque (1984). A hipótese sintática é a de que o objeto reflexivo pode ser apagado assim como o objeto direto não-reflexivo pode ser. Acima,

⁴¹ Verbos retirados de exemplos de Neide Melo (2005, p. 79-80).

essa hipótese já foi problematizada, baseando-se nos estudos de Cyrino (2003): os fenômenos de objeto nulo e apagamento dos clíticos reflexivos são fenômenos independentes.

Melo também traz para o seu texto a hipótese semântica de D'Albuquerque, segundo a qual a língua comporta dois fatores opostos e que se equilibram: "o fator semântico, que faz cair a marca morfológica de reflexividade semanticamente vazia e o fator léxico, que preserva o molde formal do verbo reflexivo." (D'Albuquerque, 1984, p. 118)

É interessante comentar a seguinte observação de Melo:

O resultado da atuação dessas duas forças é exatamente o índice mais alto de presença da marca de reflexividade junto aos verbos essencialmente reflexivos, *apesar da pouca numerosidade desse tipo de verbo na língua como um todo.* (Melo, 2005, p. 81)

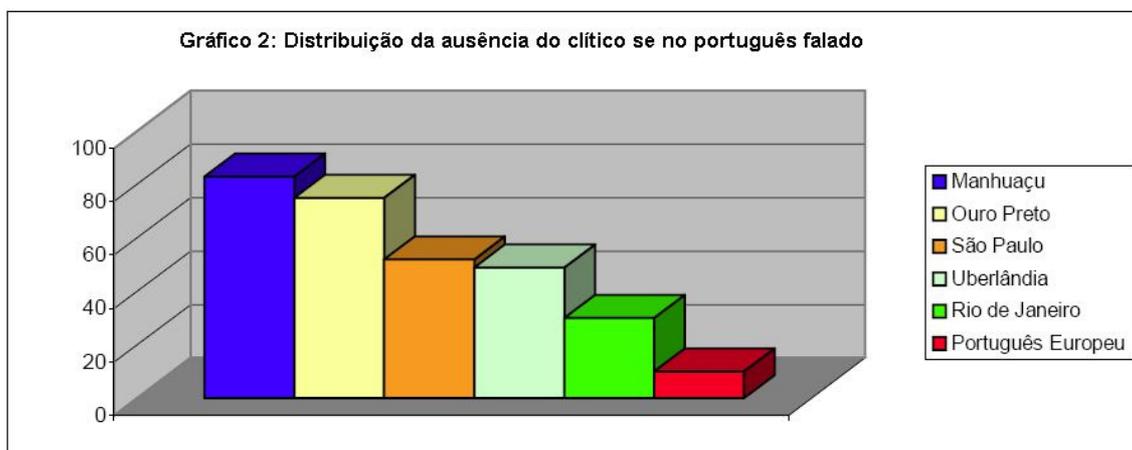
A informação grifada é oposta à hipótese de Carvalho (1990), que previa que o número de clíticos junto a verbos essencialmente reflexivos seria muito maior do que o total de clíticos com verbos acidentalmente pronominais. Nesta pesquisa, também chegamos a resultados que se aproximam aos de Carvalho. Essa disparidade com os resultados de Melo e D'Albuquerque se deve às diferentes determinações acerca dos tipos de *se* considerados.

Quanto aos grupos de fatores extralingüísticos, a análise da distribuição da presença e da ausência de *se* conforme a classe social evidenciou que a classe social não é um fator que determina um ou o outro uso. A ausência do clítico em questão ocorre de maneira equilibrada nos três grupos, a saber: na classe baixa, o índice é de 55%; na média, 48%; na alta, 46%. Portanto, não foi possível a autora confirmar a hipótese de que a classe social mais alta empregaria com maior frequência o clítico.

Com relação à idade, Melo constatou que os falantes mais jovens e os falantes da faixa etária mediana omitem proporcionalmente o *se* (42% e 48%,

respectivamente), já os falantes mais velhos apresentam um índice maior de apagamento do *se* (61%). Esses resultados são similares aos de Rocha (1999): o terceiro grupo etário é o responsável pela maior probabilidade de omissão dos clíticos. O resultado tridimensional entre a variável em estudo, a classe social e a faixa etária revelou que os jovens da classe social alta são os que mais conservam o clítico *se* em sua fala. Concluiu Melo que isso se deve ao maior grau de escolaridade desses informantes. Assim, “o fator escolaridade desempenha papel crucial no favorecimento da presença do clítico *se*” (Melo, 2005, p. 100).

O resultado apresentado em vários dos trabalhos aqui resenhados resultou no gráfico abaixo, elaborado por Rocha (1999, *apud* Melo, 2005) e feito por Melo (2005), no qual se pode observar em qual das cidades a ausência do clítico *se* ocorre com maior frequência.



Fonte: MELO, 2005, p. 94.

O gráfico evidencia que Manhauçu é a cidade onde os falantes apagam o clítico *se* com maior frequência, apresentando o índice de 83%. Na seqüência, Ouro Preto e São Paulo apresentam 75% e 52%, respectivamente, de percentuais para o apagamento do *se*. Em seguida, temos Uberlândia, com 49% de ausência do *se*, que não constitui diferença significativa em relação a São Paulo. Na seqüência, está Rio de Janeiro, que se configura, segundo o gráfico, como a

cidade que menos apaga o clítico reflexivo/recíproco, apresentando uma porcentagem de 30%. Por fim, temos o índice de ausência de 10% no Português Europeu.

Dado o estudo geral sobre o *se* no Brasil, é nossa intenção perquirir o estatuto da presença/ausência do *se* em Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, em relação a outras cidades brasileiras.

Segundo Freitag (2003, p.62), “enquanto em algumas regiões do Brasil os pronomes reflexivos estão se perdendo, na fala de Florianópolis eles se mantêm e parecem estar se gramaticalizando como afixos ao verbo.” A autora acrescenta ainda que “o panorama apresentado por Nunes (1995) não parece refletir o que de fato está acontecendo com o pronome reflexivo *se* na fala de Florianópolis.” (Freitag, 2003, p. 64). Freitag sustenta que as alterações no quadro dos pronomes-sujeito, com a inserção de *você, vocês* e *a gente*, afetaram os pronomes átonos reflexivos, mais especificamente no quadro dos pronomes da fala florianopolitana.

No dialeto de Florianópolis, mais que o apagamento, segundo Freitag, é notável o espraiamento do *se* para outros contextos de uso: o *se* passa a combinar-se com os pronomes *tu* e *nós*, conforme exemplo abaixo:

(113) Tu gostas de dança ou tu não *se interessa*?

(114) O pior é que nós *se prestava* a isso.⁴²

O reflexivo *se* – por ser o mais freqüente no paradigma pronominal, dado que se realiza com os pronomes *ele, eles, ela, elas, você, vocês* e *a gente* – perde clareza semântica e generaliza sua regra para outros pronomes, como *tu* e *nós*. O *se* passa a assumir um comportamento semelhante ao de um afixo, integrado ao verbo (cf. Freitag, 2003).

Outro emprego do *se* já constatado informalmente no dialeto de Florianópolis e, com mais intensidade, no dialeto de Criciúma, cidade mais ao sul de Santa Catarina, é o redobramento do *se*. Sobre isso, ainda não tivemos

⁴² Os exemplos (113) e (114) foram extraídos de Freitag (2003, p. 66).

oportunidade de encontrar trabalhos afins, a não ser a breve menção de Monteiro (1994) sobre o assunto. Ele exhibe os seguintes exemplos:

(115) Ela *se torna-se* um pouco grosseira.

(116) Meu avô *se aposentou-se* como porteiro do grupo escolar.⁴³

O autor comenta sobre o fenômeno: “se intuirmos que a tendência se manifesta no sentido da perda dos clíticos, não raro encontramos exemplos de redobramento, o que já pode ser o anúncio de uma nova mudança.” (Monteiro, 1994, p. 96).

Por fim, os trabalhos aqui brevemente resenhados permitiram-nos observar quais os fatores internos e externos à língua que mais favorecem a anulação do clítico *se* e como eles são importantes na delimitação dos fenômenos e, ainda, como auxiliam na caracterização do português brasileiro.

Vimos também que os estudiosos do assunto divergem nas atribuições de função aos dados, nas hipóteses e nos resultados. Situações como essas nos indicam que a análise da medialidade precisa ser feita com a máxima cautela.

⁴³ Os exemplos (115) e (116) foram extraídos de Monteiro (1994, p. 96).

4. OBJETIVOS, QUESTÕES E HIPÓTESES

4.1. Objetivos

4.1.1. Objetivo geral

Analisar e descrever o funcionamento do *se* medial, bem como o uso variável do emprego e do apagamento desse clítico na fala de Florianópolis, contribuindo para a descrição do português falado na região sul do Brasil.

4.1.2. Objetivos específicos

- Mapear os tipos/funções do *se* medial na fala de Florianópolis considerando as frequências de uso, e correlacionando-os à presença e ausência do clítico;
- Identificar o(s) contexto(s) de variação e detectar os fatores condicionadores (lingüísticos e extralingüísticos) de realização e apagamento do clítico;

- Averiguar o uso preferencial dos falantes quanto à ordem de colocação do clítico nas orações; inclusive pesquisar as ocorrências de *se* redobrado;
- Verificar as ocorrências do clítico *se* combinado com outras pessoas do discurso, como *eu*, *tu* e *nós*;
- Comparar nossos resultados com os de outros estudos sobre o *se*.

4.2. Questões e hipóteses

4.2.1. Questões

- Como se comporta o *se* medial em termos de tipos/funções, frequência de uso e correlações com a presença e a ausência do clítico *se* na língua oral de Florianópolis?
- Qual é o contexto preferencial de variação quanto à presença/ausência do clítico? O fenômeno em estudo sofre influências de fatores lingüísticos e sociais? Como se dá tal condicionamento?
- Qual a preferência dos falantes em relação à ordem de colocação do clítico nas orações? Com que frequência ocorre o clítico *se* redobrado na fala de Florianópolis?
- É possível identificar um processo de generalização do uso de *se* encontrando-o combinado com outras pessoas do discurso (*eu*, *tu* e *nós*)?
- Qual o resultado da comparação das conclusões desta pesquisa com as de outros estudos, em relação ao apagamento do *se*?

4.2.2. Hipóteses

- O domínio funcional do *se* medial recobre os tipos/funções: *reflexivo*, *recíproco*, *medializador* e *expletivo*, com possibilidade de sobreposição de funções. Com base em nossa intuição de falante sulista, nos estudos de Freitag (2003), que analisou o *se* na fala de Florianópolis, e nos estudos de Camacho (2003), acreditamos que: a) em geral, a presença do clítico seja mais recorrente do que sua ausência; b) haja uma correlação entre a realização ou não do *se* e o tipo/função do mesmo.
- Nossa expectativa é a de que o contexto preferencial de variação seja o do *se-medializador* (cf. Camacho, 2003).
- Esperamos que os fatores lingüísticos e sociais listados a seguir interfiram na variação da expressão ou não do *se*:
 - tipo de *se*: com base nas hipóteses de Camacho (2003), de que a omissão do clítico marque a medialidade e a presença, a reflexividade, esperamos que o *se-medializador* seja o mais omitido na fala de Florianópolis;
 - tipo de verbo: em outras regiões do Brasil, constatamos, por meio dos trabalhos revisados, que há apagamento do *se* independentemente do tipo de verbo. Acreditamos, conforme Freitag (2003), que os falantes de Florianópolis sejam mais moderados quanto a isso, mantendo mais o clítico que acompanha verbos que só permitem a construção média (*suicidar-se*, *arrepender-se*) e verbos em que a ausência do clítico acarreta mudança de sentido (*comportar-se*, *levantar-se*). Com os outros tipos de verbo, esperamos que a variação seja mais expressiva.
 - tipo semântico do verbo: pensamos, baseando em nossa experiência com a língua local e alguns estudos lingüísticos sobre o *se*, que alguns tipos semânticos propiciam o apagamento do *se*,

tais como: mudança de postura corporal (*levantar-se, sentar-se*); evento espontâneo (*acordar-se, originar-se*); enquanto outros favorecem o emprego do *se*: experimentação mental (*chatear-se, irritar-se*); relacional – que representa relações assinaladas pelos homens em seu processo de percepção da realidade (*assemelhar-se, imaginar-se, considerar-se*).

- item lexical: com base em uma análise prévia do *corpus*, supomos a existência de verbos que tendem a reter mais o *se* (como *vestir-se, aproximar-se*), enquanto outros propiciam mais o apagamento do clítico (é o caso de *casar(-se), levantar(-se)*).
- faixa etária: supomos que a faixa etária mais jovem apresente frequência de uso de apagamento do *se* mais elevada; ao passo que a faixa etária mais velha apresente frequência de uso de apagamento do *se* mais baixa (cf. Labov, 1982).
- escolaridade: esperamos que a baixa escolaridade dos informantes condicione a anulação do *se*, e a alta escolaridade, a presença do clítico (cf. Labov, 2001).
- sexo: imaginamos que os homens usem com mais frequência o apagamento do *se* do que as mulheres (cf. Labov, 1990).
- Sustentamos a hipótese de que o uso da próclise seja o preferido pelos florianopolitanos, espelhando o que acontece na maioria das regiões brasileiras (cf. Cipro Neto e Infante, 1998, p. 558-559; Cegalla, 2000, p. 495-497; Cunha e Cintra, 2001, p. 316-317). Ainda em relação à colocação do *se* nas orações, não esperamos uma taxa alta para o uso de clítico redobrado na fala de Florianópolis, já que em análise prévia do *corpus* não encontramos nenhum dado representativo. Porém, pensamos que a taxa de presença de *se* redobrado seja significativa.
- Cremos que em Florianópolis seja usual combinar o *se* com sujeitos que exprimem as seguintes pessoas do discurso: *eu, tu* e *nós*, conforme

demonstrou Freitag (2003). Nossa hipótese é a de que, dentre essas três possibilidades, o *se* seja empregado mais em construções com primeira pessoa do plural.

- Imaginamos – com base em nossa intuição de falante sulista, nos estudos de Freitag (2003), e pela colonização açoriana de Florianópolis – que o apagamento do *se* em Florianópolis não seja tão expressivo quanto nos outros estados brasileiros, como nos mostram os trabalhos revisados que abordam o *se*.

5. METODOLOGIA

Nesta parte, apresentaremos os procedimentos metodológicos adotados para a investigação do clítico *se*, na língua falada de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. A análise quantitativa segue a proposta da Teoria da Variação, conforme estudos de Labov (1972). Dessa forma, objetivamos averiguar a correlação entre o uso lingüístico e a estratificação social e descrever, via procedimento estatístico-quantitativo, o comportamento do *se* medial na fala florianopolitana.

Primeiramente, apresentaremos a amostra analisada, depois, o envelope de variação, com a variável dependente e as variáveis independentes.

5.1. Amostra analisada

Para desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos dados pertencentes ao Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul do Brasil), cujos objetivos são o armazenamento e a disponibilização de amostras de fala de habitantes característicos de áreas urbanas representativas de cada um dos três estados da região sul do Brasil. Este projeto envolve pesquisadores de quatro universidades: Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade do Rio

Grande do Sul (UFRGS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), constituindo um banco de dados com amostras de quatro cidades representativas de cada um dos três estados: estado do Paraná (Curitiba, Londrina, Irati e Pato Branco); estado de Santa Catarina (Chapecó, Blumenau, Florianópolis e Lages); estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Flores da Cunha, Panambi e São Borja)⁴⁴.

A escolha dos informantes para compor a amostra obedece ao seguinte perfil:

- a) falante de português;
- b) morador da cidade há pelo menos 2 ou 3 anos da sua vida;
- c) não ter morado fora da região por mais de um ano no período da aquisição da língua;
- d) não causar estranheza aos outros falantes da região;
- e) os pais devem ter nascido na cidade.

As amostras são armazenadas sob forma de entrevistas gravadas em fita cassete com aproximadamente uma hora de duração. Essas entrevistas são transcritas, de acordo com um sistema de transcrição de três linhas. Na primeira linha, é registrada a sintaxe real da fala do entrevistado; na segunda linha, registram-se aspectos fonéticos variáveis e pausas; e, na terceira linha, é feita a classificação morfossintática dos itens lexicais.

Cada cidade é representada por um conjunto de 24 entrevistas, correspondentes a 12 perfis sociais (sexo masculino e feminino, três níveis de escolarização e duas faixas etárias). Florianópolis é a única cidade do banco de dados que tem uma faixa etária a mais, totalizando 36 entrevistas, que correspondem a 18 perfis sociais.

⁴⁴ Por meio do endereço eletrônico abaixo, pode-se consultar mais detalhes do projeto VARSUL e os endereços das demais sedes do Projeto.
<http://www.cce.ufsc.br/~varsul/index.htm>

Os entrevistados estão estratificados em três níveis de escolarização: de 4 a 5 anos (ou o equivalente à 4ª séries do ensino fundamental), com o rótulo de *primário*; 8 a 9 anos (ou o equivalente à 8ª série do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio), com o rótulo de *ginásio*; e 10 a 11 anos (ou 2º e 3º anos do ensino médio), com o rótulo de *colegial*. Quanto às faixas etárias, faixa A (25 a 49 anos, preferencialmente 25 a 45 anos); faixa B (mais de 50 anos, preferencialmente 55 a 75 anos); e somente Florianópolis, jovens (15 a 24 anos, preferencialmente 15 a 20 anos).

A estratificação social da amostra de Florianópolis considerada neste trabalho está no quadro abaixo.

Quadro 2: Estratificação social das entrevistas da cidade de Florianópolis do Banco de Dados VARSUL consideradas na análise do *se* medial.

	Primário		Ginásio		Colegial	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
15 a 24 anos	2	2	2	2	2	2
25 a 49 anos	2	2	2	2	2	2
Mais de 50 anos	2	2	2	2	2	2
Total			36			

5.2. Análise dos *ses* realizados

Em um primeiro momento, discutiremos algumas variáveis considerando apenas os clíticos realizados. Só depois é que será feita a análise multivariada, confrontando os clíticos realizados com os clíticos nulos. As variáveis consideradas e seus respectivos exemplos são:

a) Tipo de se

1. *se-reflexivo*

Que eu não acho que um guri de catorze anos, quinze anos, tenha um juízo daquele a chegar a tal conclusão de pegar um revólver e *se* matar. (SC FLP 04 MAP)

2. *se-recíproco*

Se a gente *se* encontra, a gente *se* beija. (SC FLP 09 FAG)

3. *se-medializador*

(...) Ele sempre foi motorista de táxi, mas o meu pai nunca *se* interessou pelo futuro, sabes? Ele nunca teve INPS, nunca deixou nada. (SC FLP 11 FAC)

4. *se-expletivo*

Você pode ir-*se* embora. (SC FLP 03 FAP)

5. *se-medial-recíproco*

A gente não estava *se* dando bem [um com o outro] (SC FLP 03 FAP)

6. *se-medial-expletivo*

Ela e o marido *se* namoraram desde criança [um com o outro] (SC FLP 17 FBG)

b) Pessoa do sujeito

1. primeira pessoa do singular

Se molhei tudo. (SC CRI 49)

2. segunda pessoa do singular

Esses bailes de sítio. São muito bons, né? tu *se* diverte muito, mais que nos bailes da cidade. (SC FLP 14 MBG)

3. primeira pessoa do plural

Nós *se* separamos. (SC FLP 03 FAP)

4. pronomes *a gente, você(s)*, terceira pessoa do singular e do plural

E ele estava ficando assim de uma forma assim que *não se interessava* por mais nada (SC FLP 03 FAP).

c) Colocação do clítico na sentença

1. próclise

Quando ele via que eu estava quieta, ele entrava. *Aí se* sentava e não dizia nada. (SC FLP 03 FAP)

2. ênclise

Ele *foi-se* embora. (SC FLP 03 FAP)

3. entre verbos de uma locução verbal

E hoje, ele não vive mais com aquela outra que ele tinha *se* amigado, está sozinho, e a menina está no hospital, praticamente esperando a morte, porque não tem mais jeito. (SC FLP 14 MBG)

4. redobramento

Ó, era uma pessoa ótima, *se viciou-se*. (SC FLP 17 FBG)

5. “*não-se-aplica*” (clítico foneticamente nulo)

Quando eles iam \emptyset casar, ele morreu. (SC FLP 03 FAP)

Essas variáveis foram eleitas a reboque das seguintes questões:

- a) Como se comporta o *se* medial em termos de tipos/funções, frequência de uso na língua oral de Florianópolis?
- b) É possível identificar um processo de generalização do uso de *se* encontrando-o combinado com outras pessoas do discurso (*eu, tu e nós*)?

- c) Qual a preferência dos falantes em relação à ordem de colocação do clítico nas orações? Com que frequência ocorre o clítico *se* redobrado na fala de Florianópolis?

5.3. Envelope de variação

A investigação sobre o *se* seguiu em função da presença ou ausência do clítico. O objetivo primeiro era conferir quais tipos de *se* são mais omitidos na fala. Assim, estabelecemos uma variável dependente. Para a realização da pesquisa, levantamos algumas variáveis independentes, que correspondem aos grupos de fatores que possivelmente condicionam a ocorrência da variação. A análise do conjunto das influências exercidas por vários grupos de fatores lingüísticos e sociais permite que seja traçado um panorama acerca dos contextos de uso e da produtividade do clítico *se* na fala florianopolitana.

5.3.1. Variável dependente

A variável constrói-se de acordo com a presença ou ausência do clítico *se*:

(+) Presença: A gente *se sentava* numa esteira. (SC FLP 15 FBG)

(-) Ausência: A gente \emptyset *sentava* em roda. (SC FLP 15 FBG)

5.3.2. Variáveis independentes

Com o objetivo de identificar os fatores condicionadores lingüísticos e extralingüísticos que favorecem o uso de uma variante sobre a outra, controlamos, em relação à variável dependente, seis variáveis independentes,

que estão relacionadas abaixo. Elas serão abordadas com mais vagar no capítulo 6.

5.3.2.1. Variáveis sociais

a) Faixa etária

1. 15 a 24 anos
2. 25 a 49 anos
3. mais de 50 anos

b) Escolaridade

1. 4 a 5 anos (4ª e 5ª séries do ensino fundamental)
2. 8 a 9 anos (8ª série do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio)
3. 10 e 11 anos (2º e 3º anos do ensino médio)

c) Sexo

1. masculino
2. feminino

5.3.2.1. Variáveis lingüísticas

d) Tipo de *se*

7. *se-reflexivo*

Que eu não acho que um guri de catorze anos, quinze anos, tenha um juízo daquele a chegar a tal conclusão de pegar um revólver e *se* matar. (SC FLP 04 MAP)

8. *se-recíproco*

Se a gente *se* encontra, a gente *se* beija. (SC FLP 09 FAG)

9. *se-medializador*

(...) Ele sempre foi motorista de táxi, mas o meu pai nunca *se* interessou pelo futuro, sabes? Ele nunca teve INPS, nunca deixou nada. (SC FLP 11 FAC)

10. *se-expletivo*

Você pode ir-*se* embora. (SC FLP 03 FAP)

11. *se-medial-recíproco*

A gente não estava *se* dando bem [um com o outro] (SC FLP 03 FAP)

12. *se-medial-expletivo*

Ela e o marido *se* namoraram desde criança [um com o outro] (SC FLP 17 FBG)

e) Tipo de verbo

1. transitivo direto

Que eu não acho que um guri de catorze anos, quinze anos, tenha um juízo daquele a chegar a tal conclusão de pegar um revólver e *se* matar. (SC FLP 04 MAP)

2. transitivo indireto

Elas trabalhavam assim: Elas *se* enfeitavam as mãos, também. Tinham muitas que tinham luva Porque não usavam luva, não existia muita luva. Eu não sei onde é que elas arranjavam. Não sei

se elas tinham algum conhecimento. E aquelas que não tinham, elas desinfetavam a mão com álcool, cortavam a unha, era assim. Elas trabalhavam bem. Eu gostava das minhas parteiras. (SC FLP 08 FBP)

3. intransitivo

Depois ele, quando ele chegou lá, ele viu que não era nada daquilo que os russos estavam falando, e os cubanos Aí, ele *se* passou para o lado dos oprimidos, né? (SC FLP 10 MAC)

4. que só admite a construção média.

Aí era a nossa brincadeira de suicídio. A gente *se suicidava* um cacho de banana e melancia. Era a nossa brincadeira de suicídio. (SC FLP 01 FAP).

5. que admite, além da construção em *-se*, a construção resultativa com o auxiliar *estar*, sem mudança de valência.

E ele estava ficando assim de uma forma assim que *não se interessava* por mais nada (SC FLP 03 FAP).

6. verbo que, em virtude de diferenças sintático-semânticas, pode ser considerado como diferentes itens lexicais.

Inclusive tenho uma amiga de coração que trabalha ali na Reitoria, a Carmem. Quer dizer, hoje a gente continua *se encontrando*, a gente vai almoçar juntas, né? (SC FLP 09 FAG).

7. verbo que apresenta homonímia sintática.

Isso aí as mulheres deviam, assim, ó, *se conscientizar* que elas são mulheres, elas são seres humanos e devem ser respeitadas, e elas mesmas estão se desrespeitando, elas mesmas. (SC FLP 16 FBG)

f) Tipo semântico do verbo

1. Atividade específica

Que eu não acho que um guri de catorze anos, quinze anos, tenha um juízo daquele a chegar a tal conclusão de pegar um revólver e *se matar*. (SC FLP 04 MAP)

2. movimento translacional

Foi trazendo o pessoal, por exemplo, Paulo Lopes, que era a terra dele (...) aí foi trazendo alguém de Paulo Lopes. Então, foi vendendo os terrenos e o povo foi se chegando, foram *se aproximando*. (SC FLP 12 MAG)

3. cuidado corporal

É, elas querem só televisão, elas já querem estar também no batom, né? que já uma mãe não pode ter, elas já querem também *se pintar*, né? até, por sinal, pra sair elas já vão, né? De batom, de base, dessas coisas assim, né? (SC FLP 07 FBP)

4. dicendi

Eu tenho visto muitas pessoas *se queixarem* da falta de hospitalidade, de cordialidade. (SC FLP 22 FBC)

5. difuso

A gente não tinha um médico, né? A gente tinha que *se virar* em casa, né? (SC FLP 08 FBP)

6. mudança de postura corporal

Quando ele via que eu estava quieta, ele entrava. Aí *se sentava* e não dizia nada. (SC FLP 03 FAP)

7. movimento não-translacional

Caso a anestesia não tenha pego muito bem, ela vai *se mexer*. (SC FLP 08 FJG)

8. evento espontâneo

Foram as coisas *se modificando* sem realmente o devido planejamento [nessa] nessa área. (SC FLP 21 MBC)

9. mudança de estado do corpo

E acontece que a tampa do panelão, pressão, acho que foi demais, né? e estourou a tampa e a moça *se queimou* muito. (SC FLP 07 FBP)

10. experimentação mental,

A minha tia que me criou, ela tinha medo, né? porque eu não tinha mãe, não tinha pai. (...) Ela *se preocupava* muito comigo (SC FLP 08 FBP)

11. relacional

A gente nunca quer ser idosa, né? Então eles não *se consideram* como idoso, né? (SC FLP 22 FBC)

12. estado

não tinha ninguém, não tinha mãe perto, não tinha avô, não tinha ninguém perto. E a gente estava sozinho, *se viu* sozinho, né? (SC FLP 01 FAP)

13. outros

Aí a tia *se enterrou* no domingo, e a mãe *se enterrou* na segunda (...) Morreram todas as duas praticamente juntas. (SC FLP 03 FAP)

5.4. Análise estatística

Coletados e codificados, os dados foram submetidos à análise estatística do programa computacional Pacote Estatístico VARBRUL, cujo manual foi compilado por Susan Pintzuk (1988). Por meio desse programa, obtivemos a frequência e o peso relativo de cada grupo de fatores condicionadores em relação à variável dependente, ajudando-nos a identificar a influência de cada um dos fatores sobre o uso das variantes.

A frequência é um indício para atestar fenômenos de variação e de mudança em andamento, mas é o peso relativo que se destaca para essa tarefa. O peso relativo é uma medida multidimensional ou multivariada, obtida pela interação entre todos os fatores de cada variável independente (ou grupo de fatores condicionadores) em relação à variável dependente. Nesse tipo de análise, os dados são configurados como uma função de múltiplas forças simultâneas, as quais podem inclusive atuar em diferentes direções. É indicado o peso (favorável ou desfavorável) de cada uma dessas forças.

De acordo com Guy (1998, p. 30), como todo aparecimento de uma variante é condicionado por uma gama de traços sociolinguísticos, a análise ideal é a multivariada.

6. ANÁLISE E RESULTADOS

Nos capítulos anteriores, foram apresentados não só o objeto desta pesquisa, suas características definidoras, sua configuração, como também o aparato teórico que nos serve de base: uma lingüística do uso, que considera as mudanças constantes da língua provocadas pelas interações verbais. Agora, chegaram as páginas em que ficará à mostra o que os números nos revelam.

Neste capítulo, apresentaremos a análise e a discussão dos resultados obtidos, mostrando, num primeiro momento, o funcionamento do *se* medial no português falado em Florianópolis. Em seguida, tomando como variável dependente a presença e a ausência do clítico *se*, examinaremos a influência dos fatores lingüísticos e extralingüísticos, estabelecidos no capítulo anterior, que estariam atuando na realização da variável.

6.1. Análise dos *ses* realizados

Aqui, discutiremos algumas variáveis considerando apenas os clíticos realizados. As variáveis consideradas são: tipo de *se*; pessoa do sujeito e colocação do clítico na sentença.

6.1.1. Tipo de *se*

Como os tipos de *se* abordados nesta pesquisa já foram descritos no capítulo 3, a saber: *se-reflexivo*, *se-recíproco*, *se-medializador*, *se-expletivo*, *se-recíproco+medializador* e *se-recíproco+expletivo*, partiremos logo à testagem das hipóteses acerca desse grupo de fatores. A primeira hipótese, baseada nos estudos e resultados de Carvalho (1990), era a de que o *se-medializador* seria o mais produtivo dos tipos mencionados.

O autor constatou que 40,33% das ocorrências é de *se-medializador*. Junto com o total de *se-índice de indeterminação do sujeito* (57,73%), que era também objeto de estudo e também uma face da voz medial dinâmica (medial *latu sensu*), resultou no índice de 98,06% do total de ocorrências no *corpus*. O total de ocorrências desses dois tipos de *se*, ambos representantes da medial dinâmica, é de fato surpreendente. O outro lado da voz medial, a reflexiva propriamente dita (*strictu sensu*), tem seu uso bastante escasso, menos de 2%.

Em nosso *corpus*, as 763 ocorrências do clítico *se* (realizado e não-realizado) estão distribuídas da seguinte maneira:

Tabela 1: Distribuição dos tipos de *se* medial na fala de Florianópolis

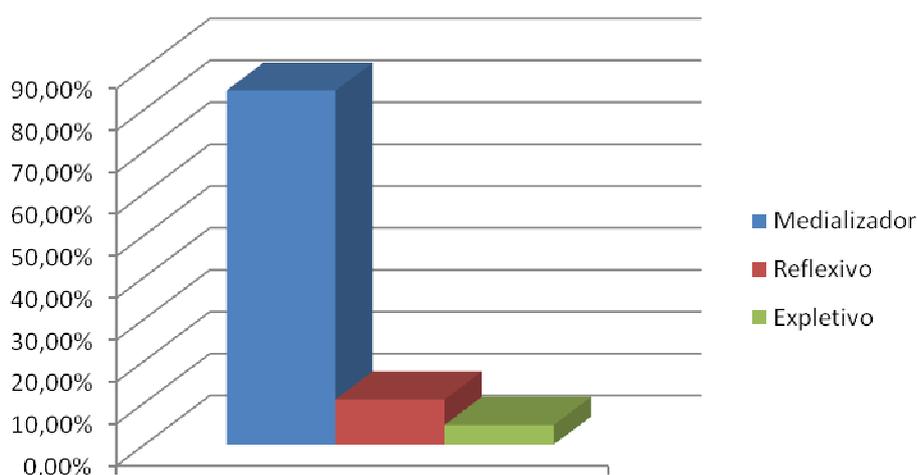
Tipos de <i>se</i>	Freq.	%
Medializador	570	74,7
Recíproco + medializador	75	9,8
Reflexivo propriamente dito	15	2,0
Recíproco	67	8,8
Expletivo	23	3,0
Recíproco + expletivo	13	1,7
Total	763	100

Fazendo a confrontação entre os seis tipos de *se*, fica evidente a superioridade numérica do *se-medializador*, com 74,7% das ocorrências. Somando esse índice ao índice do *se-recíproco+medializador* (9,8%), que, afinal, é

bastante próximo ao *se-medializador*, tem-se o total de 84,5% de ocorrência de voz medial dinâmica. Juntando as ocorrências de *se-reflexivo* (2,0%) e de *se-recíproco* (8,8%), constata-se que a voz reflexiva (*strictu sensu*) tem a expressão de apenas 10,8% na amostra analisada. Por último vem o uso expletivo do *se*, somando 4,7% de ocorrências no *corpus*, sendo 3% de *se-expletivo* e 1,7% de *se-recíproco+expletivo*.

O gráfico abaixo reflete os percentuais desses três tipos de uso do clítico *se*: medializador, reflexivo e expletivo, considerando o total de dados.

Gráfico 3: Distribuição dos usos de *se* medializador, reflexivo e expletivo



O que se pode perceber é que o lado mais produtivo da voz medial como um todo é a face dinâmica, confirmando nossa hipótese. Os resultados das ocorrências de *se* (realizado e não-realizado) exprimindo voz medial permitem a seguinte ordenação, segundo a hierarquia de frequência de emprego do *se*:

Medializador > Reflexivo > Expletivo

Embora a frequência do uso expletivo do *se* seja bastante pequena, não esperávamos nos deparar com suas trinta e seis ocorrências. Para se ter uma idéia da raridade desse emprego, na pesquisa de Carvalho (1990), dos 174 dados de *se* medial, nenhum era de *se-expletivo*. Ele acabou concluindo que isso

se deve ao fato de ser este emprego mais próprio da língua literária. Nunes (1995) encontrou apenas 35 *ses-expletivos* num universo de 2.675 dados. Nós, em meio a 763 dados, encontramos 36 ocorrências de uso expletivo do *se*!

Algumas das ocorrências se aproximam das previstas pelas nossas gramáticas (*ir-se, chegar-se, sair-se, rir-se* ou *rir-se de, sorrir-se*). São exemplos:

(117) Você pode *ir-se* embora. (SC FLP 03 FAP)

(118) Ele *foi-se* embora. (SC FLP 03 FAP)

(119) Eles têm que *se chegar* a mim. (SC FLP 12 MAG)

No entanto, é interessante registrar que a maioria das ocorrências não são aquelas previstas pelas nossas gramáticas, mostrando serem os florianopolitanos bem criativos:

(120) [O João] começou a *se aparecer*, ficar grosseiro. (SC FLP 03 FAP)

(121) Daí que era pra evitar aquela discussão dentro de casa, né? Aí *passou-se*. (SC FLP 03 FAP)

(122) Elas estão *se reclamando*, o salário está razoável. (SC FLP 07 FBP)

(123) Quando ele chegou lá, ele viu que não era nada daquilo que os russos estavam falando, e os cubanos. Aí, ele *se passou* para o lado dos oprimidos, né? (SC FLP 10 MAC)

Esses casos se assemelham aos constatados por Nunes (1995), na revista *Veja*, em que se verifica a inserção de clítico anafórico em contextos em que a presença do clítico é rechaçada pela gramática normativa, evidenciando um fenômeno de hipercorreção. Esse fenômeno, na amostra de Nunes, diz respeito à inserção de *se* junto ao verbo *sobressair* e junto a verbos da classe de *encontrar, deparar* e *defrontar*. 95% dos casos de hipercorreção se encontram em discurso indireto.

Hipercorreção ou não, pode-se perceber que os falantes de Florianópolis se distinguem dos falantes da região da cidade de São Paulo (Nunes, 1995) e da cidade do Rio de Janeiro (Carvalho, 1990), no tocante à frequência de uso do *se-expletivo*.

Em relação ao tipo de *se* mais omitido na fala, supomos que seja o *se-medializador*. Apostamos na hipótese de Camacho (2003) de que a supressão do *se* marcaria a medialidade, enquanto a manutenção do clítico, a reflexividade. Isso “induziria a pensar que o PB falado estaria passando de sistema de uma forma, em que os dois tipos de construção compartilham a mesma morfologia, para um sistema de duas formas” (Camacho, 2003).

O que os dados de fala de Florianópolis nos mostram são os seguintes números⁴⁵:

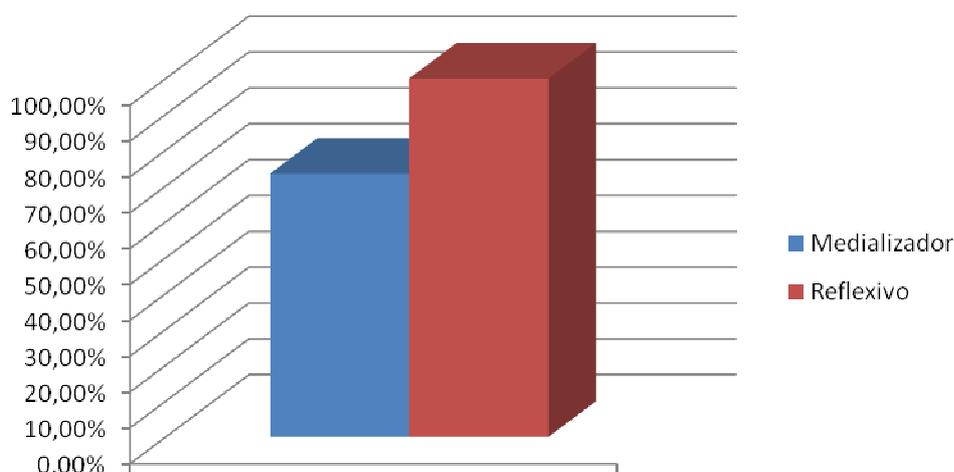
Tabela 2: Frequência de realização (vs. não-realização) do *se* medial na fala de Florianópolis

Tipos de <i>se</i>	Total	Aplic.	%
Medializador	570	437	77
Recíproco + medializador	75	59	79
Recíproco	67	67	100
Reflexivo propriamente dito	15	15	100
Total	727	578	80

Note-se, na tabela 2, que os resultados obedecem totalmente às hipóteses supracitadas. A forma *se* de uso medializador é a única que sofre esquecimento do falante. Amalgamando os resultados dos usos medializadores do *se* (*se-medializador* e *se-recíproco+medializador*), constata-se que os florianopolitanos empregam o *se* em 73,48% dos casos e o apagam em 26,52% dos casos. Em contrapartida, quando há um contexto reflexivo, que requer o uso de *se-reflexivo propriamente dito* ou *se-recíproco*, os falantes sempre empregam o clítico em questão. O gráfico 4 mostra a distribuição da presença do *se* conforme os usos medializador e reflexivo:

⁴⁵ Na tabela 2, não estão computadas as vinte e três ocorrências de *se-expletivo* nem as treze de *se-recíproco+expletivo*, visto que não é possível prever ou controlar os casos desse tipo com apagamento do *se*.

Gráfico 4: Distribuição da realização (vs. não-realização) do usos medializador e reflexivo do *se* na fala de Florianópolis



Observe-se que apenas as construções com *se-medializador* permitem a supressão do clítico. Esses resultados são evidências de que o português falado em Florianópolis parece caminhar em direção a uma distinção formal entre construções medializadoras e reflexivo-recíprocas. Essa diferença gramatical, presente no latim clássico, seria traduzida, no português atual de Florianópolis, respectivamente, na possibilidade de ausência e na presença do clítico.

Vejam-se alguns exemplos de apagamento do *se-medializador*:

- (124) Até no ônibus uma pessoa grávida, uma senhora de idade, um senhor de idade dentro dum ônibus é a mesma coisa que nada. Ninguém *levanta* pra dar lugar hoje em dia. (SC FLP 04 MAP)
- (125) Então *senta* todo mundo na mesa, mas como na casa de pobre não tem esse negócio muito de *sentar* na mesa, *sentar* na mesa, que hoje existe um pouco mais de exigência nessa, nesse tipo de coisa, mas na época não. (SC FLP 02 MAP)
- (126) Aí fui pra casa do papai, ele chegou e disse pra mim: “Filho, quem *casa* quer casa”. (SC FLP 02 MAP)
- (127) É, até pode ser, a pessoa *acostuma* naquela coisa e acha que aquilo passa ser o normal. (SC FLP 03 FAP)

- (128) (...) aquilo pra mim eu já ficava braba. Tinha que ser tudo com os pingos nos is. Eu era exigente demais. E também aquilo ele *irritava* porque ele não fica assim... (SC FLP 03 FAP)

As sentenças acima não diferem semanticamente de suas alternativas clíticas; constituem com elas casos típicos de variação. Observe-se a esse propósito que essa variação está, inclusive, presente na fala de uma mesma pessoa:

- (129) a. Quando eles *iam se casar*... (SC FLP 03 FAP)
b. Quando eles *iam casar*, ele morreu. (SC FLP 03 FAP)
- (130) a. Isso foi passando o tempo, depois procurei outros grupos pra estudar e a coisa *foi se modificando* um pouco mais, né? Já foi passando o tempo, a gente foi criando mais idade, já *foi modificando*. (SC FLP 04 MAP)
- (131) a. Então ela, como eram muitos, né? pra fazer pra cada um, então ela fazia um prato só, grande, a gente *se sentava* numa esteira, ela dava uma colher pra cada um, que naquele tempo a gente nem comia de garfo, era de colher. (SC FLP 15 FBG)
b. Ela tinha, assim, muitos netos, né? então quando a gente ia tudo pra lá almoçar, então ela pegava o alguidar de barro, grande, ela botava feijão, ela fazia aquele alguidar de pirão, e a gente *sentava* em roda e comia ali tudo junto no mesmo alguidar. (SC FLP 15 FBG)

A idéia é que o *se-medializador*, não funcionando como autêntico reflexivo e tendo sua função cada vez mais opaca, tem seu uso gradualmente mais obsoleto. De acordo com Carvalho (1990), essa mudança não é recente, ela remonta o português antigo. Os verbos pronominais eram em número muito maior no português antigo do que os existentes no português de nossos dias. O português antigo empregava, por exemplo, *ir-se, rir-se, partir-se, chegar-se, descer-se, subir-se, começar-se, volver-se, passar-se, andar-se, sair-se, aportar-se, vir-se, correr-*

se, etc. Deduzimos, portanto, que o *se-medializador* vem sendo evitado gradativamente através dos tempos.

Como notou Carvalho (1990), esse crescente uso facultativo do clítico com verbos pronominais levaria o *se-medializador*, quando usado, a adquirir características quase de uma partícula expletiva ou de realce, semelhante ao que ocorreu com os verbos *doer*, *ressuscitar*, *ir* e *morrer*, que outrora era usado em companhia do clítico. Talvez um dia esse clítico seja encarado como *se-expletivo*. Mas isso só o tempo e o uso irão fixar. Por ora, convive-se com a indefinição.

6.1.2. Pessoa do sujeito

Prescrevem as nossas gramáticas que o clítico reflexivo obrigatoriamente deve encontrar-se na mesma pessoa gramatical do sujeito. Sob essa perspectiva, em todas as construções com o pronome *se*, deveríamos empregar um sujeito que requeira concordância verbal de 3ª pessoa. Um de nossos objetivos específicos era verificar se os falantes de Florianópolis obedecem rigorosamente a essa exigência.

Pressupomos que seja comum, na variedade falada não-padrão, uma expansão do uso da forma clítica de 3ª pessoa para outras pessoas do discurso, como *eu*, *tu* e *nós*, indicando um processo de generalização de uso. A trivialidade desse fenômeno foi reconhecida por Camacho (2003) e também por Freitag (2003), que utilizou praticamente a mesma amostra de nossa pesquisa. A autora supõe que os clíticos reflexivos estão se gramatizando como afixos ao verbo.

Segundo Freitag (2003), o clítico *se* se irradia para outras pessoas por ser o membro mais prototípico da reflexividade. O reflexivo *se* – por ser o mais freqüente no paradigma pronominal, dado que se realiza com os pronomes *ele*, *eles*, *ela*, *elas*, *você*, *vocês* e *a gente* – perde clareza semântica e generaliza sua regra

para outros pronomes, como *eu*, *tu* e *nós*. O *se* passa a assumir um comportamento semelhante ao de um afixo, integrado ao verbo.

Os resultados quantitativos quanto à assimetria de traços número-pessoais entre o *se* e o termo na posição de sujeito nos decepcionaram um pouco.

Tabela 3: Distribuição do *se* medial de acordo a pessoa do discurso (sujeito) na fala de Florianópolis

Pessoa do discurso / sujeito	Freq.	%
P3, P6, <i>ocê(s)</i> e <i>a gente</i>	576	94,0
P4 (<i>nós</i>)	34	5,5
P2 (<i>tu</i>)	2	0,3
P1 (<i>eu</i>)	1	0,2
Total	613 ⁴⁶	100

A percentagem de freqüência do *se* combinados com *eu*, *tu* é irrisória: 0,5%. De clítico combinado com primeira pessoa apareceu apenas uma ocorrência, e, ainda, não é do tipo “*eu se molhei*”, o antecedente expresso está distante do clítico:

(132) *É, eu gosto de ir pra praia. Não, assim, tanto pra tomar banho, mas pra ficar na praia, né? pra se sentir, assim, num lugar sossegado, pra sentir mais à vontade, a cabeça esfriar um pouco, ficar um pouco sozinha, é bom.* (SC FLP 17 FBG)

As duas ocorrências encontradas de clítico combinado com a segunda pessoa do discurso, *tu*, são estas:

(133) *São muito bons, né? Tu se diverte muito, mais que nos bailes da cidade.* (SC FLP 14 MBG)

(134) *Porque geralmente é mais difícil pra ti se adaptar. Porque muda tudo, né? Que daí a primeira série tu começa aprender. Não é mais fazer desenhos, assim, né?* (SC FLP 7 FJC)

⁴⁶ Esse total corresponde ao total de ocorrências de *se* realizado.

Na fala dos entrevistadores há mais ocorrências, mas elas não foram consideradas em nossa análise:

(135) *Tu se dava* bem com a tua avó, né? (SC FLP 23 FJP)

(136) Tu gostas de dança ou *tu não se interessa?* (SC FLP 23 FJP)

Mesmo assim, são poucas as aparições de *se* com a 2ª pessoa do discurso. Já com a 1ª primeira do plural, *nós*, a quantidade é mais relevante (34). Veja-se alguns exemplos desses casos:

(137) Foi todo mundo de cabelo enrolado, pareciam umas idiotas, tudo igual. E o pior é que *nós se prestava* a isso ainda. (SC FLP 01 FAP)

(138) Todos *nós se damos* muito bem. (SC FLP 12 MAG)

(139) Foi a semana passada, eu me encontrei com um amigo, que *nós se criamos* desde da infância, porque nós brincávamos muito. (SC FLP 04 MAP)

(140) Então *nós sempre se revezávamos*, né? (SC FLP 13 MBG)

(141) *Nós se combinava* bem. (SC FLP 13 MJC)

(142) Era nossa brincadeira de suicídio. Quando a minha mãe brigava com a gente, assim, todo mundo, né? Quando estava muito chateada, assim, com alguma coisa, *nós íamos se suicidar*. (SC FLP 01 FAP)

Conclui-se, portanto, que, em Florianópolis, os falantes, em geral, preservam a simetria de traços número-pessoais entre o clítico *se* e os termos na posição de sujeito (P3, P6, *ocê(s), a gente*), já que em 94% das ocorrências de *se* a concordância é canônica. Entretanto, o resultado interessante diz respeito justamente aos 6% de correlação de *se* com P1, P2 e P4 (*nós*). A frequência maior associada a *nós (...)* *se* indica que provavelmente seja esse contexto a porta de entrada (talvez por analogia a *a gente (...)* *se*) para a generalização do uso de *se* que, na amostra analisada, parece se encontrar no início de seu processo de expansão de uso para contextos não-canônicos. Lembramos, porém, que nossa amostra não contém fala de informantes não-escolarizados, e todos são

oriundos da zona urbana da capital catarinense. É provável que falantes analfabetos e/ou de regiões rurais ou periféricas façam maior uso de *se* nos três contextos mencionados acima.

6.1.3. Colocação do clítico na sentença

Mesmo as gramáticas tradicionais apresentando três tipos de colocação pronominal – próclise, ênclise e mesóclise – no uso do dia-a-dia, esta última parece não existir entre os brasileiros e a ênclise se realiza apenas em situações muito especiais (Cipro Neto e Infante, 1998, p. 558-559; Cegalla, 2000, p. 495-497; Cunha e Cintra, 2001, p. 316-317). Assim, podemos esperar que a colocação do clítico *se* seja mais freqüente diante do verbo. É o que de fato acontece.

Tabela 4: Distribuição do *se* medial quanto à colocação do clítico na sentença na fala de Florianópolis

Colocação do <i>se</i>	Freq.	%
Próclise	515	84,0
Entre verbos	80	13,0
Ênclise	18	2,9
Dobrada	1	0,1
Total	613 ⁴⁷	100

O uso da próclise é avassalador em relação aos demais. Seus 84% de ocorrências vêm confirmar a tendência de sua total supremacia no português falado no Brasil. A seguir (13%), estão os pronomes colocados em locuções verbais, sempre entre verbos, jamais antes do primeiro ou depois do último. Com apenas 2,9% das ocorrências estão os pronomes enclíticos, e, por fim, aparece apenas um caso de redobrimento do clítico, representado pela irrelevante percentagem de 0,1%.

⁴⁷ Esse total corresponde ao total de ocorrências de *se* realizado.

O uso da próclise poderia angariar números mais altos se pensarmos de forma mais específica no caso das locuções verbais. Bechara (1987) assegura que, entre os brasileiros, ocorre com bastante frequência, tanto na linguagem falada quanto na escrita, o uso de pronome átono proclítico ao verbo principal. Observem-se os seguintes exemplos:

(143) Ela sempre achava que a gente nunca estava *se alimentando* bem.
(SC FLP 01 FAP)

(144) Dizem que o mundo um dia ia *se acabar* com uma grande doença.
Assim diz a bíblia. (SC FLP 02 MAP)

(145) É que na época que eu conheci Florianópolis, que era, que você podia chegar e *se divertir* (...) (SC FLP 02 MAP)

(146) Aí contou, né? que tinha *se queimado* e tudo. Eu disse: "Não, ela não é amiga dele, essa daí deve ser amante dele." (SC FLP 03 FAP)

(147) É, elas querem só televisão, elas já querem estar também no batom, né? que já uma mãe não pode ter, elas já querem também *se pintar*, né? (SC FLP 07 FBG)

Dessa forma, se considerarmos as ocorrências em que o *se* aparece entre verbos, em locução, como um modo de realização proclítica, os números crescem de 84% para 97%, fato que assegura o uso da próclise como acatado pelos florianopolitanos, espelhando o que acontece nas demais regiões do Brasil.

No que diz respeito à colocação dobrada do clítico na oração, contávamos com um número um pouco maior. Encontramos somente esta ocorrência:

(148) Então quando as pessoas passam a ver: "Ó, era uma pessoa ótima, *se viciou-se*." (SC FLP 17 FBG)

Esse emprego já foi constatado informalmente no dialeto de Florianópolis e, com mais intensidade, no dialeto de Criciúma, cidade mais ao sul de Santa Catarina. Monteiro (1994) e Fernanda Mello (2005) também

encontraram esse emprego. Mello se deparou com 20 ocorrências de redobramento do *se* numa amostra de fala de João Pessoa, capital da Paraíba. Isso corresponde a 3% de aplicação na amostra analisada por ela.

Quanto à Florianópolis, não podemos afirmar que o uso de clítico redobrado está inserido na comunidade de fala ou está crescendo. É preciso aguardar mais tempo para verificar novamente se esse emprego se difunde mais um pouco ou se realmente não faz parte do linguajar comum florianopolitano.

Além de termos a curiosidade de saber como o *se* medial se comporta em relação à ordem, queremos investigar a relação entre a ordem do clítico e o tipo de *se*. O resultado do cruzamento entre essas duas variáveis encontra-se na tabela a seguir.

Tabela 5: Cruzamento entre o tipo de *se* medial e a colocação do clítico na sentença

Tipo de <i>se</i>	Colocação do <i>se</i>						Total
	Próclise		Ênclise		Entre verbos		
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	
Reflexivo propriamente dito	13	87	-	-	2	13	15
Recíproco	62	93	-	-	5	7	67
Medializador	361	83	9	2	66	15	436
Recíproco+medializador	56	95	-	-	3	5	59
Recíproco+expletivo	11	85	-	-	2	15	13
Expletivo	12	52	9	39	2	9	23
Total	515	84	18	3	80	13	613 ⁴⁸

Pode-se depreender da tabela 5 que a colocação do *se* próclítico ao verbo e a colocação do clítico entre verbos se distribuem de forma equânime entre os tipos de *se*. O que nos chama a atenção é o uso enclítico, que acontece com alta frequência entre as ocorrências com o *se-expletivo* (9 em 23), e aparece também entre os dados de *se-medializador* (9 em 436 ocorrências). São exemplos:

⁴⁸ Esse total corresponde ao total de ocorrências de *se* realizado.

- (149) Eu olhei pra ele e disse: “Você não vai mais ficar aqui dentro de casa. Tudo que é teu já está tudo arrumado, você pode pegar tudo que é teu e *ir-se* embora porque eu não lhe quero mais aqui dentro de casa.” (SC FLP 03 FAP)
- (150) Aí ele viu que não tinha jeito, ele *foi-se* embora. (SC FLP 03 FAP)
- (151) Daí que era pra evitar aquela discussão dentro de casa, né? Aí *passou-se*. (SC FLP 03 FAP)
- (152) Eu também tinha pouco conhecimento. *Passou-se* um tempo, estava ele lá na frente, aí ele veio me dar de dedo, assim, que tinha tudo pra me botar pra rua, que ofendi a esposa dele. (SC FLP 14 MBG)
- (153) Um dia um boi correu atrás, e ela *trepou-se* num pé de fruta, caiu, e ela ainda mostrava a marca que ela tinha na testa. (SC FLP 15 FBG)
- (154) Porque [na época] na época, com [a] a convivência, o namoro, o noivado, isso tudo era bem experimentado. Que não era, assim, fácil, não. Pessoa tinha que sofrer um pouco, às vezes, na mão do pai dela, na mãe dela. Nem espiava. Aquilo precisava você entrar na simpatia deles, senão não ia não. Então era bom, isso tudo *tornava-se* gostoso. (SC FLP 04 MAP)
- (155) Pode ser pequenininho, pode ser adulto, pode ser casado, pode ser de trinta, quarenta, cinqüenta anos de idade, vai ser sempre o neném pra aquela mãe. Porque ela está sempre com aqueles cuidados dela. Às vezes, *torna-se* até chata para o filho: “Mãe é chata, mãe é isso, a mãe é aquilo”, mas não é. É que é mãe. (SC FLP 04 MAP)
- (156) Meu filho mais velho *chama-se* Pedro Ivo, o segundo *chama-se* Aldo Aquino, o terceiro é Neusa e tem a Neli e Cleusa. (SC FLP 08 FBP)

(157) Então eu tinha uma vizinha, esta minha vizinha *chamava-se* Alaíde, né? (SC FLP 08 FBP)

(158) Eu tenho um filho com dezessete anos, tenho um de treze e tenho um de oito. O mais velho *chama-se* Elietson, o segundo *chama-se* Rodrigo e o terceiro, Luís Fernando. (SC FLP 12 MAG)

Supomos que a ênclise ocorra porque provavelmente os falantes já memorizem certos verbos com o pronome enclítico (*ir-se, passar-se, tornar-se, chamar-se*), de modo que esses verbos já se encontram rotinizados.

6.2. Contextos de variação

A partir deste ponto, vamos nos ater aos contextos de variação quanto à realização ou não-realização do clítico. Como esses contextos são típicos de voz medial (*latu sensu*), excluímos das rodadas estatísticas as ocorrências de *se-reflexivo, se-recíproco, se-expletivo* e *se-recíproco+expletivo*, que são categoricamente realizadas. Em outras palavras, não há apagamento do *se* nesses contextos. Restam-nos 645 ocorrências, distribuídas pelos fatores *medializador* e *recíproco + medializador*.

Todas as tabelas a seguir, que trazem pesos relativos, apresentam resultados que foram considerados como estatisticamente relevantes na rodada estatística do VARBRUL. Os grupos de fatores testados serão apresentados por ordem de significância estatística conforme indicado pelo programa.

6.2.1. Grupos de fatores lingüísticos

Os grupos de fatores lingüísticos considerados para podermos mapear o funcionamento do *se* medial são: tipo sintático do verbo, tipo semântico-pragmático do verbo, e, por fim, item lexical. Os resultados serão apresentados e discutidos nessa seqüência.

6.2.1.1. Tipo sintático do verbo

Um de nossos objetivos consistia em investigar a influência do tipo sintático dos verbos que acompanham clíticos mediais. Bacelar do Nascimento e Martins (s/d.)⁴⁹, *apud* Camacho (2003), subdividiu esses verbos em cinco classes:

subclasse 1: verbos que só admitem a construção média, como *queixar-se*; subclasse 2: verbos que admitem, além da construção em *-se*, a construção resultativa com o auxiliar *estar*, como *ressentir-se*, *estar ressentido*, sem mudança de valência; subclasse 3: verbos que, em virtude de diferenças sintático-semânticas, podem ser considerados diferentes itens lexicais, como *comportar* e *comportar-se*; subclasse 4: verbos que, apesar da duplicidade de formulação sintática, apresentam o mesmo valor semântico como *rir/rir-se*, sem incidência no *corpus*; subclasse 5: verbos que apresentam homonímia sintática: por um lado, uma construção ativo-causativa, que permite oposição à voz passiva; por outro, uma construção média, pronominal, que tem por par correlativo a construção resultativa com *estar*, como *apagar*. (Camacho, 2003)

Nós aproveitamos essas classificações em nossa pesquisa, com exceção da subclasse 4, que diz respeito a construções expletivas, que, como vimos, não farão parte das rodadas estatísticas para o cálculo de pesos relativos, pelas razões já mencionadas.

Assim, consideramos os seguintes tipos de predicados medializadores:

⁴⁹ BACELAR DO NASCIMENTO, M. F., MARTINS, A.M. s/d. *Construções verbais portuguesas em -se médio observadas em textos medievais e em textos contemporâneos*. Texto inédito não publicado.

Quadro 3: Tipos sintáticos de verbos medializadores

Tipo sintático do verbo	
Tipo 1	Que só admite a construção média, como <i>suicidar</i> em (159).
Tipo 2	Que admite, além da construção em <i>-se</i> , a construção resultativa com o auxiliar <i>estar</i> , sem mudança de valência, como <i>interessar-se</i> em (160).
Tipo 3	Verbo que, em virtude de diferenças sintático-semânticas, pode ser considerado como diferentes itens lexicais, como <i>encontrar</i> e <i>encontrar-se</i> , em (161).
Tipo 4	Verbo que apresenta homonímia sintática: por um lado, uma construção ativo-causativa, que permite oposição à voz passiva; por outro, uma construção média, pronominal, que tem por par correlativo a construção resultativa com <i>estar</i> , como <i>conscientizar</i> em (162).

(159) Aí era a nossa brincadeira de suicídio. A gente *se suicidava* um cacho de banana e melancia. Era a nossa brincadeira de suicídio. (SC FLP 01 FAP).

(160) E ele estava ficando assim de uma forma assim que *não se interessava* por mais nada (SC FLP 03 FAP).

(161) Inclusive tenho uma amiga de coração que trabalha ali na Reitoria, a Carmem. Quer dizer, hoje a gente continua *se encontrando*, a gente vai almoçar juntas, né? (SC FLP 09 FAG).

(162) Isso aí as mulheres deviam, assim, ó, *se conscientizar* que elas são mulheres, elas são seres humanos e devem ser respeitadas, e elas mesmas estão se desrespeitando, elas mesmas. (SC FLP 16 FBG)

Camacho (2003) constatou que, da amostra analisada por ele, os tipos de verbos na voz medial se distribuem da seguinte maneira: a grande maioria de construções médias (medializadoras) ocorre com verbos do tipo 3, com uma incidência de 58%, seguida por verbos do tipo 4 (36%); os verbos do tipo 1 compreendem apenas 4% do total de ocorrência, enquanto os do tipo 2, apenas 2%.

Nosso intuito é investigar se o tipo de verbo com que o clítico *se* agrega influencia no emprego ou apagamento do *se* em Florianópolis. Em outras

regiões do Brasil, constatamos, por meio dos trabalhos revisados, que há apagamento do *se* independentemente do tipo de verbo. Em Manhuaçu, Minas Gerais, por exemplo, usa-se verbos do tipo 1 sem o clítico: “ele *suicidou* no rio.” e também do tipo 2: “Ele *aborreceu* quando perdeu os óculos.” (D’Albuquerque, 1984); em Januária, também em Minas Gerais, constatam-se verbos do tipo 3 desacompanhados de clítico: “Ela estava subindo no escorregador e ela *desequilibrrou*.” (Neide Melo, 2005); no Rio de Janeiro, há ocorrências de verbos do tipo 4 sem o clítico: “o Rio *modificou* em muitos aspectos; e como tem se modificado!” (Monteiro, 1994).

Quanto a nossas hipóteses, pensamos, com base em nossa intuição de falante sulista, que os florianopolitanos sejam mais moderados no apagamento do *se* de verbos do tipo 1 (*suicidar-se*, *queixar-se*, *arrepender-se*). Já o *se* de verbos do tipo 2 e 4 pode ser apagado. Em relação ao tipo 3, seria lógico esperar que sempre aparecessem acompanhados de clítico, já que sua ausência acarretaria mudança semântica. Todavia, o apagamento do clítico com alguns desses verbos é comum e não provoca alteração de sentido (*levantar(-se)*, *sentar(-se)*, *mudar(-se)*, etc.).

Vejamos nossos resultados na tabela abaixo quanto à influência desses tipos verbais na realização ou no apagamento do *se*. Nela, optamos por incluir também os dados de comportamento categórico (verbos que se enquadram no tipo 1), que foram desconsiderados para os resultados correspondentes ao peso relativo. Assim, os números referentes ao tipo 1 estão presentes na tabela 6 para melhor visualização dos resultados e para a comparação dos percentuais.

Tabela 6: Influência do tipo sintático do verbo sobre a realização (vs. não-realização) do *se-medializador* na fala de Florianópolis

Tipo sintático do verbo	Total	Aplic	%	P.R.
Tipo 1	13	13	100	-
Tipo 2	43	37	86	0,45
Tipo 3	400	346	86	0,71
Tipo 4	189	100	53	0,13
Total	645			100

Os verbos que se enquadram no tipo 1, ou seja, os que só admitem a voz média (*queixar-se, arrepender-se, suicidar-se*) tiveram comportamento categórico: embora com poucas ocorrências, não tiveram o *se* apagado na amostra analisada. Há três contextos de uso variável: quando a presença ou não de *se* altera o item lexical (tipo 3, como *comportar* x *comportar-se*) a tendência é de realização do clítico (0,71); quando o verbo apresenta homonímia sintática (tipo 4, como *conscientizar-se, pintar-se*) a probabilidade é de não realização do clítico (0,13); e quando o verbo admite a construção com o auxiliar *estar*, sem mudança de valência (tipo 2, como *interessar-se, ressentir-se*), o comportamento variável é mais ou menos neutro (0,45).

Dessa maneira, a partir de nossa amostra, pudemos confirmar as nossas hipóteses e concluir que verbos que só admitem a construção média (tipo 1) sempre são acompanhados de clítico. Acreditamos que esse pronome inerente, que perdeu sua marca reflexiva e sua função sintática, é mantido pelos florianopolitanos porque a construção com o clítico deve ter sido apreendida por memorização. Assim, para esses catarinenses, não existe o verbo *suicidar*, como existe em outras regiões do Brasil, Minas Gerais, por exemplo, mas *se suicidar*.

Já os verbos do tipo 3 preservam o *se* por outra razão, mais funcional: a presença ou a ausência do *se* altera o item lexical. Por isso esses verbos são o contexto preferencial para a realização do clítico (0,71); ao passo que verbos que

apresentam homonímia sintática (tipo 4) inibem ou desfavorecem a realização do *se* (0,13). Constatamos que os verbos *casar-se* e *lembrar-se*, como nos exemplos abaixo, constituem a maioria dos que se enquadram nesse tipo; das 189 ocorrências, 72 são de *casar-se* e 21 de *lembrar-se*.

(163) Eles moram na Alemanha, né? Porque ela *casou* com um alemão
(SC FLP 08 FBP)

(164) Aí fui pra casa do papai, ele chegou e disse pra mim: “Filho, quem *casa* quer casa”. (SC FLP 02 MAP)

(165) Sempre tinha essas coisas, né? Que a gente vai falando vai *lembrando*, né? Vai *lembrando* das coisas. (SC FLP 01 FAP)

(166) A gente tinha muito amigo. Hoje, eu conheço gente dali, que eles não *lembram* de mim porque eu tinha treze anos quando saí de lá, né? (SC FLP 09 FAG)

É provável que o item lexical tenha influência aqui. Como veremos adiante, das 71 ocorrências do verbo *casar-se*, apenas 7 recebe o emprego do *se*; e das 21 ocorrências do verbo *lembrar-se*, apenas 8 apresentam o clítico. Supomos que certos verbos já entrem despronominalizados no repertório dos falantes de Florianópolis. No dicionário de Ferreira (1999), há uma previsão desses dois itens lexicais sem o pronome, indicando que esse uso é comum em outras regiões do país.

Os verbos do tipo 2, que admitem a construção com *estar*, constituem o ambiente de maior variação (0,45), sem apresentar tendências claras.

Entre todos os grupos de fatores controlados, este foi o que teve mais significância estatística. Ou seja, o principal condicionante da realização ou não do *se*, dentre as variáveis independentes testadas, é de natureza sintática, ou, melhor dizendo, sintático-semântica.

6.2.1.2. Tipo semântico-pragmático do verbo

Schlesinger (1995, p. 181) apresentou uma proposta de categorização decrescente de verbos de acordo com o tipo semântico que manifestam – em especial, o grau de atividade envolvida na situação. Essa classificação foi adaptada da proposta de Quirk *et al.* (1972⁵⁰, *apud* Schlesinger, 1995, p. 181), que distinguem sete tipos, também considerando o grau de atividade relacionado ao verbo: atividade (*escrever, trabalhar*), momentâneo (*pular, bater*), evento transitório (*chegar, morrer*), processo (*crescer, amadurecer*), cognição e percepção inerte (*impressionar, agradecer, pensar*), relacional (*depende, necessitar*), sensação corporal (*sentir, ferir*). Schlesinger (1995, p. 182-183) subdivide três categorias de Quirk *et al.*: a categoria *atividade* deu origem às categorias *atividades específicas* e *atividades difusas*; a categoria *eventos transitórios* foi dividida em *eventos transitórios intencionais* e *eventos transitórios não-intencionais*; e a categoria *cognição e percepção inerte*, em *estímulo mental* e *experimentação mental*. Além disso, Schlesinger criou uma nova categoria, a de *instância*. O quadro de Schlesinger fica assim representado:

- (i) Atividade específica (*escrever, fatiar*)
- (ii) Atividade difusa (*trabalhar, aprender*)
- (iii) Evento momentâneo (*pular, bater*)
- (iv) Evento transitório intencional (*chegar, parar*)
- (v) Evento transitório não-intencional (*perder, morrer*)
- (vi) Processo (*amadurecer, crescer*)
- (vii) Instância (*sentar, deitar*)
- (viii) Estímulo mental (*impressionar, agradecer, surpreender*)
- (ix) Experiência mental (*pensar, ouvir*)
- (x) Relacional (*depende, necessitar*)
- (xi) Sensação corporal (*sentir, ferir*)

Tavares (2003, p. 233-235) se aproveitou da classificação de Schlesinger (1995) para mostrar a relação entre o tipo semântico-pragmático do verbo e a gramaticalização de conectores retroativo-propulsores. A autora, contudo,

⁵⁰ QUIRK (*et al.*). *A grammar of contemporary english*. Londam: Longman, 1972.

acrescentou mais duas subdivisões à classificação de Schlesinger (1995): ela distinguiu, dos verbos de *atividade específica*, os verbos *dicendi*; e distinguiu também, dos verbos de *experimentação mental*, os verbos de *atenuação*, como *achar* e *pensar*, que envolveriam grau de atividade menor que os verbos de experimentação mental. Tavares (2003) adicionou duas novas categorias ao quadro: *existência* e *estado*, desprovidas de traços de atividade. Dessa forma, a autora correlacionou a categorização de Schlesinger às nuances de atividade *concreta*, *abstrata/difusa* e *genérica*, em que o grau de atividade decresce até chegar ao traço de atividade nulo.

Esse tipo de categorização também se mostrou profícuo a Freitag (2007, 149-155). A autora correlacionou a classificação do tipo semântico de Tavares (2003), que considera o contínuo *concreto > abstrato > genérico* ao dinamismo das situações: [+ dinâmico] > [- dinâmico]. Segundo Freitag, o traço [dinamismo] seria fator importante na variação entre a forma de pretérito imperfeito do indicativo e a forma perifrástica constituída pelo auxiliar *estar* acompanhado do morfema de pretérito imperfeito do indicativo e verbo principal no gerúndio, na expressão do passado imperfectivo. Freitag (2007) estabeleceu doze categorias, a saber: momentâneo (*saltar, chutar*), específico (*escrever, beber*), difuso (*trabalhar, aprender*), instância (*deitar, sentar*), estímulo mental (*impressionar, agradar*), transição/processo (*chegar, partir*), verbal (*dizer, perguntar*), manipulativo (*mandar, fazer com que*), volicional (*querer, sentir*), experimentação mental (*lembrar-se, entender*), relacional (*depende de, tornar-se*), existência (*ter, haver*).

Dessa forma, a classificação do tipo de verbo costuma ser adaptada para o tipo de fenômeno que está sendo analisado. Propomos, no quadro abaixo, uma classificação do tipo de verbo medial segundo o grau de atividade, do maior ao menor, na expectativa de que se constitua num grupo de fatores relevante para a descrição do contexto de variação entre a realização do *se* medial e seu apagamento. Pensamos que cada um dos verbos mediais tem seu aparecimento

favorecido em alguma das classificações propostas. Assim, adaptamos a escala de atividade para contemplar os contextos mediais.

Quadro 4: Quadro semântico-pragmático de grau de atividade dos verbos mediais.

Quadro semântico-pragmático de grau de atividade dos verbos mediais	
<p>1 Atividade específica⁵¹</p> <p><i>matar-se, enforcar-se, esfaquear-se</i></p> <p>Movimento translacional</p> <p><i>afastar-se, aproximar-se, distanciar-se, atirar-se, dirigir-se, encaminhar-se</i></p> <p>Cuidado corporal</p> <p><i>lavar-se, banhar-se, barbear-se, vestir-se, pentear-se</i></p> <p>Dicendi</p> <p><i>queixar-se, expressar-se, lamentar-se, confessar-se, questionar-se, comunicar-se</i></p>	<p>Ação física intencional executada com o corpo e que evoca imagem específica</p> <p>Indica atividade que o sujeito faz com o próprio corpo provocando deslocamento deste.</p> <p>Ação que o sujeito executa a fim de zelar pelo corpo.</p> <p>Introduz o discurso.</p>
<p>2 Difuso</p> <p><i>Aposentar-se, batizar-se, casar-se, divertir-se, suicidar-se, matar-se</i></p> <p>Mudança de postura corporal</p> <p><i>deitar-se, sentar-se, levantar-se, ajoelhar-se, balançar-se, recostar-se, reclinar-se</i></p>	<p>Atividade física intencional executada com o corpo, todavia, diferentemente dos verbos de <i>atividade específica</i>, é executada com menor grau de movimento físico; de forma que a atividade não evoque uma cena específica.</p> <p>Indica mudança intencional da posição física do corpo.</p>
<p>3 Movimento não-translacional</p> <p><i>virar-se, pousar-se, posicionar-se, estabelecer-se, situar-se, manter-se</i></p> <p>Evento espontâneo</p> <p><i>originar-se, acordar-se, despertar-se, acabar-se, tornar-se, curar-se, modificar-se</i></p> <p>Mudança de estado do corpo</p> <p><i>congelar-se, derreter-se, molhar-se, deteriorar-se, ferir-se, machucar-se, queimar-se</i></p>	<p>Informa a preservação intencional do lugar físico ocupado pelo corpo.</p> <p>Refere-se à ação não intencional.</p> <p>Mudança não intencional sofrida por um corpo.</p>

⁵¹ O tipo semântico *atividade específica* não diz respeito aos *ses* medializadores, dos quais queremos captar a variação entre sua realização e seu apagamento. Nessa classificação enquadram-se verbos reflexivos propriamente ditos. Esse tipo semântico consta no quadro acima apenas para manter a classificação gradativa de atividade dos verbos mediais.

<p>4 Experimentação mental</p> <p><i>irritar-se, chatear-se, afligir-se, entristecer-se, preocupar-se, indignar-se, interessar-se, distrair-se, lembrar-se, esquecer-se</i></p> <p>Relacional</p> <p><i>assemelhar-se, relacionar-se, igualar-se, comparar-se, parecer-se, entrosar-se, considerar-se, imaginar-se, julgar-se, autodenominar-se, determinar-se</i></p>	<p>O sujeito da oração é experienciador, intencional ou não, de emoções ou de uma atividade mental.</p> <p>Representa relações assinaladas pelos homens em seu processo de percepção da realidade: identidade, analogia, comparação, etc.</p>
<p>5 Estado</p> <p><i>encontrar-se, achar-se (abatido)</i></p>	<p>Indica que o sujeito está num certo estado ou condição. Não há traço de atividade.</p>
<p>6 Outros</p>	<p>Casos que não se enquadram numa das classificações acima.</p>

Abaixo arrolamos exemplos de cada categoria estabelecida.

- (167) *Atividade específica*: Que eu não acho que um guri de catorze anos, quinze anos, tenha um juízo daquele a chegar a tal conclusão de pegar um revólver e *se matar*. (SC FLP 04 MAP)
- (168) *Movimento translacional*: Foi trazendo o pessoal, por exemplo, Paulo Lopes, que era a terra dele (...) aí foi trazendo alguém de Paulo Lopes. Então, foi vendendo os terrenos e o povo foi se chegando, foram *se aproximando*. (SC FLP 12 MAG)
- (169) *Cuidado corporal*: É, elas querem só televisão, elas já querem estar também no batom, né? que já uma mãe não pode ter, elas já querem também *se pintar*, né? até, por sinal, pra sair elas já vão, né? De batom, de base, dessas coisas assim, né? (SC FLP 07 FBP)
- (170) *Dicendi*: Eu tenho visto muitas pessoas *se queixarem* da falta de hospitalidade, de cordialidade. (SC FLP 22 FBC)
- (171) *Difuso*: A gente não tinha um médico, né? A gente tinha que *se virar* em casa, né? (SC FLP 08 FBP)

- (172) *Mudança de postura corporal*: Quando ele via que eu estava quieta, ele entrava. *Aí se sentava* e não dizia nada. (SC FLP 03 FAP)
- (173) *Movimento não-translacional*: Caso a anestesia não tenha pego muito bem, ela vai *se mexer*. (SC FLP 08 FJG)
- (174) *Evento espontâneo*: Foram as coisas *se modificando* sem realmente o devido planejamento [nessa] nessa área. (SC FLP 21 MBC)
- (175) *Mudança de estado do corpo*: E acontece que a tampa do painelão, pressão, acho que foi demais, né? e estourou a tampa e a moça *se queimou* muito. (SC FLP 07 FBP)
- (176) *Experimentação mental*: A minha tia que me criou, ela tinha medo, né? porque eu não tinha mãe, não tinha pai. (...) Ela *se preocupava* muito comigo (SC FLP 08 FBP)
- (177) *Relacional*: A gente nunca quer ser idosa, né? Então eles não *se consideram* como idoso, né? (SC FLP 22 FBC)
- (178) *Estado*: não tinha ninguém, não tinha mãe perto, não tinha avô, não tinha ninguém perto. E a gente estava sozinho, *se viu* sozinho, né? (SC FLP 01 FAP)
- (179) *Outros*: *Aí a tia se enterrou* no domingo, e a mãe *se enterrou* na segunda (...) Morreram todas as duas praticamente juntas. (SC FLP 03 FAP)

Vejamos o que os números nos revelam:

Tabela 7: Influência do tipo semântico-pragmático do verbo sobre a realização (vs. não-realização) do *se* medial na fala de Florianópolis

Tipo semântico-pragmático do verbo	Total	Aplic	%	P.R.
Cuidado corporal	17	17	100	-
Movimento não-translacional	5	5	100	-
Relacional	6	6	100	-
Mudança de estado do corpo	6	5	83	0,89
Evento espontâneo	53	46	86	0,81

Experimentação mental	141	121	86	0,61
Difuso	296	215	72	0,51
Estado	37	33	89	0,50
Movimento translacional	30	27	90	0,43
Dicendi	5	4	80	0,30
Mudança de postura corporal	45	13	29	0,03
Outros	4	4	100	-
Total	645	494	77	

Quanto à escala dos graus de atividade da situação sob análise, os números se mostraram confusos, ou seja, não há um resultado aparente de que a frequência de presença e apagamento do *se* tenha relação com o grau de atividade. Mesmo assim, o grupo de fatores tipo semântico do verbo se mostrou como segundo grupo de fatores estatisticamente relevante.

Da tabela acima podemos depreender que os verbos de *cuidado corporal*, os de *movimento não-translacional* e os *relacionais*, apesar das poucas ocorrências, são sempre empregados com o clítico *se*. Os demais contextos são contextos de variação. Quando o verbo exprime *mudança de estado* e *evento espontâneo* a tendência é de realização do clítico (0,89 e 0,81, respectivamente); quando o verbo pertence à classe *difuso* ou *estado*, o comportamento variável é neutro (0,51 e 0,50); e quando o verbo é de *experimentação mental* ou de *movimento translacional*, o comportamento variável é mais ou menos neutro: o clítico que acompanha verbos de *experimentação mental* apresenta leve tendência a se realizar (0,61), enquanto o clítico que acompanha verbos de *movimento translacional* apresenta leve tendência a ser omitido (0,43). Há ainda os verbos de *mudança de postura corporal* e *dicendi*, em que a probabilidade é de não realização do clítico (0,03 e 0,30).

Dessa maneira, podemos perceber quatro tipos de comportamento do *se* em relação ao tipo semântico do verbo: um categórico, em que o *se* não é apagado (*cuidado corporal*, *movimento não-translacional* e os *relacionais*); um de tendência de preservação do *se* (*mudança de estado* e *evento espontâneo*); outro

mais ou menos variável (*difuso, estado, experimentação mental e movimento translacional*); e, por fim, um de tendência a não-realização do *se* (*mudança de postura corporal e dicendi*).

O que se destaca disso tudo é o comportamento dos verbos de mudança de postura corporal: a maioria deles dispensa o uso do *se*. O traço comum que eles têm, segundo D'Albuquerque (1984), é a previsibilidade do objeto. Mencionando verbos como *levantar, sentar, deitar*, a autora sustenta que seu uso transitivo não-reflexivo representa uma situação anômala, pois as situações mais comuns são aqueles em que "o agente é também o objeto da ação. Essa superposição de papéis semânticos é sentida como tão óbvia que a marca de reflexividade se torna desnecessária ao ponto de esvair-se" (D'Albuquerque, 1984, p. 117-8).

6.2.1.3. Item lexical

Antes de passarmos à apresentação e discussão dos resultados concernentes às variáveis sociais, vamos comentar mais dois grupos de fatores lingüísticos controlados: o *tipo de se* (medializador e recíproco+medializador) e o *item lexical*. Esse último grupo foi considerado com a finalidade de avaliarmos se alguns verbos tenderiam a reter mais o clítico enquanto outros propiciariam mais a apagamento do *se*. Por uma questão de limitação do programa VARBRUL quanto ao número de fatores permitido para cada grupo, isolamos os 26 itens lexicais (*types*) mais freqüentes, a partir de 7 ocorrências (*tokens*) de cada item, agrupando os itens menos freqüentes no fator 'outros'. A tabela a seguir contempla todos os dados analisados (incluindo todas as funções do *se*, cf. tabela 1). Os itens com comportamento categórico, isto é, sem apagamento de *se*, foram reunidos e inseridos na tabela para melhor visualização do

conjunto. Na parte superior da tabela, ao lado de cada item, aparece a frequência de sua ocorrência na amostra analisada.

Tabela 8: Realização (vs. não-realização) do *se* medial de acordo com os itens lexicais mais freqüentes na fala de Florianópolis

Item lexical	Total	Aplic	%	P.R.
dar-se (35), encontrar-se (30), formar-se (23), divertir-se (18), meter-se (16), matar-se (13), passar-se (11), reunir-se (9), conhecer-se (9), vestir-se (8), interessar-se (8), sentir-se (8), brigar-se (8), aproximar-se (7)	-	-	100	-
preocupar(-se)	15	14	93	0,98
criar(-se)	10	9	90	0,98
machucar(-se)	8	7	88	0,93
separar(-se)	14	12	86	0,51
acabar(-se)	14	11	79	0,59
jogar(-se)	9	6	67	0,10
modificar(-se)	9	6	67	0,78
levantar(-se)	17	9	53	0,97
juntar(-se)	10	5	50	0,05
lembrar(-se)	21	8	38	0,53
sentar(-se)	24	4	17	0,78
casar(-se)	72	7	10	0,07
outros ⁵²	337	313	93	-
Total	763	614	80	

Uma primeira observação a ser feita em relação à tabela 8 diz respeito ao baixo número de ocorrências de alguns fatores, ou seja, de alguns itens verbais: *juntar(-se)*, *criar(-se)*, *machucar(-se)*, *jogar(-se)* e *modificar(-se)* distribuem-se entre 10 e 8 ocorrências de cada um, em oposição a *casar(-se)*, por exemplo, que apresenta 72 dados. Os resultados associados aos pesos relativos devem ser avaliados com certa cautela nesses casos, especialmente porque essa variável

⁵² Os dados concernentes às funções do *se-recíproco*, *expletivo* e *reflexivo propriamente dito* (que são categóricas quanto à realização do clítico) estão incluídos no fator *outros*, razão pela qual não aparece na tabela o peso relativo associado a esse fator.

contém um número bastante alto de fatores, o que não é interessante do ponto de vista estritamente estatístico. De qualquer modo, o que pretendíamos com o controle dessa variável era captar com detalhes o comportamento do maior número possível de itens lexicais.

O verbo *casar(-se)* é o item lexical que exibe menor percentual (apenas 10%) de frequência de realização do clítico, com um peso relativo associado igualmente baixo (0,07). Embora o peso relativo seja praticamente neutro (0,53), o percentual de expressão do clítico associado ao verbo *lembrar(-se)* é também bastante baixo (38%). Provavelmente esse resultado esteja influenciando aquele apresentado concernente ao tipo sintático do verbo (cf. tabela 6).

É interessante observar o fato de que, ao selecionar como relevante o grupo de fatores *item lexical*, o programa estatístico seleciona também a variável *tipo de se*. Isso indica que pode existir alguma correlação importante entre essas duas variáveis. Veja-se, a seguir, os resultados para o *tipo de se* (estão computados nessa tabela apenas os contextos de variação).

Tabela 9: Influência do tipo de *se* medial sobre a realização (vs. não-realização) do clítico na fala de Florianópolis

Tipo de <i>se</i>	Total	Aplic	%	P.R.
Medializador	570	437	77	0,46
Medializador+recíproco	75	59	79	0,79
Total	645	496	77	

Observe-se que, dos tipos de *se* mediais que permitem o apagamento do clítico, o *se-medializador* é o que mais autoriza o apagamento (0,46); ao passo que o *se-medializador+recíproco* retém o uso do clítico (0,79).

A correlação entre as variáveis *item lexical* e *tipo de se*, aventada acima, fica evidenciada ao efetuarmos um tabulamento cruzado (programa CROSSTAB) entre essas variáveis. Dos 12 itens com comportamento variável (cf. tabela 8), apenas 3 compartilham as duas funções mostradas na tabela 9, a

saber: *casar, juntar e separar*. Os demais (*preocupar, machucar, acabar, jogar, modificar, levantar, lembrar, sentar, criar*) ocorrem apenas na função *medializador*. Veja-se a distribuição variável dos 3 itens lexicais em questão na tabela a seguir.

Tabela 10: Cruzamento entre *item lexical* e *tipo de se* medial

Item lexical	Tipo de <i>se</i>					
	Medializador		Medial.+recíproco		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Casar + se	2	3	5	36	7	10
Casar + \emptyset	56	97	9	64	65	90
Total	58	-	14	-	72	-
Juntar + se	1	100	4	44	5	50
Juntar + \emptyset	0	0	5	56	5	50
Total	1	-	9	-	10	-
separar + se	6	100	6	75	12	86
separar + \emptyset	0	0	2	25	2	14
Total	6	-	8	-	14	-

Provavelmente essa distribuição dos dados tenha tido alguma influência na seleção estatística da variável tipo de *se* como relevante no condicionamento da realização ou não do clítico, já que 31 das 75 ocorrências do contexto medializador + recíproco correspondem a esses três itens lexicais. As demais ocorrências distribuem-se no fator 'outros'.

6.2.2. Grupos de fatores sociais

Dentre os três grupos de fatores sociais testados (sexo, escolaridade e faixa etária), foram selecionados como relevantes o sexo e a escolaridade dos informantes, nessa ordem. O grupo de fatores faixa etária se mostrou irrelevante para o fenômeno, frustrando nossas expectativas de que os jovens

omitissem mais o se em sua fala. Os fatores sociais seguem os lingüísticos em termos de ordem de significância, conforme a rodada do pacote VARBRUL.

6.2.2.1. Sexo

Estudos como os de Labov (1990) e Chambers (1995) apontam que, em situações sociolingüísticas estáveis, os homens usam com uma freqüência maior formas não-padrão, enquanto as mulheres tendem a preferir formas socialmente valorizadas, ou seja, uma forma de prestígio tende a predominar na fala feminina. Uma inversão dessa tendência pode ser tomada como indicação de que uma nova forma está se implementando na língua. Não raro, a tendência é de que as mulheres comandem os processos de mudança lingüística (cf. Labov, 1990).

Dessa maneira, no processo de mudança, podem estar envolvidas tanto uma forma prestigiada socialmente quanto uma forma estigmatizada, que se distingue dos padrões lingüísticos da comunidade. Em situações como essa, muitas vezes, homens e mulheres comportam-se de maneira diferente. Em geral, quando na língua está sendo implantada uma nova forma prestigiada socialmente, as mulheres tendem a liderar a mudança. De forma oposta, se à implementação da nova variante está associada uma forma desprestigiada, estigmatizada, são os homens a assumir a liderança do processo.

No caso específico do uso dos clíticos mediais na fala de Florianópolis, os números obtidos foram os seguintes:

Tabela 11: Influência do *sexo* do informante sobre a realização (vs. não-realização) do clítico *se* na fala de Florianópolis

Sexo	Total	Aplic.	%	P.R.
Feminino	383	307	80	0,66
Masculino	262	189	72	0,27
Total	645	496	77	

Em termos de frequência, os resultados mostram que as mulheres empregam um pouco mais o clítico (80%) do que os homens (72%); mas é o peso relativo referente a cada sexo que é mais revelador: as mulheres são mais conservadoras em relação ao apagamento do clítico. Os homens são muito mais propensos a omitirem o clítico reflexivo na fala; o índice masculino de realização do *se* é de 0,27, contra 0,66 das mulheres.

Esses resultados sugerem aproximação às tendências gerais apontadas por Labov (1990). Embora as variantes no caso não se dicotomizem em forma padrão, prestigiada, e forma não-padrão, estigmatizada, os resultados mostram que as mulheres tendem a utilizar a forma mais próxima ao padrão ideal (realização do *se*), enquanto os homens usam com uma frequência maior a forma que mais se distancia desse padrão (elisão do *se*).

6.2.2.2. Escolaridade

É inegável a influência que a escola exerce sobre a língua de seus educandos. Alguns dos objetivos maiores das aulas de português na escola são mostrar aos alunos as variedades lingüísticas do Brasil e exercitar a variedade culta da língua, falada e escrita. É de se esperar, portanto, que a escolarização continuada contribua para uma maior aproximação da fala e da escrita aos usos cultos da língua.

Em vista disso, podemos nos indagar: se um adulto escolarizado alfabetizar uma criança, esta assimilaria a variedade padrão ensinada? Segundo Labov (2001, p. 115), não se deve considerar que a criança tenha o mesmo nível de escolaridade de seus pais. Ele realizou estudos valendo-se dos índices de escolarização da criança e dos pais, e concluiu que o efeito da escolarização é cumulativo: o uso das variáveis lingüísticas pelas crianças é mais determinado pelo quanto de escolarização receberam, e menos pela bagagem educacional e cultural geral da família.

Levando isso em consideração, nossa hipótese é a de que quanto mais escolarização o indivíduo tiver, menos ele apaga o clítico *se*. Isso não significa que pensamos radicalmente que as pessoas menos escolarizadas utilizam a forma nula por que não aprenderam a forma clítica na escola. Constatamos que pessoas escolarizadas também fazem uso da forma nula. Não sabemos precisar quanta influência a aprendizagem por meio da escola e a aquisição natural da língua exercem sobre a variável em questão. Mas é fato que a escolaridade é um fator de relevância para a variação entre o emprego e a omissão do *se*, conforme nos mostra a tabela a seguir:

Tabela 12: Influência da *escolaridade* do informante sobre a realização (vs. não-realização) do clítico *se* na fala de Florianópolis

Escolaridade	Total	Aplic.	%	P.R.
Até 4 anos	268	192	72	0,37
De 5 a 8 anos	181	146	81	0,67
De 9 a 11 anos	196	158	81	0,52
Total	645	496	77	

Em termos de frequência, os resultados parecem corroborar nossa hipótese, já que os informantes menos escolarizados empregam menos o clítico reflexivo (72%), e os mais escolarizados, a partir de 5 anos de escolarização, empregam mais o clítico, e de forma assemelhada (81%). Entretanto, ao

mirarmos os pesos relativos, vimos que não é possível confirmar inteiramente a nossa hipótese.

Mantém-se a afirmação de que os menos escolarizados são os mais propensos a suprimir o clítico *se* (0,37). Os que têm escolaridade entre 5 a 8 anos tendem a preservar o clítico (0,67). Até aqui, os resultados vão a favor de nossa hipótese. O resultado dos que têm escolaridade entre 9 a 11 anos é que revolucionam: eles tendem a empregar menos o *se* do que aqueles que freqüentaram a escola por 5 a 8 anos; o índice é de 0,52. Este número indica que o comportamento variável é mais ou menos neutro, é o ambiente de maior variação, sem apresentar tendências claras⁵³.

⁵³ Esse resultado concernente ao antigo nível ginásial (nível intermediário) se alinha a vários outros que descrevem fenômenos variáveis a partir de amostras do VARSUL. Deve haver alguma particularidade nos informantes do VARSUL que justifique o comportamento lingüístico diferenciado daqueles falantes que possuem de 5 a 8 anos de escolarização frente aos demais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreendida a análise dos dados, vamos arrematar nosso texto relembrando brevemente cada um dos momentos desta dissertação. Na seqüência, exporemos as idéias que resumem os resultados obtidos. Também é desejo explicitar a necessidade de se alargarem os estudos sobre a voz medial, terreno resvaladiço do clítico *se*.

No capítulo 1, apresentamos os primeiros traços que esboçam o objeto de estudo desta pesquisa – o clítico *se* medial, que exprime a *voz média* ou *reflexiva*. Como vimos, essa voz pode ser dividida em três subcategorias: reflexiva, recíproca e dinâmica, que englobam as quatro facetas do *se* que nos propusemos a estudar: *se-reflexivo*, *se-recíproco*, *se-medializador* e o *se-expletivo*.

O capítulo 2 foi dedicado à exposição do quadro teórico que orienta o presente estudo. Esse quadro é resultado da conciliação de duas teorias lingüísticas: o Funcionalismo e a Sociolingüística. Mostramos a maneira pela qual pensamos ser possível harmonizar essas duas teorias para analisar o objeto de estudo.

No capítulo 3, repassamos pelos conceitos de *voz média*, abordamos, respectivamente, os quatro tipos de *se* (*se-reflexivo*, *se-recíproco*, *se-medializador* e *se-expletivo*) e as fronteiras ambíguas que permitem a sobreposição de funções. Por último, resenhamos brevemente alguns trabalhos que também abordam o clítico *se*.

No capítulo 4, esclarecemos os objetivos, as questões e as hipóteses que guiaram a nosso estudo.

No capítulo 5, expusemos os procedimentos metodológicos adotados em nossa pesquisa. Apresentamos a amostra analisada, depois, o envelope de variação, a variável dependente e as variáveis independentes.

O capítulo 6 foi reservado aos números, à análise e à discussão dos resultados obtidos, após o cruzamento da variável dependente com os grupos de fatores estabelecidos. Examinamos a presença e a ausência do clítico *se*, levando em consideração fatores lingüísticos e extralingüísticos que estariam atuando na realização da variável.

Por meio da análise dos dados, pudemos apreender o uso produtivo do clítico *se* no falar de Florianópolis. Vimos que o lado mais produtivo da voz medial como um todo é a face dinâmica (84,5%); em seguida, a reflexiva (10,8%); e, por último, a expletiva (4,7%).

O *se-medializador* é o único dos *ses* mediais que, por vezes (em 26,52% dos casos), é esquecido pelo falante. Esse resultado é mais radical do que esperávamos. Contávamos que o apagamento ocorresse, embora em menor número, também com os outros tipos de *se*. Isso pode ser evidência de que o português falado em Florianópolis parece caminhar na direção de uma distinção formal entre construções medializadoras e reflexivo-recíprocas, como supõe Camacho (2003).

Verificamos que os falantes, quando fazem uso do clítico, geralmente (94%) preservam a simetria de traços número-pessoais entre os clíticos reflexivos e os termos na posição de sujeito. Nos casos de não-simetria, os resultados quantitativos nos decepcionaram um pouco. A percentagem de freqüência do *se* combinado com *eu, tu* é irrisória: 0,5%. Confirmamos apenas uma leve tendência de substituir o pronome reflexivo *nos* pelo clítico reflexivo de terceira pessoa (5,5%). Apesar do percentual baixo, esse resultado pode indicar que o contexto *nós (...)* *se* seja o contexto de emergência do uso não

canônico em termos de correferencialidade, em que o *se* começa a perder transparência semântica e passa a assumir um comportamento semelhante ao de um afixo, integrado ao verbo, conforme a hipótese de Freitag (2003).

Quando empregam o clítico, os florianopolitanos preferem colocá-lo na frente do verbo (84%), como era esperado. Depois, preferem empregar o clítico entre verbos (13%), jamais antes do primeiro ou depois do último. Com apenas 2,9% das ocorrências estão os pronomes enclíticos, e, por fim, contrariando nossa hipótese de abundância, aparece apenas um caso de redobramento do clítico, representado pela irrelevante percentagem de 0,1%. Se considerarmos as ocorrências em que o *se* aparece entre verbos, em locução, como um modo de realização proclítica, os números crescem de 84% para 97%, fato que assegura o uso da próclise como acatado pelos florianopolitanos, espelhando o que acontece nas demais localidades do Brasil.

Quanto à variação entre presença e ausência do clítico *se*, vimos que o tipo sintático e semântico do verbo, o item lexical, a escolaridade e o sexo do falante constituem grupos de fatores que incidem na escolha do indivíduo por uma ou outra variante.

Com relação ao tipo sintático do verbo, os resultados corroboraram nossas hipóteses. Os dados mostraram que os verbos que se enquadram no tipo 1, ou seja, os que só admitem a voz média (*queixar-se, arrepender-se, suicidar-se*) não tiveram o *se* apagado na amostra analisada. Acreditamos que esse pronome inerente, que perdeu sua marca reflexiva e sua função sintática, é mantido pelos florianopolitanos porque a construção com o clítico deve ter sido apreendida por memorização⁵⁴. Há três contextos de uso variável:

- a) quando a presença ou não de *se* altera o item lexical (tipo 3, como *comportar* x *comportar-se*) a tendência é de realização do clítico (0,71),

⁵⁴ Essa hipótese merece ser testada em um trabalho futuro, pois, ao mesmo tempo em que os florianopolitanos parecem manter esse *se*, em outras regiões, os falantes o suprimem por intuïrem que o clítico não funciona como autêntico reflexivo.

como também era esperado, visto que a ausência do clítico pode acarretar mudança de sentido do verbo;

- b) quando o verbo apresenta homonímia sintática (tipo 4, como *conscientizar-se*, *pintar-se*) a probabilidade é de não realização do clítico (0,13). Constatamos que os verbos *casar-se* e *lembrar-se* constituem a maioria dos que se enquadram nesse tipo. É provável que o item lexical tenha influência aqui. Supomos que certos verbos já entrem despronominalizados no repertório dos falantes de Florianópolis⁵⁵;
- c) e quando o verbo admite a construção com o auxiliar *estar*, sem mudança de valência (tipo 2, como *interessar-se*, *ressentir-se*), o comportamento variável é mais ou menos neutro (0,45), não apresentando tendências claras.

Outro de nossos objetivos específicos era investigar a relevância do grupo de fatores tipo semântico do verbo, cujos fatores tentam captar o grau de atividade da situação sob análise. Esse grupo se mostrou como o segundo estatisticamente relevante. Pudemos perceber quatro tipos de comportamento do *se* em relação ao tipo semântico do verbo: um categórico, em que o *se* não é apagado (*cuidado corporal*, *movimento não-translacional* e os *relacionais*); um de tendência de preservação do *se* (*mudança de estado* e *evento espontâneo*); outro mais ou menos variável (*difuso*, *estado*, *experimentação mental* e *movimento translacional*); e, por fim, um de tendência a não-realização do *se* (*mudança de postura corporal* e *dicendi*). O que destacamos disso tudo é o comportamento dos verbos de mudança corporal (*levantar-se*, *sentar-se*, *deitar-se*): a maioria deles (71%) dispensa o uso do *se*. O traço comum que eles têm, segundo D'Albuquerque (1984), é a previsibilidade do objeto; em razão disso, o *se* é apagado.

⁵⁵ Valeria testar essa hipótese em trabalho futuro.

Quanto ao grupo de fatores item lexical, nossa hipótese de existência de verbos que tendem a reter o *se* e verbos que propiciam o apagamento do *se* pôde ser ratificada. Os verbos que mais têm o *se* apagado são: *casar-se* (em 90% dos casos), *sentar-se* (83%), *lembrar-se* (62%), *juntar-se* (50%), *levantar-se* (47%). Pode ser que o uso transitivo não-reflexivo desses verbos represente uma situação anômala, pois as situações mais comuns são aqueles em que "o agente é também o objeto da ação. Essa superposição de papéis semânticos é sentida como tão óbvia que a marca de reflexividade se torna desnecessária ao ponto de *esvair-se*" (D'Albuquerque, 1984, p. 117-8).

No que diz respeito aos três grupos de fatores sociais testados (*sexo*, *escolaridade* e *faixa etária*), foram selecionados como relevantes o *sexo* e a *escolaridade* dos informantes, nessa ordem. O grupo de fatores *faixa etária* se mostrou irrelevante para o fenômeno, frustrando nossas expectativas de que os jovens omitissem mais o *se* em sua fala.

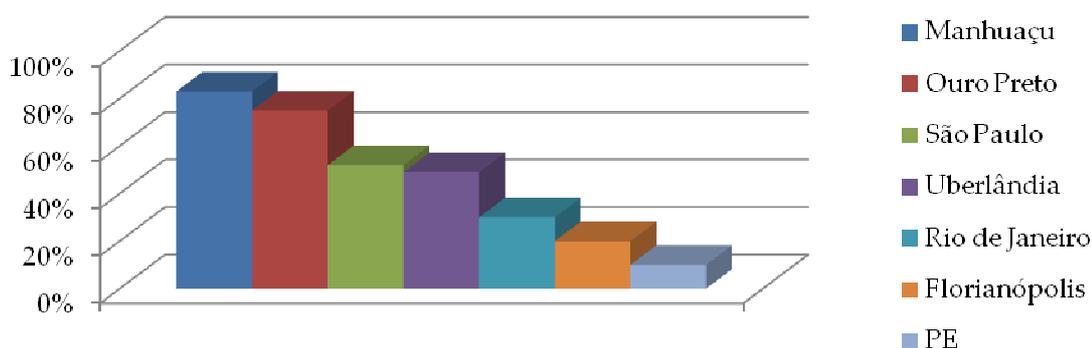
Os resultados do grupo de fatores *sexo* vão ao encontro de nossas hipóteses. Eles mostram, em termos de frequência, que as mulheres empregam um pouco mais o clítico (80%) do que os homens (72%); mas é o peso relativo referente a cada sexo que é mais revelador: as mulheres são mais conservadoras em relação ao apagamento do clítico. Os homens são muito mais propensos a omitirem o clítico reflexivo na fala; o índice masculino de realização do *se* é de 0,27, contra 0,66 das mulheres.

Quanto à escolaridade, os resultados de frequência parecem corroborar nossa hipótese, já que os informantes menos escolarizados empregam menos o clítico reflexivo (72%), e os mais escolarizados, a partir de 5 anos de escolarização, empregam mais o clítico, e de forma assemelhada (81%). Entretanto, ao mirarmos os pesos relativos, vimos que não é possível confirmar inteiramente a nossa hipótese. Mantém-se a afirmação de que os menos escolarizados são os mais propensos a suprimir o clítico *se* (0,37). Os que têm escolaridade entre 5 a 8 anos tendem a preservar o clítico (0,67). Até aqui, os

resultados vão a favor de nossa hipótese. O resultado dos que têm escolaridade entre 9 a 11 anos é que revolucionam: eles tendem a empregar menos o *se* do que aqueles que freqüentaram a escola por 5 a 8 anos; o índice é de 0,52. Na verdade, suspeita-se de alguma particularidade nos informantes do VARSUL que justifique o comportamento lingüístico diferenciado daqueles falantes que possuem de 5 a 8 anos de escolarização frente aos demais.

Levando em consideração tudo o que foi discutido até aqui, concluímos que há variação no uso do clítico *se*, no falar de Florianópolis. Contudo, essa variação é mais amena do que em outras regiões do Brasil. Contamos com apenas 20% de apagamento do clítico. Comparando esse resultado aos de outras cidades, tem-se o seguinte gráfico:

Gráfico 5: Distribuição da ausência do clítico *se* no português falado



O gráfico evidencia que Manhauçu é a cidade onde os falantes apagam o clítico com mais intensidade, apresentando um índice de 83%. Na seqüência, estão Ouro Preto e São Paulo, com 75% e 52% de apagamento, respectivamente. Logo depois, aparecem Uberlândia, com 49%, e Rio de Janeiro, com 30% de apagamento. No gráfico, Florianópolis se configura como a cidade brasileira que menos apaga o *se* medial, apresentando a porcentagem de 20%! Por último, temos o índice de ausência de 10%, no português europeu. Assim, quando se trata de variação no emprego do *se* medial, a língua falada de Florianópolis

pode ser uma das mais conservadoras do Brasil, se aproximando da língua falada de Portugal⁵⁶.

Mesmo assim, verificamos que o fenômeno se manifesta em Florianópolis, comprovando que as formas variantes – o emprego e a omissão do *se* – convivem num mesmo sistema lingüístico. Ademais, demonstramos que a variação é regular e que seu funcionamento pode ser descrito. Fizemos isso com base em análises quantitativas e probabilísticas, por meio das quais pudemos provocar e sustentar hipóteses a respeito da variação em enfoque e suas relações lingüísticas e extralingüísticas. A teoria que nos ancorou para esses objetivos foi a Sociolingüística.

Quando nos debruçamos sobre a forma *se* e a esquadrimos, identificando suas múltiplas funções, recorreremos aos postulados do Funcionalismo Lingüístico. Nesses momentos, demos mais ênfase às funções do *se*, e menos às formas em variação. Assim, embora não tenhamos realizado uma análise diacrônica, pudemos perceber na literatura sobre o assunto que o *se*, em sua história, passou por um processo lento e gradual, no qual foi angariando funções, passando por fases de alternância, assumindo traços de funções diferentes. As categorias, conseqüentemente, não se fizeram discretas; as funções, por vezes, se misturaram; alguns *ses* foram difíceis de se ajustar. Nesse processo, observamos que o *se* migrou gradativamente de funções mais concretas (*se-reflexivo*) para funções mais abstratas (*se-medializador*), podendo até mesmo desaparecer (apagamento do *se*) ou se cristalizar (*se inerente*).

Dessa maneira, contemplamos particularidades de uma e outra teoria ao longo desta dissertação, mas é fato que, em todo momento, explicamos e descrevemos o uso da língua em situações comunicativas reais, levando em consideração os participantes e suas possíveis intenções dentro do contexto.

⁵⁶ Apesar de os estudiosos do *se* divergirem nas atribuições de função aos dados, nas hipóteses e em suas conclusões, é lícito que os resultados contidos no gráfico 5 sejam comparáveis. Independentemente do tipo de *se* apagado e das razões pelas quais ele é omitido, não se altera o resultado final do total de apagamento da forma *se*.

Para as duas abordagens, o contexto comunicativo é essencial para os estudos lingüísticos porque ele exerce pressões sobre a língua, moldando-a, modificando-a.

Por fim, verificamos que os objetivos propostos foram alcançados. Além disso, algumas hipóteses puderam ser comprovadas pelos resultados estatísticos, e outras, refutadas. Entretanto, reconhecemos que muitos dos pontos relativos ao clítico *se* medial permanecem na obscuridade à espera dos olhares de pesquisadores que se interessem por analisá-los, especialmente sob a perspectiva da Sociolingüística e do Funcionalismo, como, por exemplo, ampliar a investigação da presença e da ausência do clítico nas demais regiões do Brasil, abordar diacronicamente o fenômeno à luz do paradigma da gramaticalização, realizar testes de atitudes sobre diferentes usos, entre outros.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza: principios da grammatica geral applicados a nossa linguagem*. 5 ed. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1871.

BECHARA, Evanildo. *Lições de português: pela análise sintática*. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramatica portuguesa cursos de 1º e 2º graus*. 31 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramatica portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BYBEE, Joan. *Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency*. Publicado em: B.D. JOSEPH and J. JANDA (eds.) *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p.602-623. Disponível em: <<http://www.unm.edu/~jbybee/mechhofchng.htm>>. Acesso em 20 ago. 2007.

BYBEE, Joan & HOPPER, Paul J. (eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMACHO, Roberto Gomes. Em defesa da categoria de voz média no português. *DELTA*, São Paulo, v. 19, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502003000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 set. 2007.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Princípios de lingüística geral como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa*. 5. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Ed. Padrão, 1974.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática: referente à língua portuguesa*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Padrão, 1979.

CAMBRUSSI, Morgana Fabíola. *Médias e ergativas: uma construção, dois sentidos*. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Lingüística. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: UFSC, 2007.

CARVALHO, Castelar de. *Pronome se: uma palavra oblíqua e dissimulada*. Tese de doutorado apresentada à Coordenação dos Programas de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1990.

CASTILHO, Ataliba de. *Um ponto de vista funcional sobre a predicação*. ALFA. São Paulo, v. 38, 1994.

CASTILHO, Ataliba de. A gramaticalização. *Cadernos de estudos lingüísticos e literários*, n. 19, p. 25-64, março, 1997.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 43. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

CHAMBERS, John Kenneth. *Sociolinguistic theory: Linguistic variation and its social significance*. Cambridge: Blackwell, 1995.

CIPRO NETO, Pasquale & INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Preenchimento do objeto anafórico. In: Roberts e Kato (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas/SP: Ed. Da Unicamp, 1993.

CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. Para a história do Português Brasileiro: a presença do objeto nulo e a ausência dos clíticos. *Letras de hoje*. Porto Alegre, v. 38, n° 1, p. 31-47, março, 2003.

D'ALBUQUERQUE, Alair da Cruz Reis Cavalcanti. A perda dos clíticos num dialeto mineiro. *Sociolingüística e ensino do vernáculo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 78/79, p. 97-120, jul. 1984.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Mauro. *Aprender e praticar gramática*. São Paulo, FTD, 1992.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Uma hipótese de gramaticalização do pronome reflexivo *se* na fala de Florianópolis. *Working Papers em Lingüística*. UFSC. Florianópolis, n. 7, 2003.

FREITAG, Raquel Meister Ko. *A expressão do passado imperfeito no português: variação/gramaticalização e mudança*. Tese (Doutorado em Lingüística) Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

GIVÓN, Talmy. From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. In: Talmy Givón (ed.). *Syntax and semantics 12: discourse and syntax*. New York: Academic Press. p. 81-112, 1979.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. Vol.1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. Vol.2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GUY, Gregory R. VARBRUL: Análise avançada. [Tradução de Ana Maria Stahl Zilles.] *Cadernos de Tradução* 01, 1998, p. 27-49.

HOPPER, Paul. *Emergent grammar*. Berkeley Linguistic Society, v. 13, 1987.

HOPPER, Paul & Elizabeth Traugott. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ILARI, R. *et al.* Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASÍLIO, Margarida (orgs.). *Gramática do português falado*, volume IV: estudos descritivos. 2. ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

LABOV, William. The social motivation of a sound change. 1963. In: *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. The social stratification of (r) in New York city department stores. 1966. In: *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. In: *Sociolinguistics working paper*. Austin: Southwest Educational Development Laboratory, n. 44, 1978.

LABOV, William. Building on empirical foundations. In: Winfred P. Lehmann & Yakov Malkiel (eds.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. Publishing Company, 1982.

LABOV, William. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

LABOV, William. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

LAVANDERA, Beatriz. Where does the linguistic variable stop? In: *Language in Society*. 7. London, 1978.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida*. 8. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.

MACEDO, Walmírio. *Dicionário de gramática*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1980.

MELLO, Fernanda Rosário de. *O uso produtivo do pronome se reflexivo na fala de João Pessoa: uma abordagem funcionalista*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

MELO, Neide da Silva Souza. *O clítico se com valor reflexo ou recíproco: uma abordagem sociolingüística*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: EUFC, 1994.

NARO, Antony Julius. O dinamismo das línguas. In: Cecília Mollica, Maria Luiza Braga (org.). *Introdução à sociolingüística*. Rio de Janeiro: Contexto, 2002, p. 43-50.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NUNES, Jairo. *Ainda o famigerado se*. D.E.L.T.A., 1995, vol. 11, nº 2, p. 201-240.

PASCHOALIN, Maria Aparecida & SPADOTO, Neuza Terezinha. *Gramática: teoria e exercícios*. São Paulo: FTD, 1996.

PINTZUK, Susan. *VARBRUL Program*. Philadelphia: University of Pennsylvania. Impresso. 1988.

PIZZANELLI, Nora Lucía Fragalá de. *Os pronomes clíticos em duas variantes de línguas românicas: o português do Brasil e o espanhol do Río de la Plata*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SAID ALI, Manuel. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3 ed. rev. e atual. Brasília: UNB, 1964.

SCHLESINGER, Izchak. *Cognitive space and linguistic case*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

SILVEIRA, Sousa da. *Fonética Sintática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, 1971.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

TAVARES, Maria Alice. *A Gramaticalização de e, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Lingüística. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina: UFSC, 2003.

WEINER, E. Judith & LABOV, William. Constraints on the agentless passive. In: *Journal of Linguistics*. n. 19, 1983.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin. *Empirical foundations for theory of language change*. Austin: University of Texas Press, 1968.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)